



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES I
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

JOSÉ ROBERTO DE SOUZA BRITO

ANÁLISE VARIACIONISTA DO CLÍTICO DAS ESTRUTURAS DE-TRANSITIVAS
MEDIAIS NO PORTUGUÊS ORAL POPULAR DE FORTALEZA

FORTALEZA
2013

JOSÉ ROBERTO DE SOUZA BRITO

ANÁLISE VARIACIONISTA DO CLÍTICO DAS ESTRUTURAS DE-TRANSITIVAS MEDIAIS
NO PORTUGUÊS ORAL POPULAR DE FORTALEZA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, do Centro de Humanidades I da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística. Área de Concentração: Descrição e Análise Linguística.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Márluce Coan.

FORTALEZA
2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- B876a Brito, José Roberto de Souza.
Análise variacionista do clítico das estruturas de-transitivas mediais no português oral popular de Fortaleza / José Roberto de Souza Brito. – 2013.
150 f. : il., enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2013.
Área de Concentração: Descrição e análise linguística.
Orientação: Profa. Dra. Márluce Coan.
- 1.Língua portuguesa – Clíticos. 2.Língua portuguesa – Variação. 3.Língua portuguesa – Aspectos sociais. 4.Língua portuguesa – Português falado – Fortaleza (CE). 5.Funcionalismo(Linguística). 6.Marcadores discursivos. I. Título.

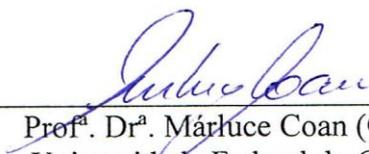
JOSÉ ROBERTO DE SOUZA BRITO

ANÁLISE VARIACIONISTA DO CLÍTICO DAS ESTRUTURAS DE-TRANSITIVAS MEDIAIS
NO PORTUGUÊS ORAL POPULAR DE FORTALEZA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, do Centro de Humanidades I da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística. Área de Concentração: Descrição e Análise Linguística.

Aprovada em: 27 / 08 / 2013

BANCA EXAMINADORA



Prof^ª. Dr^ª. Márluce Coan (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)



Prof^ª. Dr^ª. Maria Alice Tavares
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)



Prof^ª. Dr^ª. Hebe Macedo de Carvalho
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A Deus.

A todas as raízes da minha existência.

Aos meus amados pais, **Augusto Brito** e **Lourdes Sousa**.

À minha sublime e querida avó, **Angelita Brito**,
e ao meu grandioso avô, **Manoel Simião [vô
Bebel]** (*in memoriam*).

À minha iluminada irmã, **Roberta Souza**.

AGRADECIMENTOS

A *Deus*, por ter me protegido, orientado e conduzido nesta etapa árdua e importante da minha formação educacional. Sem essa Força impulsionadora, nada seria realizado.

À filosofia religiosa *Seicho-No-Ie*, por me amparar espiritualmente no decorrer desta importante jornada acadêmica.

Aos meus honrosos *Antepassados*, por terem me permitido nascer na maravilhosa família ao qual pertencço e por sempre emanarem vibrações de luz em todos os momentos de minha vida.

À minha linda vovó, *Angelita Brito*, por me amar tanto e rezar fervorosamente em prol da concretização dos meus grandiosos ideais.

Ao meu inesquecível vovô, *Manoel Sousa [vô Bebel] (in memoriam)*, por me repassar ensinamentos tão singulares ao longo da sua história repleta de garra, determinação e fé. Reverências eternas à sua Vida!

À minha querida e amada mãezinha, *Lourdes Sousa*, por me amar tão sublimemente, me proteger de modo grandioso, me orientar com tanta sabedoria e acreditar em meu potencial resolutamente. Muito obrigado pelo carinho indescritível, pelos abraços acalentadores, pelos beijos doces, pelos conselhos sábios, pelas importantes “chamadas de atenção”, pela fé inabalável, pelas orações poderosas, pelas palavras encorajadoras, pelo sorriso terno e pela vibração positiva! Sem a sua atenção, o seu incentivo e a sua força, esse processo teria sido muito doloroso. Reverencio-a e rendo-lhe graças eternas e sinceras pelo ser magnânimo que é!

Ao meu querido papai, *Augusto Brito*, por perguntar constantemente sobre o andamento da minha pesquisa, crer em minha capacidade e vibrar com meu sucesso, mesmo estando tão longe fisicamente.

À minha iluminada irmã, *Roberta Souza*, por ser um dos presentes mais encantadores que Deus deu à minha família e por estar ao meu lado em tantos momentos decisivos. Agradeço o seu amor, a sua atenção, o seu abraço, o seu respeito, a sua torcida, a sua força e o seu brilho ocular estimulante!

Aos meus amados tios maternos, *João Simião de Sousa (Juba)*, *Maria Auxiliadora de Sousa (Cila)*, *Maria de Fátima Sousa Xavier (Cacá)*, *Maria do Carmo de Sousa (Carminha)* e *Raimundo Simião de Sousa (Bill)*, por me amarem tanto e torcerem incondicionalmente pelo meu indestrutível sucesso. Sou muito feliz por tê-los em minha vida!

Aos meus tios paternos, *José Aldenir de Brito (Denir)*, *José Danilo de Brito* e *Maria Audenora de Brito (Dorinha)*, por – mesmo distantes – emanarem bons fluidos no percurso do Mestrado e torcerem pela minha felicidade.

Às minhas amadas amigas e irmãs espirituais, *Professoras Benigna Soares*, *Rebecca Medeiros*, *Renata Aguiar*, *Roberta Aragão* e *Priscila Lima*, por me proporcionarem tantas alegrias e

me fazerem sentir tão amado. Muito obrigado pelo afeto, pelos abraços fortes, pela companhia inigualável, pelos diálogos descontraídos, pelos elogios, pela força e pelo incentivo!

Às minhas queridíssimas amigas e irmãs de coração, **Professoras Elis Viana e Coeli Rodrigues**, por sempre me receberem em seu lar com um carinho inefável e me permitirem utilizar seu escritório tantas vezes. Agradeço a atenção, o afeto, os abraços maravilhosos, as boas gargalhadas, as conversas interessantes, os passeios divertidos, a comida diferenciada, as gentilezas incessantes e as valiosas contribuições dadas ao meu trabalho! Vocês foram fundamentais e sublimes nas diversas etapas do processo...

À **Profª. Drª. Márluce Coan**, por me aceitar como seu orientando e me conduzir atenciosa, séria e competentemente no processo de configuração deste trabalho. Sou-lhe eternamente grato por, logo no primeiro semestre da minha Graduação, ter me apresentado à Linguística com tanto encantamento e paixão. Tenha certeza de que contribuiu bastante, para que eu seguisse essa área com esplêndida motivação!

À **Profª. Drª. Maria Claudete Lima**, minha amiga e mãe acadêmica, por sempre acreditar nas minhas habilidades, estimulando-me a crescer incessantemente no orbe acadêmico-científico desde os áureos tempos de Graduação. Muito obrigado pela atenção, pela amizade, pelos abraços confortantes, pelo carinho, pelos conselhos frequentes, pelos necessários “puxões de orelha”, pelas instigantes discussões, pelas indicações de leituras e pelas importantes dicas dadas quando da qualificação do projeto e durante a elaboração desta dissertação! Sem o seu apoio e incentivo, a experiência teria sido mais difícil e onerosa.

À **Profª. Drª. Márcia Teixeira Nogueira**, por ter colaborado com o engrandecimento deste trabalho quando da qualificação da dissertação em andamento. Agradeço imensamente as imprescindíveis sugestões!

À **Profª. Drª. Ana Célia Clementino Moura**, minha ex-chefe e amada amiga, por ter me incentivado e ajudado no processo de solicitação de bolsa de pesquisa, quando eu estava finalizando a prestação de serviços ao Departamento de Letras Vernáculas da UFC como professor substituto. Muito obrigado pelo carinho, pelo cuidado e pelo auxílio frequente, principalmente no início do curso de Mestrado!

À **Profª. Drª. Bernardete Biasi Rodrigues (in memoriam)**, grande amiga e conselheira, por ter acreditado no meu sonho e por sempre ter torcido por mim.

À **Profª. Drª. Aluiza Alves de Araújo**, por conceder, de modo tão prestativo, os inquéritos utilizados nesta investigação científica e por sempre emanar boas vibrações a mim no decorrer do Mestrado.

À **Profª. Drª. Maria Alice Tavares** e à **Profª. Drª. Hebe Macedo de Carvalho**, por aceitarem o convite de participarem da minha banca de defesa, fornecendo contribuições tão fundamentais ao refinamento desta pesquisa. Acrescento agradecimento especial a esta última, por ter

colaborado, de modo singular, quando esta investigação científica ainda estava em processo de construção. Muito obrigado pelos seus doces conselhos, as suas estimulantes palavras e a sua amizade!

Aos meus ilustres *Professores da Graduação em Letras e da Pós-Graduação em Linguística da UFC*, por terem me formado com tanta seriedade e destreza, repassando os preciosos conhecimentos adquiridos ao longo de suas trajetórias acadêmicas.

A todos os meus queridos companheiros de Mestrado, em especial *Camila Sousa, Erasmo Oliveira, Hermínia Vieira, Lyssandra Torres e Susy Anne Almeida*, por (retro)alimentarem o companheirismo e a amizade, acalentarem os meus ideais, travarem diálogos instigantes e cultivarem a fé mútua. Acrescento agradecimentos à amada *Camila Sousa*, que me auxiliou na elaboração de algumas tabelas inclusas na versão final deste trabalho. Reverências, meu anjo!

Aos meus *ex-alunos* dos cursos de *Letras, Administração e Contábeis* da UFC, por me apoiarem e acreditarem na concretização do meu sonho de fazer Mestrado em Linguística. Em especial, agradeço à ex-aluna e querida amiga, *Lívia Chaves*, por nutrir tantos sentimentos benévolos pela minha pessoa e me incentivar a ingressar na Pós-Graduação, torcendo incansavelmente pela minha infalível vitória.

Ao digníssimo amigo e pesquisador, *Prof. Emerson Santos*, por ter se empenhado e dedicado na elaboração e revisão da versão estrangeira do resumo deste trabalho. Muito obrigado pela sua gentileza!

Aos queridos funcionários do Departamento de Letras Vernáculas (DLV) da UFC, *Rejane Abreu e Fernando Espíndola*, por me ajudarem quando exerci o cargo de professor substituto da Unidade de Língua Portuguesa do DLV e por crerem no meu sucesso quando iniciei o Mestrado em Linguística.

Aos queridos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Linguística, *Antônia Batista e Eduardo Xavier*, por sempre me recepcionarem tão gentilmente e me ajudarem na resolução de assuntos burocráticos referentes ao curso de Mestrado.

Ao *Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)*, por me conceder o apoio financeiro necessário durante os anos de dedicação à presente pesquisa.

RESUMO

Esta dissertação trata do comportamento do clítico das estruturas de-transitivas mediais quanto à alternância ausência/presença, no falar popular fortalezense. Teoricamente, o trabalho ancorou-se na associação dos postulados da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 1963, 1972, 1978, 1982, 1994, 2001; WEINER; LABOV, 1977; WEINREICH, LABOV; HERZOG, 2006) e do Funcionalismo Linguístico Norte-Americano (GIVÓN, 1984, 1993, 1995, 2001), resultando na configuração teórica denominada de *Sociofuncionalismo* (TAVARES, 2003). Em termos metodológicos, a pesquisa contou com uma amostragem de 36 inquéritos do tipo Diálogo entre Informante e Documentador (DID), extraídos do Banco de Dados *Norma Oral Popular de Fortaleza* (NORPOFOR). Foram acionados alguns grupos de fatores linguísticos (*forma verbal, tipo de mudança indicado pelo verbo, pessoa gramatical do sujeito e modalidade*) e extralinguísticos (*faixa etária, sexo e escolaridade*) os quais podem exercer influência no contexto variável em questão. Os 626 dados coletados passaram por tratamento estatístico através do uso do programa computacional GOLDVARB X, que realizou uma rodada multivariada do fenômeno mediante a acomodação estruturada das ocorrências e das variáveis controladas. Os resultados demonstraram a primazia da presença em relação à ausência. Por ordem de seleção estatística, mostraram-se como significativos para o fenômeno: a) *faixa etária* – com predominância de ausência do marcador pronominal médio entre os mais velhos e de presença entre os mais jovens; b) a *pessoa gramatical do sujeito* – com propensão de ausência na 1ª e de presença na 2ª e na 3ª; c) o *tipo de mudança indicado pelo verbo* – com predominância de ausência nos fatores *posição, estado físico e condição* e de presença no fator *estado mental*; d) a *escolaridade* – com propensão de ausência entre os informantes que têm de 9 a 11 anos de estudo e de presença entre os que têm de 0 a 4 anos e de 5 a 8 anos. Concluiu-se, portanto, que o clítico médio está passando por um processo de variação no Português Oral Popular de Fortaleza, segundo a influência de variáveis internas e externas à língua.

PALAVRAS-CHAVE: Variação. Clítico. Estruturas de-transitivas mediais.

ABSTRACT

This dissertation is about the behavior of the clitic of the middle de-transitive structures concerning to the alternance of absence/ presence in the fortalezense popular spoken language. Theoretically this work has been anchored in the association of the postulates of the Sociolinguistic Analysis (LABOV, 1963, 1972, 1978, 1982, 1994, 2001; WEINER; LABOV, 1977; WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006) and the North American Linguistic Functionalism (GIVÓN, 1984, 1993, 1995, 2001), resulting in the theoretical configuration called *Sociofunctionalism* (TAVARES, 2003). Concerning to methodological aspects, the research had a sample of 36 inquiries of Dialogue-type between Informant and Documenter (DID), extracted from the database of the *Norma Oral do Português Popular de Fortaleza* (NORPOFOR). Some groups of linguistic (*verbal form, type of change indicated by the verb, subject grammatical person and modality*) and extralinguistic factors (*age group, gender and schooling*) which can influence the variable context studied were triggered. The 626 collected data have gone through statistics treatment by the use of the computational program GOLDVARB X, which performed a multivariate round of the phenomenon by the structured accomodation of the occurences and controlled variables. The results have showed the primacy of the presence in relation to the absence. Through the order of statistics selection, the following have appeared as significative to the phenomenon: a) *age group* – with the predominance of absence of the medium pronominal marker among the elders and the presence among the youngsters; b) *the grammatical person of the subject* – with propensity of absence in the *1st* and the presence in the *2nd* and in the *3rd*; c) *the type of chance indicated by the verb* – with propensity of absence in the factors of *position, physical state and condition* and of the presence in the factor of *mental state*; d) *the schooling* – with propensity of absence among the informants who are from 9 to 11 years of study and the presence among the ones who are from 0 to 4 years and from 5 to 8 years of study. It was concluded, then, the medium clitic is going through a process of variation in the popular oral Portuguese spoken in Fortaleza, according to the influence of internal and external variables to the language.

KEY-WORDS: Variation. Clitic. Middle de-transitive structures.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Distribuição dos informantes por <i>sexo</i> , <i>faixa etária</i> e <i>escolaridade</i> na amostra constituída a partir do NORPORFOR	95
Quadro 2 – Comparação entre os princípios de <i>marcação</i> e <i>expressividade retórica</i>	136

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Influência da <i>pessoa gramatical</i> sobre a distribuição da ausência (<i>versus</i> a presença) do clítico medial no falar popular de Fortaleza.....	114
Tabela 2 – Influência do <i>tipo de mudança indicado pelo verbo</i> sobre a distribuição da ausência (<i>versus</i> a presença) do clítico medial no falar popular de Fortaleza.....	118
Tabela 3 – Influência da <i>faixa etária</i> sobre a distribuição da ausência (<i>versus</i> a presença) do clítico medial no falar popular de Fortaleza	122
Tabela 4 – Influência da <i>escolaridade</i> sobre a distribuição da ausência (<i>versus</i> a presença) do clítico medial no falar popular de Fortaleza.....	124
Tabela 5 – Cruzamento entre os fatores <i>pessoa gramatical do sujeito</i> e <i>faixa etária</i>	125
Tabela 6 – Cruzamento entre os fatores <i>pessoa gramatical do sujeito</i> e <i>escolaridade</i>	126
Tabela 7 – Cruzamento entre os fatores <i>faixa etária</i> e <i>escolaridade</i>	127
Tabela 8 – Distribuição da ausência (<i>versus</i> a presença) do clítico medial no falar popular de Fortaleza de acordo com a <i>modalidade</i>	129
Tabela 9 – Distribuição da ausência (<i>versus</i> a presença) do clítico medial no falar popular de Fortaleza de acordo com a <i>forma verbal</i>	131
Tabela 10 – Distribuição da ausência (<i>versus</i> a presença) do clítico medial no falar popular de Fortaleza de acordo com o <i>sexo</i> do informante	133

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	AS PECULIARIDADES DOS CLÍTICOS, EM ESPECIAL DO SE	18
2.1	Da natureza do clítico em Português	18
2.2	Dos tipos de <i>se</i>	20
2.3	Do tratamento dado às estruturas mediais e ao seu clítico	30
2.3.1	<i>A visão dos gramáticos tradicionais</i>	31
2.3.2	<i>As abordagens formais</i>	37
2.3.3	<i>As contribuições semânticas</i>	40
2.3.4	<i>A abordagem funcional givoniana</i>	42
2.4	Súmula do capítulo	48
3	AS EVIDÊNCIAS DE APAGAMENTO DOS CLÍTICOS	49
3.1	Da omissão do clítico	49
3.1.1	<i>Pesquisas sobre o apagamento dos variados tipos de se</i>	49
3.1.2	<i>Evidências de supressão do clítico medial</i>	62
3.2	Súmula do capítulo	69
4	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: INTEGRANDO TEORIAS	70
4.1	Teoria da Variação e da Mudança	70
4.2	Funcionalismo Linguístico	79
4.3	Sociofuncionalismo	84
4.4	Súmula do capítulo	89
5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	90
5.1	Natureza da pesquisa	90
5.1.1	<i>Quanto ao método de abordagem</i>	90
5.1.2	<i>Quanto aos objetivos</i>	91
5.1.3	<i>Quanto ao método de procedimento</i>	91
5.2	A amostra e os informantes	92
5.3	Envelope de variação	95
5.3.1	<i>Crítérios de seleção das ocorrências</i>	95
5.3.2	<i>Variável dependente</i>	98
5.3.3	<i>Variáveis independentes</i>	99
5.3.3.1	<i>Variáveis linguísticas</i>	99
5.3.3.2	<i>Variáveis extralinguísticas</i>	104
5.4	Levantamento e tratamento estatístico dos dados linguísticos	107
5.5	Súmula do capítulo	108

6	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	110
6.1	Amostra e quantidade total de ocorrências obtidas	110
6.2	Variáveis significativas	113
6.2.1	<i>Grupos linguísticos</i>	114
6.2.1.1	<i>Pessoa gramatical do sujeito</i>	114
6.2.1.2	<i>Tipo de mudança indicado pelo verbo</i>	117
6.2.2	<i>Grupos extralinguísticos</i>	121
6.2.2.1	<i>Faixa etária</i>	121
6.2.2.2	<i>Escolaridade</i>	123
6.2.3	<i>Cruzamentos estatísticos</i>	125
6.3	Variáveis não significativas (estatisticamente).....	128
6.3.1	<i>Grupos linguísticos</i>	128
6.3.1.1	<i>Modalidade</i>	128
6.3.1.2	<i>Forma verbal</i>	130
6.3.2	<i>Grupo extralinguístico</i>	132
6.3.2.1	<i>Sexo</i>	132
6.4	Súmula do capítulo	134
7	CONCLUSÃO	137
	REFERÊNCIAS	144

1 INTRODUÇÃO

Os clíticos têm sido foco de inúmeras investigações linguísticas nos últimos anos, em especial o *se*, tendo em vista a sua recorrência nos contextos discursivos, a sua natureza complexa/peculiar – *se partícula, índice, pronome* ou *afixo* – e as suas inúmeras funções – *referenciar, indeterminar, apassivar, indicar reflexividade* ou *reciprocidade* e *expressar espontaneidade* ou *interesse/envolvimento no ato* – assumidas de acordo com as características dos variados processos verbais.

O *se* é encarado por nós como uma espécie de arquimorfema para significar um pronome correferencial, não-anafórico¹, que engloba as seguintes pessoas gramaticais: 1ª (*me/vos*), 2ª (*te/vos*) e 3ª (*se*). Damos grande ênfase ao *se* da terceira pessoa, devido aos motivos arrolados acima e ressaltamos também que formas como *a gente* e *você/vocês* – que co-ocorrem com os pronomes pessoais *nós* e *tu*, respectivamente – adjungiram-se, por questões de natureza formal, ao pronome *se*, mesmo correspondendo semanticamente a 1ª e 2ª pessoas. Isso serve para reiterar a importância de enfatizarmos esse clítico, tendo em vista sua fluidez, flexibilidade e multiplicidade semântico-funcional em Português.

Tão presente e explorado nos compêndios gramaticais, o *se* já recebeu diferenciadas classificações de alguns linguistas (NUNES, 1995; MATOS, 2003), os quais tentam minimizar os problemas de descrição e compreensão circunscritos em torno desse clítico, esboçando funções que vão desde a de pronome anafórico a de elemento marcador de voz em Língua Portuguesa, passando por forma *fossilizada* – como é tratado quando junto de verbos essencialmente pronominais. Mais que isso, percebemos que, em relação à voz, o clítico *se*, inicialmente restrito às estruturas reflexivas, passou a manter intrínseca relação com outras formas (*passivas, impessoais, recíprocas* e *médias*), servindo de marcador para todas essas estruturas e parecendo sofrer, portanto, um processo de *gramaticalização* ao assumir múltiplos papéis no contexto (KEMMER, 1993).

É bem verdade que muitas das funções desempenhadas pelo *se* – e pelos clíticos de modo geral – já são por nós conhecidas, vez que a elas tivemos acesso durante nossa formação educacional basilar, pautada nas premissas do ensino tradicional de gramática. De fato, por meio da educação padrão dada pelas instituições de ensino, conseguimos nos

¹ Salientamos que, nesse caso, a noção de correferencialidade não está relacionada ao sentido textual. Na verdade, empregamos no intuito de explicitar o estabelecimento da concordância com a pessoa do sujeito: *eu me zanguei, tu te zangaste, ele se zangou* etc. Ele é não-anafórico por não estabelecer a referência anafórica, tal como observamos nas estruturas reflexivo-recíprocas: **eu me zanguei a mim mesmo, *tu te zangaste a ti mesmo, *ele se zangou a si mesmo, *nós nos zangamos a nós mesmos* etc.

familiarizar com uma das diversas variedades de língua a que nos reportamos nas situações interativas formais das quais participamos, contudo algumas das explicações e alguns dos conceitos fornecidos pela gramática tradicional – principal instrumento de divulgação dessa variedade padrão – apresenta inúmeras falhas e lacunas. Isso evidencia que a eficaz descrição e análise das estruturas linguísticas e do seu efetivo funcionamento nos contextos de comunicação concreta não é totalmente identificada no real processo de ensino/aprendizagem. Desse modo, percebemos que certas estruturas da língua não funcionam exatamente como a tradição gramatical prescreve e que alguns fenômenos nem são abordados adequadamente, apesar de fazerem parte do cotidiano discursivo dos falantes.

No que tange a esses assuntos pouco ou praticamente não contemplados pelas gramáticas tradicionais, podemos destacar um caso particular de clítico, o qual se associa às chamadas estruturas mediais. Como resquícios da voz média grega (ANDERSEN, 1994), elas expressam uma natureza híbrida entre a voz ativa e passiva, mostrando um sujeito que nem é agente nem paciente, mas apenas envolvido no processo e vivamente afetado por ele (MACAMBIRA, 1986). Quando não esquecidas, elas deixam de receber tratamento adequado por gramáticos (anteriores e posteriores à Nomenclatura Gramatical Brasileira) e até mesmo por alguns linguistas, que, muitas vezes, se restringem a descrições de natureza puramente semântico-formal e não consideram fatores de ordem funcional ou discursiva. No caso das médias pronominais, seu clítico, então, comporta-se peculiarmente, pois não funciona como elemento anafórico ou correferencial – tal como os reflexivos e recíprocos, mas como uma marca que pode mostrar a espontaneidade do ato ou o grau de afetação ou envolvimento do sujeito em um processo ao qual ele está integrado (RIBEIRO, 1908; SAID ALI, 1963, 1964, 1966), sem desempenhar o papel de agente do ato. O indivíduo, portanto, é reconhecido como a sede das lembranças, pois o evento inicia e encerra no próprio sujeito, sem que ele exerça controle sobre o acontecimento (LIMA, 1999).

Outro ponto sumamente importante a ser observado em relação aos clíticos de modo geral é o seu *apagamento*. Desde a década de 80, diversas pesquisas têm mostrado a queda progressiva deles nas modalidades oral e escrita do Português, o que nos faz refletir sobre as motivações norteadoras desse fenômeno. Normalmente, os trabalhos versam sobre a supressão dos clíticos anafóricos de natureza *reflexa* e *recíproca* (D'ALBUQUERQUE, 1984; NUNES, 1995; ROCHA, 1999; MELO, 2005) e, em uma perspectiva variacionista, apontam os seus possíveis condicionamentos linguísticos e extralinguísticos para a alternância da forma conservadora (presença) e da forma inovadora (ausência). Ainda mais interessante é o fato de que, além desses clíticos, um que também tem caído em desuso no falar brasileiro é o

médio, conforme nos mostra um número bastante reduzido de investigações, que adotam distintas concepções de voz média (CAMACHO, 2002, 2003; LIMA, 1999, 2009; SAKAMOTO, 2008). A omissão desse marcador nos causa maior surpresa, pois, mesmo sem assumir papel anafórico, ele pode contribuir para indiciar a espontaneidade do evento ou o grau de afetação e integração do sujeito no processo indicado pelo verbo, mesmo que não se identifique agentividade no indivíduo.

Diante disso, tomando como base a complexidade já aludida das estruturas mediais presentes na Língua Portuguesa e os poucos trabalhos sobre a sua caracterização e o seu clítico (no caso das pronominais), sentimo-nos instigados a explorar e analisar mais detidamente o clítico das formas mediais. Para tanto, inicialmente, buscamos definir adequadamente as estruturas envolvidas, recorrendo a propostas funcionais de descrição, as quais procuram contemplar mais a sua natureza sintático-semântica (GIVÓN, 1993, 1995) ou as suas facetas formal, semântica e sintático-discursiva (LIMA, 1999). Respalda-nos nessas descrições, consideramos como mediais as estruturas simples ou perifrásticas com baixo grau de transitividade (*de-transitivas*), cujo verbo inerentemente transitivo perde o argumento agente. Essas estruturas possuem uma correspondente ativa, que expressa o mesmo conteúdo proposicional com o agente/causativo manifestado. O SN sujeito das médias é afetado por um processo, podendo ser *experienciador* (animado) ou *paciente* (animado ou inanimado). Elas não aceitam um agente, mesmo em sintagma preposicionado, mas admitem a presença de um causativo acompanhado por uma preposição. Além disso, podem ser pronominais ou não. Como exemplos, podemos destacar: *Todo o terreno da vizinhança já (se) valorizou / O copo quebrou(-se)*. Devemos ressaltar que, devido ao enfoque deste trabalho, desprezamos as estruturas exclusivamente pronominais, com verbos como *suicidar-se, atrever-se, queixar-se* etc. – por exemplo: *O jovem rapaz suicidou-se / A criança se atreveu a solucionar o problema de matemática / Joana se queixou de dor de cabeça* – vez que não são efetivamente mediais e não favorecem a análise do fenômeno de variação explorado nesta pesquisa. Além delas, desconsideramos as exclusivamente não-pronominais, com alguns verbos como *aumentar, crescer, engravidar* etc. – por exemplo: *O preço da cesta básica aumentou bastante / A plantinha cresceu com rapidez / A mulher engravidou no primeiro mês de casa* – pois, apesar de serem mediais, não contribuem para a análise do nosso fenômeno variável.

Mediante a conceituação e caracterização das estruturas em análise, debruçamo-nos em torno dos seguintes objetivos de pesquisa: i) descrição do fenômeno da variação linguística; ii) identificação dos condicionamentos internos e externos da ausência/presença

do clítico médio; e iii) estabelecimento da correlação entre o comportamento variável do marcador das estruturas de-transitivas mediais e os princípios funcionalistas.

Tendo como referências outros estudos sobre a queda do clítico e acreditando nessa omissão como mais uma evidência de que a língua tem natureza dinâmica e variável – vez que reflete as relações diversas dos homens em sociedade conforme suas necessidades sociocomunicativas, apoiamo-nos em uma perspectiva de análise variacionista (LABOV, 1972, 1977, 1978, 1981, 1994, 2001, 2003), que defende um sistema heterogêneo no qual formas distintas co-ocorrem com o mesmo valor de verdade, sendo uma mais favorecida do que outra em virtude de motivações internas e externas. Desse modo, analisamos as variantes presença (*O corpo do menino se desenvolveu rapidamente*) e ausência (*O corpo do menino \emptyset desenvolveu rapidamente*) do clítico médio no falar popular fortalezense.

Além disso, ancoramo-nos no Funcionalismo Linguístico Norte-Americano (GIVÓN, 1984, 1993, 1995, 2001, 2005), a fim de explicarmos a variação presença/ausência do clítico médio à luz dos princípios funcionalistas. Assim, procedemos a uma discussão do fenômeno na interface teórica *sociofuncionalista*, respeitando devidamente as divergências e convergências entre as teorias selecionadas (TAVARES, 2003).

Visando à coleta de dados para análise, selecionamos uma amostra de trinta e seis informantes – estratificada conforme a *faixa etária*, a *escolaridade* e o *sexo* – que foi extraída do *corpus* Norma Oral Popular de Fortaleza (NORPOFOR), banco de dados o qual obedece aos princípios sociolinguísticos de organização de *corpora*. Convém salientarmos que optamos por dados da modalidade oral pelo fato de ela ter mais flexibilidade, ser mais espontânea e heterogênea e emergir da própria situação interacional, favorecendo variações e mudanças linguísticas (LABOV, 1972). Não queremos, com tal colocação, afirmar que o texto falado é caótico ou desestruturado. Pelo contrário, ele tem uma organização própria, ditada por circunstâncias sociocognitivas de sua produção (KOCH; ELIAS, 2009). Porém, por comportar-se como algo muito dinâmico e sofrer pressões de ordem pragmática, que se sobrepõem, muitas vezes, às regras da sintaxe escrita (um pouco mais rígida e conservadora), ele possibilita desvios de certas formas linguísticas, eleitas como canônicas e “corretas” pela tradição gramatical, as quais podem ser analisadas como estruturas em franco processo de variação. Além disso, a própria natureza popular² do *corpus* pode favorecer a variação, tendo em vista a ausência de escolarização de nível superior dos informantes.

² O termo “popular” está associado à noção de *norma popular*, que compreende um conjunto de “variedades linguísticas relacionadas a falantes sem escolaridade superior completa, com pouca ou nenhuma escolarização (...)” (BAGNO, 2003, p. 59)

No intuito de contemplarmos e estruturarmos plenamente os pontos acima relatados, organizamos esta dissertação em sete capítulos, distribuídos entre aspectos introdutórios, teóricos, metodológicos, analíticos e conclusivos. No primeiro capítulo, procedemos à elaboração da introdução deste trabalho, destacando, principalmente, nosso objeto de estudo e nossos objetivos investigativos pretendidos.

No segundo, realizamos uma revisão bibliográfica do tema em foco, apresentamos considerações gerais sobre a natureza do clítico – com foco no *se*, devido a sua predominância junto às formas verbais acompanhadas por clíticos e a sua complexidade funcional; exploramos algumas propostas de classificação dos tipos de *se* com base em suas diferenciadas funções, fizemos um breve apanhado do tratamento dado pelos gramáticos e linguistas às estruturas mediais e ao seu marcador.

No terceiro capítulo, cotejamos algumas pesquisas variacionistas sobre o fenômeno do apagamento do clítico em geral e do clítico médio, identificando tanto as principais contribuições como as lacunas de pesquisa de cada uma.

No quarto, apresentamos os pressupostos que deram suporte teórico a este trabalho, a saber: a Sociolinguística Variacionista e o Funcionalismo de linha norte-americana, procurando estabelecer o casamento teórico entre ambas as teorias sem romper os limites de descrição que cada uma adota, a depender da natureza do fenômeno investigado.

No quinto capítulo, tratamos dos procedimentos metodológicos, delimitando a pesquisa em relação ao método de abordagem, aos objetivos, ao método de procedimento, à amostra, aos informantes, às variáveis linguísticas e extralinguísticas e ao tratamento estatístico. Salientamos que, nesse momento, estabelecemos as correlações entre as variáveis selecionadas e as nossas hipóteses de investigação.

No sexto, analisamos e discutimos os resultados coletados, testando os grupos de fatores para comprovar e refutar as hipóteses levantadas. Buscamos, desse modo, retomar alguns pressupostos teóricos adotados e os trabalhos resenhados no segundo capítulo, visando ao estabelecimento de um diálogo produtivo entre a teoria e os dados.

Ademais, no sétimo capítulo – dedicado à conclusão – resgatamos as principais discussões e os resultados centrais desta investigação, apontando as nossas contribuições e indicando os possíveis desdobramentos.

2 AS PECULIARIDADES DOS CLÍTICOS, EM ESPECIAL DO *SE*

Os clíticos já foram objeto de estudo de vários pesquisadores, desde gramáticos tradicionais a representantes da Linguística Contemporânea. O *se*, em especial, já foi fruto de variadas classificações, tendo em vista as múltiplas funções que ele pode desempenhar nas estruturas sintáticas da Língua Portuguesa. Essa multiplicidade torna o tema ainda mais instigante e leva-nos a verificar cuidadosamente as propostas, de modo a identificar nelas pontos consensuais e divergentes. Além disso, tem sido constatado o apagamento frequente do clítico na fala, o que evidencia a sua instabilidade no sistema pronominal.

A fim de compreendermos um pouco sobre esse universo repleto de nuances tênues, discorreremos, inicialmente, sobre características gerais do clítico, dando ênfase às considerações tecidas pelos estudiosos acerca do *se*. Em primeiro lugar, abordamos a natureza do clítico, recorrendo a algumas explicações de Kayne (1975), Kemmer (1993), Monteiro (1994), Lima (1999) e Silveira (2008). Em segundo, tendo em vista a predominância do *se* nas formas verbais acompanhadas por clíticos e as peculiares características desse pronome, tecemos considerações sobre os seus tipos, utilizando-nos tanto das classificações de Nunes (1995) e Matos (2003) como das considerações de gramáticos como Said Ali (1964, 1966), Bechara (2006), Cunha e Cintra (2007) e Luft (2010) e linguistas como Milanez (1982), Haug (1986), Whitaker-Franchi (1989), Lima (1999), Vilela e Koch (2001), Bandeira (2007) e Caçado (2012). Em terceiro, focamos a atenção em torno das estruturas mediais e do seu clítico, fazendo uma breve exposição do tratamento dado por gramáticos tradicionais (RIBEIRO, 1908; SAID ALI, 1963, 1964, 1966; BECHARA, 2006; CUNHA; CINTRA, 2007) e por linguistas formalistas (CAMARA JR, 1977; MACAMBIRA, 1986), semanticistas (KEMMER, 1993; SCHLESINGER, 1995 *apud* SAKAMOTO, 2008) e funcionalistas (GIVÓN, 1993, 1995).

2.1 Da natureza do clítico *se* em Português

Silveira (2008) mostra que os clíticos têm sido alvo de inúmeras discussões, as quais perpassam as fronteiras da fonologia, morfologia e sintaxe. Kayne (1975), por exemplo, faz o levantamento de um conglomerado de características próprias desses itens, destacando o fato de serem fonologicamente enfraquecidos, não podendo aparecer sozinhos e necessitando, portanto, de um elemento ao qual possam se adjungir. Essa propriedade contribui para que

eles, muitas vezes, comportem-se como afixos do ponto de vista morfológico, gerando muitos questionamentos acerca de sua típica natureza.

Diante disso, percebemos que os clíticos, em especial o *se*, têm recebido várias designações dos teóricos, denunciando, assim, a falta de uniformidade quanto ao seu estatuto formal. Em relação ao *se* especificamente, enquanto uns preferem classificá-lo como pronome, outros consideram-no partícula, e ainda outros optam por considerá-lo simples morfema (afixo).

Sobre isso, Monteiro (1994) mostra que classificar o *se* como pronome implica o reconhecimento de seu caráter dêitico e anafórico, que não é perceptível nas frases mediais e passivas. Lima (1999) diz que, por outro lado, classificá-lo como partícula ou índice, como fazem alguns gramáticos, não diminui o problema, pois, mesmo não admitindo o seu caráter pronominal, ainda não se caracteriza plenamente o clítico, tendo em vista a vaguidão dos termos *partícula* e *índice*.

Para classificar elementos linguísticos ou não-linguísticos, é necessária à recorrência a critérios que se levarão em conta na classificação. Kemmer (1993), por exemplo, diferentemente de Monteiro (1994), afirma que o *se* latino mantém propriedades pronominais nas línguas românicas por dois motivos: *morfológico* – faz parte do paradigma formal dos pronomes; *sintático* – é regido pelas regras que regem a colocação dos pronomes em geral.

Em consonância com Kemmer (1993) e Lima (1999), também acreditamos que o *se*, em Português, faça parte do paradigma pronominal e comporte-se, no que se refere à colocação, da mesma forma que os outros clíticos. Além disso, concordamos com Lima (1999) que o clítico ainda mantém a categoria de pessoa.

É fato que a função do *se*, por exemplo, em algumas estruturas como as mediais e as impessoais, como assinalou Kemmer, não é referencial, mas verbal, já que se relaciona a um maior ou menor grau de elaboração de eventos. Porém, devemos lembrar que essa mudança faz parte do processo de *gramaticalização* sofrido pelo *se*, que tem adquirido novas funções. Desse modo, como nos diz Lima (1999), o *se* parece comportar-se, morficamente, como pronome e, funcionalmente, como afixo verbal relacionado à categoria de voz.

Ainda conforme Lima (1999), se consideramos como critério de classificação morfossintática a estrutura, o *se* será encarado como um pronome, mesmo que nem sempre apresente todas as propriedades semânticas caracterizadoras dos pronomes. Se contemplarmos a função, o *se* terá o valor de afixo verbal. Diante disso, o *se* passaria a ser considerado uma categoria dupla, com duas entradas distintas: a – pronome por suas propriedades formais,

semânticas ou funcionais, que aparece em estruturas reflexivas (ex.: *Ela se penteou rapidamente*); b – afixo verbal, que aparece em estruturas mediais (ex.: *Ela se apaixonou por Caio*) e impessoais (ex.: *Retiraram-se os alimentos do armário*).

Analisando mais profundamente, percebemos que o caminho percorrido pelo *se* evidencia a intrínseca relação que mantém, em relação à marcação da voz, com estruturas impessoais, reflexivas, recíprocas e mediais e sugere que elas resguardam alguma semelhança semântica que poderia explicar o fato de uma forma, antes puramente reflexiva, ter assumido diversos fins. Isso nos permite perceber que o compartilhamento do clítico pelas estruturas retrocitadas mostra a falta de relação biunívoca entre forma e função, já que identificamos um mesmo item formal desempenhando funções distintas.

A partir desses parâmetros, por reconhecermos a complexidade do *se*, descrevemos, a seguir, algumas classificações fornecidas por estudiosos dos clíticos, para que, em seguida, discorramos acerca de seu frequente apagamento no discurso produzido pelos falantes nas mais diversas situações interacionais das quais participam. Ao final, focamos a atenção em torno do comportamento do clítico das estruturas mediais, procurando, primeiramente, defini-las e caracterizá-las do ponto de vista formal, semântico e funcional.

2.2 Dos tipos de *se*

Em Português, atribui-se ao *se* diversas funções: referenciar, indeterminar, apassivar, indicar reflexividade e reciprocidade. Os critérios para atribuir esta ou aquela função dependem da predicação verbal. Um ou outro autor acrescentam a esta lista a função “indicar espontaneidade”³ ou “interesse na ação”. Nessas situações, a estrutura acompanhada de *se* aproximar-se-ia da clássica voz média grega (ANDERSEN, 1996). A seguir, para compreendermos a sua multiplicidade funcional, apresentaremos os diversos tipos de *se*, partindo das classificações fornecidas por Nunes (1995) e Matos (2003)⁴. Todavia, deixamos claro que, no decorrer dessa descrição, teceremos críticas sobre algumas limitações dessas propostas, apoiando-nos, por vezes, em gramáticos como Said Ali (1964, 1966), Bechara (2006), Cunha e Cintra (2007) e Luft (2010) e linguistas como Milanez (1982), Hayu (1986),

³ Neste trabalho, ampliando, em parte, a contribuição de Rocha Lima (2010), entendemos por *espontaneidade* ou *espontaneidade da ação* qualquer atividade interna experienciada por um sujeito, sem que ele ou outro elemento tenha contribuído para tal – por exemplo: *Os cristãos arrependem-se de seus pecados* (op.cit., p. 171).

⁴ As contribuições teóricas de Matos (2003) estão presentes no subtópico 20.5. *Tipologia dos pronomes clíticos da Gramática da Língua Portuguesa*, de Mateus et alii.

Macambira (1986), Whitaker-Franchi (1989), Vilela e Koch (2001), Melo (2005), Bandeira (2007), Silveira (2008) e Cançado (2012).

Uma proposta de classificação dos tipos de *se* a que fazemos alusão neste trabalho é a de Nunes (1995). Nela, o autor classifica o clítico, atendendo a dois critérios fundamentais: a) disposição do *se* e de outras formas clíticas de valor anafórico em classes; b) seleção de dados do Português Brasileiro. É interessante observarmos que ele não tece considerações sobre o clítico medial em sua proposta descritiva e não distingue *se-reflexivo* de *se-recíproco*.

A começar pelo *se-reflexivo*, Nunes afirma que esse clítico é exigido pela grade temática de argumentos do verbo, tendo, portanto, valor anafórico. Desse modo, conforme nos mostra Bandeira (2007), encontramos, nesse grupo, estruturas cuja pronominalização expressa agentividade e passividade do sujeito gramatical. Como exemplo de reflexividade fornecido pelo autor, podemos destacar a construção *Depois de jantar se abraçaram reciprocamente* (carta, 1725)⁵. Observemos que, nesse exemplo – embora a forma seja característica do *se-recíproco* – o autor não o diferencia do reflexivo, dando ao clítico recíproco o mesmo tratamento dado aos reflexivos.

Convém salientarmos que, diferentemente de Nunes, Bandeira (2007) defende a distinção do *se-reflexivo* para o *se-recíproco*, mostrando que este se caracteriza por expressar uma ação verbal que atua reciprocamente em mais de um agente. Isso pode ser observado no exemplo *Eles se amam profundamente*, por meio do qual percebemos que um ama ao outro, sem que haja a noção de reflexividade propriamente dita. No mesmo esteio de raciocínio, encontramos Haug (1986), que reconhece a importância de estudarmos a reciprocidade como um fenômeno que não se inclui no âmbito da voz reflexiva plena, diferentemente do que apregoam os gramáticos tradicionais. Do mesmo modo, pensa Macambira (1986), que define a voz recíproca como um tipo de reflexiva cruzada, em que o agente e o paciente são duas ou mais pessoas: eu – tu / tu – eu.

Nunes (1995) também apresenta o chamado *se-inerente*, isto é, aquele que a tradição gramatical afirma ser fossilizado junto a um verbo “essencialmente pronominal” – exemplo: *Aliás, ele se suicidou*. Nesse caso, podemos incluir alguns verbos que só se usam na forma pronominal (CUNHA; CINTRA, 2007, p. 408) – a exemplo de *apiedar-se*, *condoer-se*, *queixar-se*, *suicidar-se*. Além desse, Nunes comenta um *se* denominado de *quase-inerente*, que ocorre em verbos como *portar-se* e *comportar-se*, os quais, mesmo apresentando uma

⁵ Os exemplos fornecidos para ilustrar os tipos de *se* comentados por Nunes (1995) constam nas páginas 204 – 207 do trabalho dele.

contraparte transitiva (com outro significado), resistem ao preenchimento do argumento interno, o que sugere a fusão lexical entre agente e tema.

Bandeira (2007) discorda do tipo de *se-inerente* apresentado por Nunes e evidencia a fragilidade de critério do autor. Para a pesquisadora, além de não sabermos ao certo qual critério norteia a designação *inerente*, este tipo de *se* instaura a construção de um sentido que só é fornecido, a princípio, pela pronominalização. Desse modo, não se leva em conta a ideia de que os verbos efetivamente são obrigados a se pronominalizarem, mas sim a noção de que o uso de verbos ditos “essencialmente pronominais” se constrói em virtude de purismo gramatical ou de valores estilísticos.

Diante dessa discordância, a autora procura reconfigurar o conceito, considerando construções com *se-inerente* aquelas que instauram um sentido diferente da forma verbal não-pronominalizada. Procura atribuir ao contexto situacional o papel de esclarecer o sentido do processo verbal, quando o emprego do pronome, associado a um determinado sentido, deixa de ser verificado. Tenta explicar sua concepção analisando os verbos *tornar* (retornar) e *tornar-se* (transformar-se, vir a ser), mostrando que, em um dado contexto interacional, até o *tornar* pode ocorrer com o sentido de *tornar-se*. Segundo a linguista, isso acontece porque os argumentos internos do verbo *tornar-se* recuperam o sentido de *transformar-se*, impossibilitando a construção do sentido *retornar*; podemos visualizar esse comportamento nos seguintes exemplos retirados por Bandeira (2007, p. 78) do banco de dados VARSUL do Paraná:

(1) (...) Em sessenta e quatro eu tornei profissional, (est) e eu joguei em cinquenta e oito em Santa Felicidade. (CTB17L0718) (grifo da autora)

(2) E daquele dia em diante o tenente que todo mundo [tinha] – tinha medo, (est) tornou#se meu amigo (CT17L1180) (grifo da autora)

Nesses casos, os enunciados proferidos pelo mesmo informante com e sem o clítico levam a linguista a reconhecer a possibilidade de o pronome *se* estar deixando de ser uma marca de diferenciação de sentido entre formas verbais, transferindo essa função para outros elementos da sintaxe ou do contexto discursivo.

Após essas considerações, ela recorre a gramáticas e constata que, do banco de dados sobre o qual se debruça, os verbos que podiam ser considerados inerentemente pronominais eram *queixar-se*, *candidatar-se*, *locomover-se*, *arrepender-se*, *atrever-se* e

apoderar-se (BANDEIRA, p. 79). Ao examiná-los, Bandeira (op. cit., p. idem) verifica que “eles expressam ou um estado atingido pelo verbo ou uma ação que não pode ser transferida “para fora” do agente verbal”; nesse último caso, ela prefere associar essas formas verbais às inerentemente reflexivas, como ela julga ser o verbo *arrepender-se*. Ao final, acaba concluindo que, independente dos casos contemplados acima, o *se-inerente* é não-argumental.

A nosso ver, a redefinição conceitual do *se-inerente* feita por Bandeira (2007) não pareceu totalmente clara ou distinta daquela tradicionalmente apresentada pelos compêndios gramaticais. Ao considerar somente as formas em que a omissão do *se* ocasionaria a mudança de significado verbal, ela acaba contemplando outros verbos que gramáticos como Cunha e Cintra (2007) também consideram como *pronominais*, a saber: *debater-se* [= agitar-se] / *debater* [= discutir] ou *esconder alguém* / *esconder-se de alguém*. Além disso, a pesquisadora parece entrar em contradição ao defender inicialmente que ocorre alteração de sentido com a omissão do clítico em questão e ao mostrar, logo em seguida, que pode não haver total modificação pelo fato de a própria grade argumental interna do verbo recuperar o seu sentido – quando pronominalizado – e o contexto situacional também auxiliar nesse processo. Por fim, ainda discordamos do fato de ela não comentar acerca do *se-medial* – grupo que englobará as ilustrações acima comentadas, conforme veremos *a posteriori* – e de associar o verbo *arrepender-se* ao grupo de reflexivos inerentes, posicionamento não aceitável em virtude da falta de identificação dos traços [+agentividade] ou [+controle], próprios de um sujeito que, além de sofrer o ato, realiza-o.

Retomando a descrição dos tipos de *se*, convém ressaltarmos que Nunes (1995) desconsidera o chamado *se-apassivador*. O linguista, em seus estudos anteriores (NUNES, 1990, 1991), mostra que esse *se* teve seu valor perdido, cedendo espaço ao chamado *se-indeterminador*. Devemos destacar que, segundo Nunes (1991), o *se-indeterminador* é aquele em que o clítico assume o papel temático reservado ao argumento externo de uma dada estrutura, expressando um conteúdo semântico de indeterminação associado à noção de genericidade.

Em relação a essa problemática, Bandeira (2007) deixa claro que julga difícil a compreensão do *se-apassivador*, relacionando-o sempre à famosa *passiva sintética* preconizada pela gramática tradicional, segundo a qual o *se* assume o caráter *apassivador* quando é possível a identificação de uma contraparte ativa – exemplo: *Compraram-se livros e canetas* / *Livros e canetas foram comprados*. Todavia, a autora reconhece a fragilidade desse critério e procura respaldo em autores como Said Ali (1966) e Milanez (1982).

Recorrendo a Said Ali (1964), percebemos que o filólogo critica veementemente o fato de alguns estudiosos considerarem o *se* de certas estruturas, como “vendem-se casas” e “alugam-se carros”, elemento de indeterminação do agente. Para o autor, o uso do pronome é apenas uma extensão do processo de expressar atos espontâneos a outras coisas. Sendo assim, sugere a posição do nome como estratégia para o estabelecimento da diferença entre o uso para exprimir atos espontâneos e o uso para denotar agente indeterminado: “estraga-se a roupa” e “a roupa estraga-se” (1964, p. 179).

Said Ali (1966) apresenta diversos argumentos que contrariam a ideia de que essas construções são frases com agente indeterminado, negando, inclusive, o sentido passivo atribuído aos verbos acompanhados pelo clítico em questão. Para o autor, a ideia de apassivamento através desse pronome é resultado de interpretação indolente, já que a forma a qual se adjunge o *se* e a sua correspondente ativa não se substituem mutuamente. Ele sugere uma situação de uso dessas formas e a apresenta de forma clara, como podemos ver abaixo:

Coloque-se na frente de um prédio um escrito com a primeira das frases [aluga-se esta casa], na frente de outro ponha-se o escrito contendo os dizeres esta casa é alugada. Os pretendentes sem dúvida encaminham-se unicamente para uma das casas, convencidos de que a outra já está tomada. O anúncio desta parecerá supérfluo, interessando apenas aos supostos moradores, que talvez queiram significar não serem eles os proprietários. Se o dono do prédio completar, no sentido hipergramatical, a sua tabuleta dêste modo: esta casa é alugada por alguém, não se perceberá a necessidade da declaração e os transeuntes desconfiarão da sanidade mental de quem tal escrito expõe ao público. (SAID ALI, 1966, p. 98)

Observamos, a partir das considerações acima, que a diferença entre as formas é, além de formal, semântica. O *se*, para o gramático, é, na verdade, um elemento próprio das estruturas mediais analíticas, assumindo diversas funções tal como desempenhava nas médias sintéticas das línguas clássicas. Uma dessas é exprimir agente desconhecido, ou porque o falante realmente o desconhece, ou porque o falante simplesmente não quer mencioná-lo. Isso é claramente entendido em frases como “morre-se de sede”, no qual o pronome *se* “sugere, na consciência de todo o mundo, a idéia de alguém que morre, mas que não conhecemos ou não queremos nomear” (1966, p. 92).

Nesse caso, o nome que segue o verbo desempenha o papel de complemento e não de sujeito passivo. Para isso, concorre o fato de o nome poder vir precedido de uma preposição, por exemplo: *A Paulina admira-se e exalta-se*. Além disso, o paralelismo dessas construções com outras com verbos intransitivos reforça a hipótese do agente indeterminado.

Assim como Said Ali (1964, 1966), Milanez (1982 *apud* BANDEIRA, 2007) também não considera como passivas estruturas como *Aluga-se casas / Vende-se roupas*, pois acredita que o falante sempre intui, nesses casos, que o sujeito está sendo indeterminado, surgindo daí a explicação para a ausência de concordância. Para o autor, não há equivalência semântica entre esse tipo de estruturas com o *se* e a voz passiva.

Dando continuidade à descrição dos tipos de *se*, Nunes (1995) ainda discute sobre o *se-ergativo* – exemplo: *Meu namorado fala alguma coisa, eu não gosto, eu me magôo, eu me machuco* (entrevista) – que muito se aproxima daquele ao qual atribuiremos a designação de *se-médio*. A noção de ergatividade está associada à ideia de detematização da posição de sujeito das formas verbais transitivas, nas quais o sujeito assume o papel temático de paciente ou afetado.

Para Cançado (2012, p. 119), a ergativização é uma propriedade de natureza sintática, em que um determinado item sofre uma alternância verbal. Em outros termos, segundo a linguista, ocorre uma espécie de reorganização da estrutura de argumentos do verbo, pois “o sujeito é omitido, deixando vaga a primeira posição argumental e alçando, para essa posição, o complemento”. A autora evidencia essa propriedade com os seguintes exemplos *José quebrou/espafifou um vaso de barro / O vaso de barro quebrou/espafifou*, em que o sintagma nominal *vaso de barro* – complemento na contraparte transitiva – foi promovido a sujeito da estrutura. É interessante observarmos também que, conforme assinala Whitaker-Franchi (1989), o processo de ergatividade só é possível quando o complemento do verbo de uma estrutura transitiva assume papel temático de *paciente*.

Também discutindo acerca das ergativas, Vilela e Koch (2001) definem tais construções como intransitivas e possuidoras de uma contraparte transitiva. Nelas, a posição de sujeito é ocupada pelo objeto direto da contraparte transitiva e o elemento (causativo ou agente) responsável pela ação verbal fica ausente. Isso pode ser ilustrado através das estruturas *O sol secou as roupas / As roupas secaram*; nesse caso, o sintagma nominal *as roupas* – complemento na contraparte transitiva – ocupou a posição de sujeito na estrutura ergativa, que, por sua vez, teve o elemento causativo apagado.

Para concluirmos as explicações referentes à ideia de ergativização, é importante comentarmos que Nunes (1995) ainda discute um *se* chamado de *ex-ergativo*; este indica que determinadas estruturas com *se-ergativo* sofreram uma espécie de agentivação, ou seja, o clítico – anteriormente compreendido como marcador de eliminação – é reinterpretado e passa a funcionar como elemento de fusão entre o argumento externo (agente ou causativo) e um argumento interno, a exemplo dos verbos *separar-se*, *casar-se* e *ocupar-se*. Ressaltamos que

alguns exemplos abarcados por esse tipo de *se* também serão contemplados pela concepção de clítico medial a ser adotada em nossa pesquisa.

Ao final de sua classificação sobre os tipos de *se*, Nunes (op. cit., p. 206) apresenta o *se-enfático*, que a gramática tradicional designa de “índice de espontaneidade” – a título de ilustração destacamos o seguinte exemplo de Nunes: *O dito Gomez hera isemto e que seffosse em paz* (carta, 1555). É aquele *se* que, segundo Cunha e Cintra (2007, p. 306), serve para “realçar, com verbos intransitivos, a espontaneidade de uma atitude ou de um movimento do sujeito”. Para Nunes, esse clítico funciona como um operador que funde lexicalmente dois papéis temáticos. Assim como atesta Bandeira (2007), percebemos que o autor não fornece explicações detalhadas sobre o processo de fusão e os papéis nele envolvidos, contudo sugere que o termo “fusão” seja compreendido como *correferencialidade*, isto é, descrição da situação em que um dado papel temático se mostra fundido em outro – o que, a nosso ver, não auxilia na plena compreensão do processo supracitado.

Nunes considera que esse tipo de *se* tem a função de indicar participação intensa do sujeito na ação expressa pela forma verbal, como se verifica nos exemplos *Ele se riu compulsivamente*. Nesse sentido, parece haver certa noção de reflexividade, característica de alguns verbos intransitivos (SAID ALI, 1966).

Luft (2010) mostra que os casos de *se-enfático* são aqueles em que um pronome (para ele, reflexivo) transitiviza um verbo intransitivo para realçá-lo ou lhe dar um caráter mais expressivo, sem que isso altere o sentido da estrutura que normalmente não é pronominalizada – a exemplo de *Ela se riu bastante naquela festa, Eles se foram para outra esfera da vida* etc.

Com base no que foi discutido, constatamos que a proposta de Nunes é vasta e complexa, pois procura contemplar os mais diversos tipos de estruturas acompanhadas do pronome *se* em Língua Portuguesa. Todavia, apresenta certas lacunas já elucidadas no decorrer da discussão e não explora explícita e adequadamente o clítico médio sobre o qual nos debruçaremos ao longo de nossa pesquisa. Se bem que alguns dos tipos de *se* descritos – *ergativo*, *ex-ergativo* e alguns casos de *se-inerente* – serão enquadrados no grupo de estruturas que classificaremos como mediais.

Além de Nunes (1995), outro trabalho que procura descrever os tipos de clíticos e, em especial o *se*, é o de Matos (2003), o qual apresenta critérios de descrição e classificação dos clíticos do Português Europeu (PE). Devemos salientar que, apesar de ser dado enfoque ao PE, a tipologia se aproxima das ocorrências percebidas no Português Brasileiro (PB), o que

não invalida a sua utilização em nosso estudo. Todavia, procuramos fazer as ressalvas necessárias sempre que houve dissonâncias.

Segundo Matos, os clíticos consistem em uma espécie particular de pronomes, pois são átonos e acompanham as estruturas ocupando a posição de complementos dos verbos. Além disso, eles podem exprimir muito mais do que a pessoa gramatical, já que, em alguns casos, exercem uma função predicativa ou adquirem traços morfossintáticos próprios de alguns afixos derivacionais. Essas propriedades podem ser percebidas em exemplos como: a) *Simpáticos para nós, eles sempre assim o foram* / b) *Os cafés entornaram-se devido ao desequilíbrio do empregado* (MATOS, 2003, p. 827). No caso (a), o clítico *o* não expressa uma entidade propriamente dita, mas um elemento predicativo, que serve como correlato do pronome demonstrativo *isso*. No caso (b), o *se* serve como elemento destransitivizador do verbo *entornar*, não representando uma entidade apesar de ter uma forma semelhante à reflexiva.

Para a linguista, os clíticos do PE, assim como os de outras línguas românicas, se distinguem um do outro a partir de cinco características potenciais, a saber: a) o potencial de serem referenciais ou predicativos; b) a possibilidade de terem papel temático; c) o potencial de apontarem para uma referência específica ou arbitrária; d) a capacidade de se manifestarem em ocorrências caracterizadas pelo redobro ou pela supressão; e) a faculdade de desempenharem a função de afixo responsável pela alteração da grade argumental do verbo. Partindo dessas potencialidades, os clíticos são classificados em *argumentais*, *argumentais proposicionais ou predicativos*, *quase-argumentais*, *afixais derivacionais* e *morfossintáticos ou sem conteúdo semântico*. O grupo dos argumentais abrange os clíticos com referência definida ou arbitrária. O dos argumentais proposicionais ou predicativos contempla os clíticos demonstrativos. O dos quase-argumentais leva em consideração tanto os clíticos com estatuto argumental e funcional como aqueles referenciais não associados à grade de argumentos. O dos afixais derivacionais envolve os clíticos ergativos. O grupo dos clíticos morfossintáticos ou sem conteúdo semântico agrupam os chamados clíticos inerentes. A seguir, teceremos considerações mais detalhadas sobre cada tipo.

Os clíticos com referência definida são representados pelos clíticos anafóricos (pronomes reflexivos e recíprocos) e pelos clíticos pronominais (não-reflexivos – pronomes de terceira pessoa⁶). Eles são argumentais porque ocupam a posição sintática de

⁶ Matos (2003) segue a concepção de *anáfora* apresentada por Brito (2003) na gramática citada na nota de rodapé 3, presente na página 15. *Anáfora* é entendida como “a anáfora ligada, a relação referencial que se estabelece entre certas expressões tradicionalmente consideradas pronominais – como os reflexos e os

complementos de verbos transitivos ou ditransitivos – exemplos: *Convidaram-na constantemente para cantar em conhecidas bandas de jazz / As pessoas perguntavam-lhe quando fazia filmes mais profundos / A Ana mandou-o comprar os bilhetes para o espectáculo* (MATOS, op. cit., p. 835). Além disso, aceitam construções de redobro, em que o item redobrado desempenha o valor argumental ao qual o clítico se associa, como se verifica no exemplo *Só a convidavam a ela para cantar*. Por fim, eles também podem ser recuperados em estruturas nas quais estão subentendidos, como se observa na frase *Acho que eles se conhecem e (∅) encontram regularmente na Faculdade* (op. cit., p. 836).

Os clíticos com referência arbitrária são designados de *se-nominativo* ou *se-índice de indeterminação do sujeito*, pois, apesar de ocuparem a posição do argumento sujeito, são encarados como indefinidos ou não-específicos. Matos (op. cit., p. 837) identifica esse tipo em estruturas como *Aluga-se casas* e *Trabalha-se demais*.⁷ Eles podem ser substituídos ou parafraseados por expressões nominais como *alguém*, mas, em virtude dessa substituição, não aceitam o redobro (**Alguém aluga-se casas*). Outro ponto importante é o fato de que esses clíticos sempre estão fazendo referência a algo, não podendo ser confundidos com pronomes expletivos, isto é, sem valor referencial (*Há-se muitos livros nesta biblioteca*). É por esse motivo que podem ser retomados em estruturas nas quais ficam subentendidos, como em *Informa-se que se aluga apartamentos e vende (∅) moradias* (op. cit., p. 837).

Os clíticos demonstrativos exprimem situações e estados de coisas, ocorrendo com verbos que tomam as frases por complemento direto – como se observa no exemplo *Que era culpado, ele não o declarou abertamente* (op. cit., p. 838). Nesse caso, o *o* funciona como correlato do pronome demonstrativo *isso*, conforme explicitamos anteriormente. Esses clíticos não podem se manifestar em estruturas redobradas (**Ele não o declarou a isso abertamente* – (op. cit., p. 838), mas podem ser recuperados em construções nas quais se encontram subentendidos, como se verifica em *Simpáticos, eles sempre o foram para nós e (∅) serão para ti também* (op. cit., p. 839)

Os clíticos com estatuto argumental e funcional, também designados de *se-passivo*, correspondem à entidade arbitrária chamada de agente da passiva, conforme sugere o exemplo *Venderam-se hoje muitos livros na feira do livro* (MATOS, op. cit., p. 839). Eles não

recíprocos, e que não têm nunca referência autônoma – e uma expressão que fixa o seu valor referencial, isto é, lhes serve de antecedente – exemplo: *A criança magoou-se no jardim*.” (BRITO, 2003, p. 805, grifos nossos).

⁷ É interessante observarmos que, para a maioria das gramáticas tradicionais pós-NGB (Nomenclatura Gramatical Brasileira), o exemplo *Aluga-se casas* representa um caso de passiva sintética, sendo o clítico não um sujeito, mas um pronome apassivador que apenas oculta o responsável pela ação de *alugar*. Desse modo, o substantivo *casas* funciona como sujeito, exigindo a concordância do verbo em número e pessoa. Apesar desse posicionamento, alguns gramáticos anteriores à NGB (SAID ALI, 1964, 1966) discordam dessa proposta e encaram a estrutura como índice de indeterminação do sujeito.

admitem reduplicação, como ocorre com o *se-nominativo*, mas podem ser recuperados em estruturas nas quais ficam subentendidos, como se verifica em *Já hoje se venderam e compraram muitos livros na feira do livro* (op.cit., p. 839). Em suma, o *se-passivo* assume as características próprias do “famigerado” pronome apassivador defendido pelas gramáticas tradicionais. Em relação a esses clíticos, convém expressarmos nossa discordância, pois não conseguimos identificar diferenças funcionais em relação ao tipo *se-nominativo* já apresentado.

Os clíticos referenciais não associados à grade de argumentos dizem respeito aos dativos éticos e de posse. Os éticos representam um locutor que manifesta um determinado interesse por meio da frase que enuncia, como no exemplo *Cala-me essa boca, pois já não posso ouvir chorar!* (op. cit., p. 840). Por não ter uma natureza propriamente argumental, não admite redobro (**Cala-me essa boca a/para mim, pois já não te posso ouvir chorar!*) nem pode ser recuperado em estruturas nas quais foi apagado (**Ordeno-te que me cales essa boca e (∅) abras esses olhos!*). Já o dativo de posse, segundo Matos (2003, p. 841), pode estar associado a uma posição de argumento ou de adjunto de um complemento deste predicador, como em *Dói-me a cabeça*, aceitando o redobro *Dói-me a cabeça a mim* – o que nos causa grande estranheza no PB.

Os clíticos *ergativos* ou *anticausativos*, apesar de apresentarem forma idêntica a dos clíticos reflexivos, não são argumentos verbais, mas morfemas ou afixos derivacionais. Eles inibem a manifestação de argumentos externos do verbo (como os elementos causativo e agente), tendo como principal função “destransitivizar o verbo principal a que se associa, comportando-se desse modo como um sufixo derivacional destransitivador” (op. cit., p. 841). Segundo as autoras, eles ocorrem com verbos que não aceitam a contraparte intransitiva sem o *se* – *O barco virou-se* (**O barco virou*) / *Eu enervei-me* (**Eu enervei*) (op. cit., p. 842). Todavia, em nota de rodapé, é feita uma ressalva para o fato da existência de verbos de alternância causativa que opcionalmente solicitam a presença do clítico em sua variante inacusativa. É o que se observa no caso de *derreter* no PE atual – por exemplo: *O gelado derreteu (∅)* / *O gelado derreteu-se* (op. cit., p. 842). Interessante destacarmos que, apesar de a omissão do clítico nos verbos *virar-se* e *enervar-se* não ser permitida no PE, ela pode ser perfeitamente verificada no PB, o que não causa estranhamento aos falantes e sugere ser este um fenômeno variável.

Finalmente, os clíticos *morfossintáticos* ou *sem conteúdo semântico* são aqueles que recebem a designação de *se-inerente* e têm a mesma forma dos reflexivos. Eles não ocupam posição argumental do verbo e não servem como destransitivizadores. Neste rol,

encontramos exemplos, como *A Maria apaixonou-se por aquele homem encantador / Tu zangas-te sem saber por quê / Rio-me às gargalhadas das graças desse cômico* (MATOS, op. cit., p. 842). Neles, o clítico, além de não fazer parte da grade argumental dos verbos, não admite o redobro (**A Maria apaixonou-se a si própria/por si própria por aquele homem encantador / *Tu zangas-te a ti próprio/por ti próprio sem saber por quê / *Rio-me a mim próprio/por mim própria às gargalhadas das graças desse cômico*). O apagamento desse clítico também não é autorizável, com exceção de casos em que há um verbo auxiliar externo a uma dada estrutura coordenada, como se verifica em *Ela estava-se sempre a queixar (∅) do filho e a zangar (∅) com a filha* (op. cit., p. 844). Convém ressaltarmos que, apesar de concordarmos com o fato de o clítico *se-inerente* não fazer parte da matriz argumental do verbo, discordamos do fato de ele não admitir o redobro e não poder ser omitido, salvo na situação particular acima explicitada. Em PB, encontramos ocorrências de redobro⁸ com esse tipo de *se*, bem como evidências de seu apagamento⁹.

Como pudemos observar, a proposta de Matos descreve muitos tipos de *se* do PE e fornece algumas explicações importantes sobre o funcionamento de cada um, todavia apresenta certas explicações que não se adequam plenamente ao PB – conforme elucidamos acima – e deixa de contemplar as propriedades próprias do *se-médio*, principal foco de nosso trabalho.

Considerando a falta de adequada descrição acerca da noção de medialidade, procedemos, a seguir, à discussão daquilo que efetivamente chamamos de *estruturas mediais* – bem como do clítico que as acompanha. Fizemos um breve apanhado do tratamento dado a elas pela tradição gramatical e pela Linguística Contemporânea. Após definirmos e classificarmos tais estruturas, exploramos, de modo geral, o fenômeno do *apagamento* dos clíticos e, em particular, do clítico medial.

2.3 Do tratamento dado às estruturas mediais e ao seu clítico

Nesta subseção, buscamos, primeiramente, fazer uma breve exposição do tratamento dado às estruturas mediais – reconhecidas como um resquício da clássica voz média grega – e ao seu clítico em algumas gramáticas tradicionais (BECHARA, 2006;

⁸ Em PB, encontramos evidência dessa reduplicação no trabalho de Silveira (2008, p. 506). Vejamos a ilustração a seguir: “F(29) Não ele já *se* acostumou-*se*. Ela é praticamente minha irmã.”

⁹ Em PB, confirmamos esse apagamento na pesquisa de Melo (2005, p. 79), que discutiremos no tópico *As evidências de apagamento dos variados tipos de se*. Dentre alguns exemplos, destacamos: “Meu pai, graças a Deus, nesse assunto ele não (∅) arrepende (B-13-20)” / “Ela estava subindo no escorregador e ela (∅) desequilibrou e caiu (B-18-3)”.

ROCHA LIMA, 2010). Em seguida, reconhecendo o avanço e a importância das pesquisas linguísticas, discutimos algumas definições e modalidades dessas estruturas, pautando-nos em explicações fornecidas por estruturalistas (CAMARA JR, 1977; MACAMBIRA, 1986), por semanticistas (KEMMER, 1993; SCHLESINGER, 1995 *apud* SAKAMOTO, 2008) e por funcionalistas – mais especificamente Givón (1993, 1995), que nos deu significativo suporte para uma ampla compreensão das estruturas mediais e do seu clítico, já que conjuga fatores sintáticos, semânticos e pragmáticos envolvidos na categoria de voz.

2.3.1 A visão dos gramáticos tradicionais

Como já é sabido, as estruturas mediais são representantes da clássica voz média grega, que, com o passar dos anos, foi se diluindo em nossas gramáticas, não ocupando espaço merecido nas seções destinadas à categoria de voz. Em alguns casos, elas são minimamente mencionadas, porém, por se aproximar estrutural e semanticamente das formas passivas, reflexivas e recíprocas, acabam não sendo devidamente descritas e caracterizadas.

Mesmo antes da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), já podemos identificar certa falta de descrição e caracterização totalmente apropriada das estruturas médias. Ribeiro (1908, p. 32), por exemplo, define a categoria de voz como “as diversas maneiras de ser do sujeito” e a classifica em ativa (“sujeito é o agente da ação”): *eu amo*; passiva (“sujeito sofre a ação”): *sou amado*; e reflexa (“sujeito exerce a ação, ao mesmo tempo em que esta reverte ao sujeito”): *eu me enganei*. Como podemos observar, *a priori*, não é feita menção à voz média, o que será observado apenas em seção especial sobre o *se* na parte dedicada à sintaxe.

Na referida seção, Ribeiro afirma que o *se* serviria para construir a chamada *voz média passiva* com verbos de terceira pessoa, quando os sujeitos não fossem expressos por pessoas capazes de realizar atos, por exemplo: a) *fizeram-se casas* e b) *preparou-se terras*. Quando usado neste último caso, geravam-se sentenças de interpretação problemática, uma vez que o sentido manifestado era o de espontaneidade da ação, como na seguinte estrutura: c) *na peleja, muitos soldados já se estendem mortos por terra* (op. cit., 1908, p. 219). Observemos, nesse exemplo “c”, que o evento expresso pelo verbo “estender-se” pode sugerir certo controle por parte do sujeito “os soldados” ou pode configurar um processo que se dá e se encerra espontaneamente neste elemento; é como se pudéssemos verificar certa passividade ou afetação por parte do sujeito, não sendo possível a recuperação de um elemento efetivamente agentivo (iniciador, controlador, volitivo) nessa estrutura. Todavia, isso não

ocorre nos exemplos “a” e “b”, nos quais os sujeitos, apesar de serem passivos/afetados, não parecem se relacionar com verbos que exprimem verdadeiramente fatos espontâneos.

O *se* não se restringe à expressão da “média passiva”, pois o autor enumera outros dos seus possíveis empregos, embora todos passíveis de serem reduzidos a um só: expressar espontaneidade da ação. Seria essa espontaneidade que explicaria o uso do *se* em sentenças como “Elle se partiu, elle se foi embora, alegremente se partia”. Do mesmo modo, explicaria o emprego do *se* junto ao verbo, indicando que “toda existência expressa pelo verbo vae e volta ao sujeito ou nelle se cifra e limita” (p. 221), como no exemplo citado pelo autor: “Quando se é mulher” (p. 221). O gramático explica ainda como resultado da expressão da espontaneidade casos como “a água evapora-se”, em que verificamos a ocorrência de fenômenos naturais.

Diante disso, percebemos que Ribeiro parece propor que a diferença básica entre a passiva analítica e a construção com o *se*, junto de verbos que expressam fenômenos naturais, resume-se no fato de a primeira admitir a concepção de um agente, mesmo que este não esteja expresso, e de a segunda exprimir o fato dando-se de modo espontâneo. Assim como sugere Lima (1999), restar-nos-ia saber, portanto, o que ele exatamente denomina de “fenômenos naturais”. Para Ribeiro, parece que tais fenômenos não se restringem àqueles produzidos espontaneamente pela natureza, mas toda a modificação para que um agente não contribui. Nesse caso, outras construções deveriam ser contempladas, com: “o feijão queimou” e “o navio afundou”. Todavia, como vimos acima, alguns exemplos que se constroem com o *se* não atendem a essa noção de “espontaneidade da ação”, o que nos leva a refletir sobre essa classificação proposta por Ribeiro.

Por fim, como verificamos, o estudioso teve a pretensão de estabelecer uma diferenciação entre a voz passiva e a média – na visão dele *média passiva* – especificando, inclusive, o sentido que esta última assume na estrutura frasal. Porém, a própria terminologia utilizada ainda denuncia a aproximação semântico-estrutural e a falta de diferenciação satisfatória que estabelece entre ambas as construções. Além disso, apesar de tentar ampliar o sentido do *se*, contempla, principalmente, fatos espontâneos e fenômenos naturais (não definidos de modo claro) e deixa de levar em conta, por exemplo, outras situações em que ele se adjuge a verbos mentais (cognitivos, perceptuais, sentimentais) para expressar medialidade, a saber: *apaixonar-se*, *sentir-se* etc.

Diferentemente de Ribeiro (1908), Said Ali (1963, 1964) já apresenta explicações teóricas bem mais profundas sobre as estruturas mediais, apesar de afirmar que ela pode denotar sentidos que, a nosso ver, não lhe são próprios, a saber: *reflexividade*, *reciprocidade*,

atividade. Ao falar da voz, Said Ali (1963) não apresenta uma conceituação para a categoria, mas classifica as vozes do Português em três tipos: *ativa* (a ação é proveniente do sujeito); *passiva* (a ação é direcionada ao sujeito), formada pelo particípio do pretérito com o verbo *ser*; e *média* (o verbo é conjugado a um pronome reflexivo). A *média*, em particular, assumiria cinco significações distintas: a) ação puramente reflexa, em que o sujeito pratica o ato sobre si – por exemplo: “Pedro *matou-se*” (1963, p. 96, grifo do autor); b) estado ou condição nova (equivalente à forma *ficar* + particípio do pretérito) – por exemplo: “O menino *afogou-se* no rio [= *ficou afogado*]” (op. cit., p. 96, grifos do autor); c) ato material ou movimento que o sujeito executa em torno de si, sem que se perceba a noção de direcionamento reflexo – por exemplo: “A mãe *deitou-se* na cama [= à semelhança de *deitou a criança* na cama]” (op. cit., p. 96, grifos do autor); d) ato no qual o sujeito aparece fortemente afetado – por exemplo: “Todos *se queixaram* da grave injustiça” (op. cit., p. 96, grifo do autor); e) ação recíproca – por exemplo: “Honramo-nos *um ao outro* ou reciprocamente” (op. cit., p. 96, grifo do autor).

Said Ali (1964) mantém a classificação das vozes do verbo apresentada em seu trabalho anterior e fornece maiores detalhes sobre a *média*. Apesar de o autor ainda não definir rigorosamente a categoria de voz neste trabalho, observamos, em conformidade com Lima (1999), que ele parece considerá-la uma categoria mórfica, ou antes, uma categoria morfo-semântica que não encontra nos intransitivos uma concordância forma/sentido como é perceptível nos transitivos.

Como vemos, a estruturas medial é bastante comentada pelo filólogo. Ele a define como uma forma intermediária entre a *ativa* e a *passiva*, conjugada com um pronome reflexivo, o qual engloba várias funções. Serve para exprimir reflexividade, reciprocidade e outras que vamos examinar. Uma dessas outras diz respeito ao ato que não parte do sujeito, mas que o afeta – por exemplo: *Pedro, atravessando o jardim, feriu-se nos espinhos*, ou seja, *Pedro ficou ferido* (SAID ALI, 1964, p. 177). Verbos que indicam sentimento, conjugados com o pronome – *zanguei-me, aborreci-me* – indicam que “o mesmo efeito que o sujeito, como agente, produz em outros indivíduos, se produziu inversamente nele por uma causa qualquer do mundo exterior” (op. cit., p. 178). O autor observa que esses verbos compartilham com vários verbos intransitivos puramente pronominais o fato de também indicarem sentimento: *enfurecer-se, envergonhar-se, arrepende-se, pasmar-se, entusiasmar-se, impacientar-se, compadecer-se* etc. (SAID ALI, 1964, p. 178)

Os verbos pronominais também podem ter significação *ativa*, quando o “sentimento virá a manifestar-se exteriormente por alguma atividade” (p. 178). Nesse caso, o

pronome reflexivo denotaria a pessoa vivamente afetada: *gloriar-se*, *atrever-se*, *lamentar-se*, *queixar-se*. Entretanto, o inverso não é verdadeiro, isto é, nem sempre um sentimento manifesto exteriormente é expresso por forma medial. Podemos usar tanto o verbo *atrever-se*, pronominal, como o seu sinônimo *ousar*, verbo ativo.

Outra função é indicar “atos materiais, em geral, movimentos que o sujeito executa em sua própria pessoa iguais ao que executa em cousas ou em outras pessoas” (p. 178): *levantar-se*, *sentar-se*, *deitar-se*, *arremessar-se*, *ajoelhar-se* etc. Essa mesma construção empregada com nomes de coisas indica que “a ação se executa por si mesma no objeto de que se fala.” (p. 179). Nessas circunstâncias, a voz medial exprime atos espontâneos, sem a presença de um agente ou de uma causa aparente, como podemos observar nos seguintes exemplos do autor: *O prédio incendiou-se* / *A vida extinguiu-se* / *A luz apagou-se* / *A água congelou-se* / *O leite estragou-se* / *A retina deslocou-se* / *A pupila dilatou-se* (p. 179).

Além disso, conforme já aludimos em subtópico anterior, o uso do *se* em construções semelhantes às que se apresentam acima, tais como “alarga-se a rua”, “desbarata-se a fortuna” etc. (p. 179) – considerados por muitos como casos de voz passiva – são explicados por Said Ali (1964, p. 179) da seguinte forma:

A linguagem, aproveitando-se desta facilidade, torna o mesmo processo extensivo a casos de outra espécie e trata como se espontâneos fossem atos emanados de agente que não se quer ou não se sabe mencionar.

Desse modo, como alertamos anteriormente, a diferença entre o uso para denotar atos espontâneos e o uso para denotar agente indeterminado poderia ser a posição do nome:

Mas aqui, sendo latente a noção de agente humano, costuma-se colocar o substantivo no lugar que compete ao objeto direto, isto é, depois do verbo. Algumas vezes basta trocar a ordem das palavras para alterar o sentido, como em *estraga-se a roupa* e *a roupa estraga-se*. (1964, p. 179)

Diante dessas observações, constatamos que Said Ali contribui para a descrição da voz em Português, em especial da voz média. As observações que fez sobre o *se*, bem como a descrição dos múltiplos valores das estruturas mediais, justificam a posição importante que ocupa entre os autores brasileiros. Entretanto, como pudemos verificar, o gramático ainda mescla, no rol das médias, várias significações próprias de outras vozes, como *reflexividade*, *reciprocidade*, *atividade* etc., o que nos leva a reconhecer a necessidade de se recorrer a outros fatores de ordem funcional ou pragmático-discursiva – não contemplados pelo autor –

para o estabelecimento de uma distinção mais clara entre as vozes ativa, passiva, reflexiva, recíproca e média.

Modernamente, no rol dos compêndios gramaticais que seguem a proposta da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), encontramos Bechara (2006) que fala exclusivamente de três vozes verbais, a saber: *ativa*, *passiva* e *reflexiva*. Conceitua voz ativa como aquela em que o sujeito é o agente da ação verbal, isto é, pratica o ato (*Nós plantamos a árvore*); voz passiva como aquela na qual o sujeito é objeto da ação (paciente), sofrendo ou recebendo a ação verbal (*A árvore será plantada por nós*); voz reflexiva como aquela em que o sujeito, concomitantemente, age e sofre o efeito de sua ação (*Ele se enfeita*) (BECHARA, op. cit., p. 222 – 223). É importante considerarmos que, por seguir a NGB, o gramático reconhece a voz recíproca como um subtipo de voz reflexiva, ocorrendo no plural e indicando reciprocidade.

Bechara (2006, p. 223) comenta sobre verbos como *atrever-se*, *admirar-se*, *ufanar-se*, *queixar-se*, nos quais não se percebe “a ação rigorosamente reflexa, mas a indicação de que a pessoa a que o verbo se refere está vivamente afetada”. Devemos ressaltar que, apesar de normalmente os gramáticos os designarem de *pronominais*, Bechara compreende como pronominais aqueles que são empregados na forma reflexiva propriamente dita. Além desses verbos, o autor cita outros que expressam movimentos ou atitudes da pessoa (como *ir-se*, *partir-se*) e expressam maior expressividade à estrutura oracional (casos dos pronomes de realce), bem como apresenta formas verbais não pronominais que são seguidas pelo *se* para designar valores estilísticos, como mudanças lentas de estado ou de processo lento – exemplos: *envelhecer-se*, *desmaiar-se*, *delirar-se*, *peregrinar-se*, *repousar-se* etc. (op. cit., p. 223)

De modo geral, observamos que as estruturas mediais não foram devidamente exploradas e caracterizadas pelo gramático, mesmo sabendo que elas acabam sendo encaixadas no rol dos verbos que expressam, em algumas situações, espontaneidade de ação, experiências cognitivas, perceptuais e sentimentais; em suma, apresentam um sujeito não reflexivo, mas que é fortemente afetado pelo processo verbal.

Outro representante da tradição gramatical pós-NGB é Rocha Lima (2010), que classifica as vozes em ativa – “em que o sujeito é agente do processo indicado pelo verbo” (p. 170) – e medial – em que se faz a anexação de um pronome átono da mesma pessoa do sujeito gramatical à forma ativa do verbo.

Segundo o gramático, a voz medial apresenta três modalidades: passiva, que apresenta um sujeito paciente (*Destruiu-se o velho casarão*) – uma de suas variantes é

construída com o verbo *ser* e o particípio do verbo principal (*Foi destruído o velho casarão*); reflexiva, que mostra um sujeito o qual encarna, ao mesmo tempo, os papéis de agente e paciente do processo verbal (*Desmoralizado, o ditador matou-se*); dinâmica, que apresenta um sujeito o qual sofre uma mudança de situação, sem interferência de sua própria vontade (*Os operários queimaram-se na explosão da mina*) (ROCHA LIMA, 2010, p. 170). Este último caso pode traduzir, também, “uma atividade interna que se passa com o sujeito, sem que, igualmente, tenha ele contribuído para tal: *Os cristãos arrependem-se de seus pecados / O gelo derreteu-se / A epidemia alastrou-se*” (p. 171). Como podemos verificar, esta estrutura pode ocorrer também com seres inanimados.

A partir dessas considerações, notamos que Rocha Lima distancia-se, em parte, da NGB ao propor uma tipologia distinta, a qual contempla a voz média. Devemos ressaltar que, dos três tipos de estruturas mediais sugeridos, a que mais se aproxima da que consideraremos média é a dinâmica, pois comungamos a ideia de que a média se caracteriza pelo fato de o sujeito ser afetado por uma dada atividade sem que tenha controle sobre tal.

Todavia, o gramático ainda não estabelece uma diferenciação satisfatória entre estruturas mediais, passivas e reflexivo-recíprocas, deixando em evidência o fato de serem muito próximas morfo-semânticamente. Essa insuficiência pode ser justificada tanto em termos formais como semânticos. Percebamos, primeiramente, que todas as estruturas apresentadas constroem-se pela adjunção de um mesmo clítico (*se*), o qual se acrescenta ao verbo em sua forma ativa. Essa recorrência a uma mesma marca formal já gera por si dificuldades de diferenciação das estruturas, mostrando a limitação da forma e motivando o usuário da língua a buscar necessariamente nuances semânticas.

Ao acionar mecanismos cognitivos de compreensão, o falante depara-se com novos desafios, pois as vozes medial passiva, medial reflexiva e medial dinâmica propostas por Rocha Lima compartilham um sujeito que é afetado pela ação; porém, este grau de afetamento é diferenciado e deve ser analisado de modo escalar ou gradual, segundo traços semânticos, como [+afetado], [-afetado]. Além disso, tanto as mediais dinâmicas como as reflexivas podem codificar eventos espontâneos, entretanto, enquanto nas dinâmicas o sujeito funde os papéis de *ponto de partida* e *de chegada*, nas estruturas reflexivas há uma diferenciação da entidade referencial em duas subpartes discretas (CAMACHO, 2002, 2003). Em outros termos, é possível, no caso da reflexiva, diferenciarmos o sujeito em duas subpartes: o elemento que age e o que sofre a ação. Em um exemplo como *Ele se penteou*, conseguimos segmentar e diferenciar o elemento sujeito: há um ser que pratica e um ser que sofre a ação do ato, assim como verificamos em uma estrutura ativa como *Ele o penteou*.

Nesse caso das reflexivas, podemos falar em correferencialidade anafórica. Isso já não ocorre nas construções mediais, pois o marcador médio indica que dois papéis semânticos, o de *iniciador* e o de *ponto de chegada*, referem-se a uma entidade holística (KEMMER, 1993), destituída de aspectos parciais e conceitualmente separados, não garantindo, portanto, a distinguibilidade de papéis – por exemplo: *Rita se acalmou após alguns minutos*. Nesse caso, o sujeito está envolvido no processo, mas não há como distinguir os participantes (agente ou paciente) do evento. Tal aspecto já evidencia mais uma pequena falha da proposta de Rocha Lima, que vislumbra unicamente a descrição estrutural da língua.

É diante da falta de maiores esclarecimentos semânticos que o usuário sente também a necessidade de explicações funcionais para compreender as ocorrências – o que não é fornecido pela classificação de Rocha Lima – e nota que, por exemplo, as estruturas mediais passivas e dinâmicas compartilham algumas funções, como o escamoteamento do elemento agente, a promoção de um não-agente a tópico de discurso (somente no caso das passivas sem o *se* e das médias dinâmicas), porém, enquanto as passivas (com ou sem o *se*) admitem a recuperação do elemento agente (ser animado, volitivo, iniciador do processo), as mediais dinâmicas (mais próximas daquelas estruturas que consideramos médias em nosso trabalho) não autorizam.

Por conta de tais lacunas, adotamos, em nosso trabalho, uma concepção de estrutura medial que recorre não somente a aspectos formais e semânticos, mas também funcionais e discursivos, ancorando-nos, para tanto, em estudos funcionalistas. Isso será discutido mais detalhadamente nos subtópicos que tratarão das contribuições da Linguística Contemporânea.

2.3.2 As abordagens formais

No rol das descrições formais, podemos identificar alguns linguistas os quais teceram observações acerca das estruturas mediais. Um deles é Camara Jr. (1977, s.v.), que, ao falar sobre a categoria de voz, procura conceituá-la como “a forma em que se apresenta o verbo para indicar a relação entre ele e o seu sujeito”, dividindo-a três tipos: *ativa*, *passiva* e *medial*.

Dedicando-nos somente à estrutura medial, percebemos que Camara Jr. a define como aquela em que se adjunge à forma ativa um pronome átono da mesma pessoa do sujeito, expressando a integração deste na ação que dele parte. Observamos, portanto, que o marcador

formal é de extrema importância para a conceituação das estruturas em destaque, conjugando-se a ele o fator semântico, bem ao estilo do estruturalista em questão.

A média subdivide-se em *reflexiva*, *dinâmica* e *expletiva*. Na primeira, o sujeito, por meio do pronome adverbial, reaparece como objeto de uma ação verbal que dele parte – por exemplo: *Eu me feri* que tem certa equivalência a *Eu o feri*, em virtude da possibilidade de distinção do sujeito em subelemento que pratica e subelemento que sofre. Na segunda, *medial-dinâmica*, o sujeito ressurgue no predicado como centro de atenção transitiva que parte dele, porém não sai de seu âmbito, eliminando, desse modo, o objeto sobre o qual recairia a ação – por exemplo: *Eu me acordo* é diferente de *Eu o acordo*. No primeiro exemplo, evidenciamos uma ausência de distinguibilidade entre o ser que é acordado e o ser que faz acordar, pois a ação é espontânea e não há, portanto, duas entidades distintas como ocorre na voz reflexiva. Na terceira, *medial-expletiva*, o sujeito reaparece no predicado como centro de uma ação intransitiva que fica relacionada ao elemento de que parte de modo mais intenso – por exemplo: *Eu me ri = eu ri* (sem realce da participação do sujeito no predicado).

Assim como foi ressaltado quando falávamos sobre Rocha Lima (2010), aproxima-se da noção medial que adotaremos nesta pesquisa a modalidade *medial-dinâmica*, a qual expressa a ideia de ser o sujeito o início e o fim das lembranças, ou seja, um elemento integrado em um processo verbal normalmente espontâneo. Todavia, tendo em vista a proximidade formal e semântica, Camara Jr. não estabelece uma diferença entre as estruturas mediais e reflexivas pelos motivos arrolados quando da discussão da classificação de Rocha Lima (2010), gerando problemas à compreensão de ambas. Além disso, apoiado em Brugmann (1905 *apud* CAMARA JR, 1977), também chega a relacionar as médias com a forma recíproca, o que polemiza ainda mais a questão. Justificamos essa limitação do teórico pela sua própria ótica de abordagem, respaldada em aspectos predominantemente formais.

É relevante comentarmos que Camara Jr. ainda tece considerações sobre uma chamada construção “médio-passiva”, que corresponderia, em nossas gramáticas tradicionais, à *passiva pronominal* (*Comprou-se um lindo rádio*). Infelizmente, o autor não explica claramente qual a posição dessa estrutura no sistema, considerando-a ora uma modalidade da voz passiva, ora uma forma intimamente ligada à voz média. Ele próprio reconhece a proximidade existente entre tais construções, chegando a afirmar que a médio-passiva constrói-se com “o verbo medial, de forma pronominal, na 3ª pessoa, ficando o pronome adverbial átono *se* na função de pronome apassivador” (1977, s.v. medial).

A própria terminologia utilizada deixa em evidência a falta de precisão do lugar ocupado pela estrutura medial na língua. A não ser que, como diz Lima (1999), admitamos

que essas formas estejam no limite entre uma e outra classificação; mas isso não é dito pelo linguista.

Outra descrição formal é a de Macambira (1986), que faz uma espécie de desdobramento da proposta de Camara Jr. Ele procura conceituar voz – através, principalmente, do critério formal – como as formas que são assumidas pelo verbo para expressar a sua relação com o sujeito, visto como agente, paciente ou apenas envolvido no processo. Reconhece duas vozes: *ativa* e *passiva*, que se desdobra em *reflexiva*, *recíproca* e *média*. Para explicá-las, elabora esquemas estruturais, os quais contemplam elementos necessários, desnecessários e facultativos. Como nosso objetivo não é falar em pormenores sobre todas as estruturas, iremos nos restringir apenas às mediais.

Macambira (1986, p. 135) diz que, na média, “o sujeito não é propriamente o agente do processo, mas atua como tal de certa maneira; não é propriamente paciente, mas sofre de certa maneira o efeito do processo verbal.”. É como se estivesse, dessa forma, apenas envolvido no processo expresso pelo verbo. Sendo assim, em um exemplo como *Meu amigo zangou-se com o vizinho*, o sujeito “meu amigo” tem certa natureza agentiva, mas não chega ao ponto de zangar-se a si mesmo, já que o vizinho tem participação no processo.

O esquema estrutural da média é semelhante ao que o autor apresenta para as estruturas reflexivas e recíprocas, diferenciando-se apenas pela impossibilidade de acrescentar-lhe os elementos D (*a mim mesmo, a ti mesmo, a si mesmo* – próprios da reflexiva) e E (*um ao outro / uns aos outros* – específicos da voz recíproca). Vejamos o esquema da média: +A +B +C –D –E. Nele, A representa o(s) elemento(s) que ocupa(m) a posição de sujeito, B corresponde ao pronome oblíquo átono, C consiste no verbo, D e E representam as expressões já citadas acima. Os sinais + e – significam, respectivamente, obrigatoriedade e impossibilidade de realização do elemento.

Como dissemos, as estruturas da reflexiva, recíproca e média são praticamente idênticas, exceto pelo fato de admitirem a inclusão ou não de determinados elementos. Devido a esse aspecto, assim como afirmam Duarte e Lima (2003), Macambira admite que, em muitas situações, somente o contexto pode diferenciar o tipo de voz, o que indicia os limites da abordagem formal e enaltece a necessidade de recorrermos a fatores discursivo-pragmáticos para a análise de exemplos como: *os meninos se feriram propositalmente* (cada um feriu a si mesmo – voz reflexiva) / *os meninos se feriram na briga* (um feriu ao outro durante a briga – voz recíproca) / *os meninos se feriram na cerca* (eles passaram apressadamente por entre o arame da cerca, e as farpas feriram-lhes o corpo – voz média) (MACAMBIRA, op. cit., p. 138).

Apesar de discutir as estruturas mediais, o linguista não as conceitua plenamente, sendo as expressões empregadas – “certa maneira”, “apenas envolvido no processo” – como vagas em demasia para o discurso científico (LIMA, 1999). Além disso, a falta de fatores mais seguros para explicar a diferença entre as estruturas mediais e as reflexivo-recíprocas denuncia a limitação da proposta formalista em questão.

2.3.3 As contribuições semânticas

Uma das propostas semânticas para a compreensão das estruturas mediais é a de Kemmer (1993), que segmenta o sistema medial em classes semânticas de verbos. Uma dessas classes denota eventos espontâneos, como *germinar*, *crescer*. Essa classe é subdividida pela autora em: a) movimento – *revolver*, ou mudança de estado – *cair*; b) posição – *flutuar*; c) eventos associados a: (I) seres animados – *morrer*; (II) seres inanimados, associados a: 1) mudança de posição ou localização – *afundar*; 2) mudança de forma – *expandir*; 3) mudança físico-química – *congelar*; 4) destruição parcial da integridade material de objetos – *quebrar*; 5) destruição total da integridade material de objetos – *explodir*; 6) mudança existencial – *evaporar*, *dissipar*; 7) especificidade de objetos – *saturar*, *encher*, *abrir*; 8) propriedade de objetos – *começar*, *parar*; 9) estativização inanimada – *dividir*; (III) estado inanimado/atividade de órgãos sensoriais humanos – *soar*, *piscar*, *doer*; (IV) propriedade de entidade inanimada filtrada através de mecanismos cognitivos interpretativos – *parecer*.

A autora apresenta duas propriedades semânticas básicas que, em um sistema medial, são compartilhadas em menor ou maior grau por construções reflexivas e recíprocas. Uma está relacionada ao fato de o iniciador ser encarado como entidade afetada, ou seja, um ponto final, de chegada. O iniciador é visto também como um *macropapel* semântico o qual corresponde também ao ponto de partida do processo, assumindo os papéis de *agente*, *experienciador*, *origem mental*. Essa propriedade depende do grau de distinguibilidade dos participantes e implica, assim, a segunda propriedade, mais ampla. Esta consiste no “baixo nível de elaboração de eventos”, que significa o grau no qual participantes e subeventos componentes são distinguidos ou diferenciados. Desse modo, uma oração transitiva tem um grau maior de elaboração de eventos do que uma intransitiva; uma oração simples, menor que uma série de elementos coordenados.

É com base nessa última propriedade que a pesquisadora mostra que a voz média tem baixo grau de distinguibilidade dos participantes, tendo o clítico *se* um valor semântico

distinto. Já a reflexiva, mesmo apresentando um pronome correferencial, apresenta um iniciador que age sobre si mesmo assim como agiria sobre outra entidade.

A propósito, em relação ao marcador medial, é importante ressaltarmos que ele retém as propriedades pronominais de acordo com suas origens no pronome reflexivo: ainda é parte do paradigma pronominal, relacionando-se com outros membros da classe, apesar de o único traço nominal que lhe resta ser a pessoa; além disso, participa das regras de colocação dos clíticos as quais governam os pronomes em geral. Contudo, esse clítico, diferentemente do *se* das estruturas reflexivo-recíprocas, não permite comutações com outros elementos possíveis do mesmo paradigma (tais como: *a mim mesmo, um ao outro* etc.) e não estabelece uma relação semântica de correferência com o sujeito – conforme já aludimos – o que só seria possível se houvesse duas posições estruturais disponíveis para serem preenchidas por SNs referencialmente idênticos (CAMACHO, 2006).

Diante das observações supra, percebemos que a proposta de Kemmer é muito útil e significativa, pois dá um tratamento detalhado, de caráter semântico-lexical, às estruturas em estudo. Tanto é que alguns pesquisadores (CAMACHO, 2002, 2003, 2006; LIMA, 1999, 2009) utilizam-na como complemento à compreensão da complexa categoria.

Um pouco diferente de Kemmer, que apresenta apenas uma tipologia de predicados médios, Schlesinger (1995 *apud* SAKAMOTO, 2008) propõe uma categorização decrescente de vários tipos de verbos conforme o tipo semântico que manifestam – em especial, o grau de atividade envolvida na situação. Essa classificação foi adaptada de Quirk et al. (1972), que distinguem sete tipos, também considerando o grau de atividade relacionado ao verbo: atividade (*trabalhar*), momentâneo (*bater*), evento transitório (*chegar*), processo (*amadurecer*), cognição e percepção inerte (*impressionar*), relacional (*precisar, depender*), sensação corporal (*sentir*).

Schlesinger refinou a tipologia de Quirk *et al.*, subdividindo três de suas sete categorias: a categoria *atividade* deu origem às categorias *atividades específicas* e *atividades difusas*; a categoria *eventos transitórios* foi dividida em *eventos transitórios intencionais* e *eventos transitórios não-intencionais*; a categoria *cognição e percepção inerte* deu origem às categorias *estímulo mental* e *experimentação mental*. Além disso, o pesquisador criou uma nova categoria, denominada de *instância*, a qual contempla, de algum modo, os atos espontâneos. O resultado a que Schlesinger (1995, p. 182 – 183) chegou foi o seguinte: a) Atividade específica (*escrever*); b) Atividade difusa (*aprender*); c) Evento momentâneo (*pular*); d) Evento transitório intencional (*chegar*); e) Evento transitório não-intencional (*perder*); f) Processo (*amadurecer, crescer*); g) Instância (*sentar*); h) Estímulo mental

(*impressionar, surpreender*); i) Experiência mental (*ouvir*); j) Relacional (*necessitar, depender*); l) Sensação corporal (*ferir*).

Conforme expusemos, a proposta de Schlesinger se diferencia da de Kemmer por se caracterizar pela apresentação de uma tipologia mais ampla de predicados semânticos, entretanto as duas convergem em alguns pontos, principalmente pelo fato de apresentarem uma gama variada e detalhada de categorias semânticas em que podem ser enquadrados os verbos do sistema médio. É claro que as terminologias se distinguem, mas algumas noções são mantidas.

2.3.4 A abordagem funcional givoniana

Givón (1993, 1995, 2001) segue uma abordagem funcionalista segundo a qual a língua é vista como instrumento de interação social, isto é, como um conjunto de estratégias empregadas com a finalidade maior de produzir comunicação eficiente e coerente. Portanto, o sistema tem natureza dinâmica, e as suas estruturas não são dissociadas das funções que desempenham nos contextos comunicativos em que são utilizadas pelos usuários para o alcance de seus propósitos/objetivos. A função condiciona a forma, o que evidencia a forte relação de interinfluência que estabelecem entre si.

Para o pesquisador, a língua tem como ponto de referência para a descrição de suas estruturas gramaticais a oração simples, declarativa, afirmativa, independente e ativa. As demais orações complexas, como passivas, impessoais, médias e outras – são desdobramentos do tema (ponto de partida), devendo ser descritas como uma função de dois fatores: a) a gramática da oração simples correspondente; b) o contexto discursivo ou a função pragmática da oração complexa.

É interessante salientar que Givón julga que descrever orações simples é descrever também os seus tipos de verbos, pois estes são o seu esquema proposicional. Uma proposição pode servir de apoio a um *estado*, que não envolve mudança no tempo, ou a um *evento*, que envolve uma mudança no tempo, construída como um processo em andamento.

Os participantes ou argumentos que se circunscrevem em torno do verbo podem desempenhar diversos papéis semânticos e gramaticais. Givón propõe sete papéis semânticos: a) **agente**, participante humano que age para desencadear um evento, por exemplo *Mary kicked John* / *Maria deu um pontapé em John*; b) **paciente**, humano ou não humano, que tem um determinado estado ou registra uma mudança resultante de um evento, por exemplo *John was kicked by Mary* / *John levou um pontapé de Maria*; c) **dativo**, participante consciente no

evento, humano, porém não é o iniciador deliberado, por exemplo *John heard Mary / John ouviu Maria*; d) **instrumento**, participante inanimado que é utilizado pelo agente para praticar uma ação, por exemplo o elemento *axe/machado* da seguinte construção *She chopped firewood with an axe / Ela cortou a lenha com o machado*; e) **benefactivo**, participante humano beneficiado por uma determinada ação, por exemplo *He fixed the roof for his mother / Ele consertou o telhado para sua mãe*; f) **locativo**, lugar concreto e inanimado onde o estado existe, o evento ocorre, ou o lugar para o qual o participante é levado, por exemplo *She went to the store / Ela foi à loja*; g) **associativo**, elemento que se associa ao agente, ao paciente ou ao dativo, exercendo papel semelhante no evento, mas que não é central ou tão importante, por exemplo *She worked with her father / Ela trabalhou com o seu pai*¹⁰.

Já os papéis gramaticais de uma oração simples são quatro: sujeito, objeto direto, objeto indireto e predicativo. Em comum acordo com Lima (1999), acreditamos que não há uma relação biunívoca entre os papéis semânticos e gramaticais, já que os primeiros não se distribuem livre e igualmente entre os segundos. Normalmente, em casos de apresentação de um agente, este desempenhará o papel de sujeito. Todavia, na ausência de um elemento agente, o dativo ou o paciente assumem tal papel.

As orações simples são classificadas também conforme a transitividade¹¹, definida por Givón (1993, 1995, 2001) como um fenômeno complexo que congrega fatores semânticos, sintáticos e pragmáticos. Do ponto de vista semântico, são contempladas três propriedades básicas: a) *agentividade* – o sujeito de uma oração prototipicamente transitiva é um agente, intencional, controlador, responsável pelo evento e causa saliente dele; b) *afetação* – o objeto de uma oração transitiva prototípica é um paciente concreto, visível, não-intencional, não-controlador, registrando uma mudança de estado e sendo seu efeito saliente; c) *modalidade verbal* – o verbo de uma oração prototipicamente transitiva codifica um evento limitado, completo, sequencial e que ocorre em tempo real.

Do ponto de vista sintático, uma oração transitiva caracteriza-se pela presença de um objeto direto. Mas há verbos mais ou menos transitivos. Os mais prototipicamente transitivos são caracterizados por três fatores: a) *sujeito*, agente volicional; b) *objeto*, paciente concreto; c) *verbo*, evento de ação limitada e de mudança rápida.

Os verbos transitivos não prototípicos são aqueles que, mesmo se adequando à definição sintática, desviam-se das propriedades semânticas basilares. Como exemplo,

¹⁰ Os exemplos utilizados para ilustrar os **papéis semânticos** foram todos extraídos de Givón (1993, p. 92)

¹¹ Essa concepção de transitividade adotada por Givón (1993, 1995, 2001) representa uma síntese da conhecida proposta dos parâmetros de transitividade apresentada por Hopper e Thompson (1980).

podemos destacar a estrutura *She felt no remorse / Ela não sentiu remorso algum*¹², em que o sujeito não é um agente, o verbo não expressa um evento de uma ação limitada e de mudança rápida e o elemento final da estrutura não funciona como um paciente.

Em relação à voz, Givón (1995) considera-a um dos domínios funcionais mais complexos da linguagem por envolver, em termos funcionais, uma grande gama de extensões semânticas e pragmáticas e por poder, em termos estruturais, ser representada por uma diversa variedade de estruturas gramaticais distintas.

Devido a essa natureza múltipla, o domínio é, portanto, estudado levando em consideração as dimensões semântica e pragmática. Através da dimensão semântica, que aciona os três fatores básicos de um evento transitivo prototípico, diferencia-se a voz *transitiva* da voz *de-transitiva*. A de-transitividade é entendida, neste caso, como um decréscimo em algumas das propriedades semânticas protipicamente transitivas, acima destacadas.

Por meio da dimensão pragmática, observamos a topicalidade do agente e do paciente em um evento transitivo. Isso pode ser investigado por meio da verificação da persistência do elemento eleito como tópico¹³ e da medição da distância do referente da ocorrência em orações anteriores a que foi produzida. A persistência do tópico é medida por meio da contagem do número de vezes que o referente ocorre nas 10 orações seguintes à ocorrência. Um número acima de 2 indica que o referente é importante em termos temáticos (GIVÓN, 1995).

A distância referencial permite verificar se e onde o referente da ocorrência aparece nas orações anteriores. Neste caso, devemos observar as três orações anteriores à ocorrência. Se o referente for encontrado na oração imediatamente anterior, isto indica maior acessibilidade referencial. Givón (1995, p. 79) observa que referentes muito tópicos, tais como pronomes e anáforas zero, tendem a ter valor 1, e que sintagmas nominais enfáticos e topicalizados tendem a ter valor 2/3. Sendo assim, referentes com baixa topicalidade têm valores entre 2/3 e 3, e referentes mais tópicos entre 1 e 2/3.

É por meio dessas dimensões que Givón (1993, 1995) reconhece a *voz ativa* como aquela em que o agente é tópico e sujeito da oração; a *voz passiva* como aquela em que o sujeito paciente é mais tópico que o agente, geralmente removido; e a *voz antipassiva* como aquela em que o agente é mais tópico que o paciente e este considerado não-tópico.

¹² Exemplo extraído de Givón (1993, p. 109), acompanhado por tradução nossa.

¹³ Tópico é compreendido, neste trabalho, como participante de um estado ou evento sobre o qual se fala. (GIVÓN, 1993; LIMA, 1999)

Em relação às estruturas de-transitivas (*passiva, impessoal, antipassiva, recíproca, reflexiva e média*¹⁴), é de extrema relevância destacar que Givón (1993, 1995) apresenta três principais funções do fenômeno da de-transitivização:

a) **a demissão de um agente** – isto é, a remoção do elemento volitivo, responsável pelo evento. Essa função pode ter várias motivações, como: i – o desconhecimento do agente – por exemplo: (...) *He was killed in the Boer war (...)* / *Ele foi morto na guerra de Boer (...)* (JEPERSEN, 1974, p. 167 *apud* GIVÓN, 1993, p. 48 – tradução e grifos nossos); ii – predição anafórica ou catafórica do agente – por exemplo: *The soldiers invaded the village; soon the entire place was burned down* / *Os soldados invadiram a cidade, logo o lugar estava destruído (∅)* (GIVÓN, 1993, p. 48 – grifos do autor e tradução nossa); iii – o caráter universal do sujeito – por exemplo: (...) *as everybody knew, the dogs were psychic (...)* / (...) *Como todo mundo sabe, os cães eram espertos (...)* (TROUT, 1974, p. 40 *apud* GIVÓN, 1993, p. 48 – grifos do autor e tradução nossa); iv – o caráter estereotipado do sujeito – por exemplo: *The plane was brought down safely* / *O avião foi aterrissado com segurança* (omissão do agente *piloto*) (GIVÓN, 1993, p. 48 – tradução nossa); v – descomprometimento ou exclusão de responsabilidade – por exemplo: (...) *He got into a fight then, when He was a young, and a man was killed. But he was a wild boy then, and drunk (...)* / *Ele se envolveu em uma briga, quando era jovem, e um homem foi assassinado. Mas ele era um garoto revoltado então, e estava bêbado.* (HILLERMAN, 1990, p. 38 *apud* GIVÓN, 1993, p. 48 – grifos do autor e tradução nossa);

b) **a promoção de um não-agente** – ou seja, a eleição, por conta da remoção do agente, de outro participante como tópico. Conforme já foi dito em seção anterior,

¹⁴ Mesmo não sendo foco de nossa pesquisa explorar essas estruturas de-transitivas – com exceção das *médias*, fornecemos alguns exemplos retirados de Givón (1993): a) passiva – *Her body was discovered on the beach* / *O corpo dela foi descoberto na praia* (p. 55, grifo do autor e tradução nossa); b) impessoal – *They gave Mary a new job* / *Deram a Mary um novo trabalho* (p. 57, grifo do autor e tradução nossa) **Observação:** Givón considera como *impessoais* as construções caracterizadas pela codificação de eventos ativos ou semanticamente transitivos com sujeito genérico ou agente. Em Português, o sujeito é omitido; c) antipassiva – *John drinks (∅) heavily* / *John bebe (∅) bastante* (p. 79, tradução e grifos nossos) **Observação:** A *antipassiva* se caracteriza pela demissão do objeto (complemento) seja por estar no contexto, seja por ser universal, seja por ser do conhecimento de mundo dos interlocutores; d) recíproca – *John and Mary hugged each other* / *John e Mary abraçaram um ao outro ou John e Mary se abraçaram* (p. 83, tradução e grifos nossos); e) reflexiva – *Mary saw herself* / *Mary viu a si mesma* ou *Mary se viu* (p. 90, tradução e grifos nossos); f) média – *The window suddenly broke* / *A janela quebrou de repente* (p. 50, grifo do autor e tradução nossa).

nem toda construção de-transitiva tem essa função. A impessoal, por exemplo, é não-promocional, pois o objeto continua como tópico secundário – por exemplo: *They found her body on the beach / Encontraram o corpo dela na praia* (GIVÓN, 1993, p. 55 – grifo do autor e tradução nossa). Já a passiva e a média são promocionais, pois o paciente passa de tópico secundário para tópico primário, como se observa nos seguintes exemplos: *John was killed in na accident / John foi morto no acidente* (passiva); *The window suddenly broke / A janela quebrou de repente* (média) (GIVÓN, op. cit., p. 50 – grifos do autor e tradução nossa);

c) *a estativização do verbo* – isto é, a codificação de um evento como um estado resultante. Essa função não é comum a todas as construções, mas se relaciona principalmente às estruturas promocionais. Segundo Givón, essa propriedade pode se realizar de diversas maneiras, a saber: a) através do uso do auxiliar *be/ser*; b) por meio do uso de forma verbal nominal (*adjetiva, perfectiva, participial*), como se evidencia no emprego do particípio para formar a voz passiva.

Com base nos três parâmetros de de-transitivização propostos por Givón (1995), compreendemos o porquê de a voz média ser considerada uma construção de-transitiva. O funcionalista norte-americano ainda aponta quatro critérios para a inclusão de uma forma na voz média: a) o verbo é inerentemente transitivo, de processo ou estado, com um só argumento na posição de tópico primário (paciente ou experienciador); b) o sujeito é paciente ou experienciador; c) não há um agente responsável discernível e nenhuma ação; d) a construção não é usada primariamente como um artifício de demissão do agente.

Givón elenca tais critérios como tentativa de diferenciação das médias de outras construções de-transitivas. Desse modo, o critério (a) distingue as médias das orações adjetivo-predicativas prototípicas. O critério (b) as diferencia das impessoais. O (c) as separaria tanto da passiva com *be* como da reflexiva prototípica. E, por fim, o (d) as distinguiria da passiva com *be* (ser) e da impessoal.

Givón (1993) ainda estabelece quatro formas de codificação da média, a saber: i) voz média intransitiva – *The glass broke / O copo quebrou*; ii) passiva adjetiva-lexical – *The glass was broken / O copo estava quebrado*; iii) adjetiva potencial – *This glass is breakable /*

Esse copo é quebrável; iv) média potencial – *This glass break real easy / O copo quebra facilmente*¹⁵.

Todas essas construções admitem uma estrutura ativa correspondente: *She broke the glass (Ela quebrou o copo)* e não aceitam a menção explícita do elemento agente. Somente a adjetiva potencial aceita, em alguns casos, a menção do agente, por exemplo: *Mary was visible to John (Maria era visível a John)*. Todavia, o autor observa que, neste exemplo, não se sabe ao certo se *John* é o sujeito de um evento específico de ver, mais que um sujeito potencial de um evento também potencial.

Após a apresentação do tratamento dado à voz por Givón (1993, 1995), ainda devemos destacar que, segundo Lima (1999), dentre os critérios sugeridos, o que se apresenta como mais confuso é o (d), pois ele parece negar à média uma das funções primordiais da de-transitivização, que é a remoção do agente. Sendo assim, a média, embora tenha esta característica, não a tem como função primeira. Restariam, então, as outras duas funções: a promoção de um não-agente a tópico e a estativização do verbo. Apesar desse ponto obscuro, é importante acrescentarmos que a abordagem do autor se mostra útil para o cumprimento de nossos propósitos no que tange à definição das estruturas mediais e à sua distinção em relação às outras construções de-transitivas, tendo em vista a conjugação de fatores semântico-pragmáticos.

Por fim, diante de todas as explicações acima fornecidas, julgamos então necessário dizer o que consideramos como *estruturas mediais*. Com base em Givón (1993, 1995) e nas colaborações fornecidas por Lima (1999), reconhecemos como médias as estruturas as quais apresentam baixo grau de transitividade, pois o verbo inerentemente transitivo perde o seu argumento agente; desse modo, devemos lembrar que elas têm uma contraparte transitiva. A média codifica uma mudança de estado e promove a sujeito o elemento que, na referida contraparte transitiva, desempenha o papel de afetado – isto é, de *paciente* ou *experenciador*. Como *paciente*, entendemos um ser animado ou inanimado sob mudança – afetado por um processo e, como *experenciador*, um ser animado que experimenta um processo psíquico de que não é o iniciador. A média nunca aceita um agente (ser animado, volitivo, iniciador do processo), mesmo em sintagma preposicionado, como a passiva aceita. Contudo, facultativamente, admite a presença de um causativo (animado ou inanimado, não-volitivo, iniciador do processo) como sintagma preposicionado. Além disso, algumas das médias são prototipicamente pronominais, apresentando um pronome

¹⁵ Todos os exemplos que ilustram as *formas de codificação da voz média* foram extraídos de Givón (1993, p. 76) e estão acompanhados de traduções feitas por nós.

correferencial, não-anafórico¹⁶. Como ilustrações dessas estruturas, destacamos as seguintes: *A beleza externa se destrói paulatinamente / O imóvel de Pablo valorizou mais um pouco no último mês / O gelo derreteu-se / A menina se preocupou com as atividades escolares.*

Lembramos que, nesta pesquisa, contemplamos somente as formas ditas pronominais, já que o nosso propósito foi avaliar o comportamento variável do clítico que acompanha tais estruturas. Na exposição de nossos procedimentos metodológicos, explicamos minuciosamente os critérios de seleção das ocorrências.

2.4 Súmula do capítulo

Neste capítulo, procedemos à apresentação das principais peculiaridades dos clíticos – dando ênfase às considerações feitas pelos estudiosos acerca do *se* em especial – e das características das estruturas que encaramos como mediais, procurando introduzir o leitor no universo sobre o qual nos debruçamos ao longo da presente pesquisa.

Em primeiro lugar, abordamos a natureza do clítico *se*, discutindo sobre o fato de os teóricos considerá-lo ora pronome, ora clítico, ora afixo verbal relacionado à categoria de voz. Em segundo, devido à sua predominância nas formas verbais acompanhadas por clíticos e às suas idiossincrasias, apresentamos algumas classificações sobre os tipos de *se*, visando à compreensão do modo como alguns linguistas encaram esse marcador de caráter pronominal e *se* é contemplado o clítico medial nas classificações propostas. Em terceiro, objetivando a elaboração de uma definição mais completa para as médias, exploramos as considerações teóricas tecidas sobre elas e o clítico que as acompanha, fazendo uma exposição do tratamento dado por gramáticos tradicionais e por linguistas formalistas, semanticistas e funcionalistas.

No capítulo seguinte, tratamos das principais evidências de apagamento dos clíticos em Língua Portuguesa, no intuito de justificar a importância de realização deste trabalho e de comprovar a necessidade de investigar o comportamento variável do marcador medial no falar popular fortalezense.

¹⁶ Retomar nota 1 (p. 15).

3 AS EVIDÊNCIAS DE APAGAMENTO DOS CLÍTICOS

Após as considerações gerais feitas anteriormente, procedemos, neste capítulo, à apresentação de vários trabalhos os quais versam sobre o apagamento dos clíticos. Primeiramente, discutimos acerca de pesquisas que tratam da supressão dos diversos tipos de *se*, dentre elas, as de D’Albuquerque (1984), Nunes (1995), Rocha (1999) e Melo (2005). Segundamente, debruçamo-nos em torno de investigações que mostram evidências da omissão do clítico medial, nosso principal objeto de estudo. Para cumprirmos esse propósito, citamos os trabalhos de Lima (1999), Camacho (2002, 2003) e Sakamoto (2008).

3.1 Da omissão do clítico *se*

Desde a década de 80, vários trabalhos sobre o Português Brasileiro (PB) têm abordado a queda dos pronomes clíticos, o que nos leva a recapitularmos os índices de ocorrência desse fenômeno, bem como as suas principais motivações linguísticas e extralinguísticas. Sendo o foco desta dissertação a análise da variação presença/ausência do clítico medial no Português Oral Popular de Fortaleza, julgamos essencial apresentarmos algumas dessas pesquisas já desenvolvidas no Brasil, a fim de percebermos as contribuições que foram fornecidas até o presente momento e algumas lacunas que foram percebidas e podem ser preenchidas com o nosso trabalho. Inicialmente, discutimos pesquisas que falam sobre a omissão dos variados tipos de *se*: D’Albuquerque (1984), Nunes (1995), Rocha (1999) e Melo (2005). Nesta subseção, incluímos também o trabalho de Mello (2009), que, mesmo defendendo a manutenção dos clíticos e tratando da gramaticalização do *se* no Português Brasileiro, fez observações importantes sobre o comportamento variável desse pronome. Por fim, discorreremos sobre alguns trabalhos que tratam parcial ou totalmente do comportamento das estruturas mediais e do clítico que as acompanha – a saber: Camacho (2002, 2003), Lima (1999, 2009) e Sakamoto (2008).

3.1.1 Pesquisas sobre o apagamento dos variados tipos de *se*

Inúmeros trabalhos têm sido desenvolvidos nas últimas décadas acerca da constante supressão dos clíticos anafóricos e não-anafóricos na língua escrita e oral do PB. Fortes evidências estatísticas já mostraram o quanto os falantes apagam esse pronome átono, motivados por um significativo conjunto de fatores internos e externos à língua. Diante disso,

conforme aludido no subtópico anterior, resenharemos, a seguir, algumas dessas investigações, procurando identificar suas vantagens e limitações.

Um dos primeiros trabalhos a versar sobre o assunto foi o de D’Albuquerque (1984), que se preocupou em investigar o comportamento do se-reflexivo e do se-recíproco no dialeto mineiro de Manhuaçu e no dialeto dos subúrbios do Rio de Janeiro. Desenvolveu a pesquisa a partir da elicitación de verbos através de quarenta desenhos – por meio dos quais os informantes produziam sentenças com verbos pronominais reflexivos e recíprocos – e da análise do livro *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus.

A autora tomou como fator interno de análise o tipo de verbo ao qual o clítico se adjunge: a) essencialmente pronominais (aqueles em que os pronomes oblíquos não desempenham o papel de complemento); b) acidentalmente pronominais (aqueles em que os pronomes assumem a função de objetos); c) recíprocos; d) indeterminados.

De modo geral, a linguista chegou às seguintes conclusões: a) em verbos essencialmente e acidentalmente pronominais, é notório o apagamento dos clíticos (*Ele aproveitou da situação / Ela machucou na bicicleta*); b) o *se-recíproco* é substituído por expressões como “um ao outro”, “um com o outro” e “um do outro” (*Eles cumprimentaram um ao outro*); c) em certas estruturas, o pronome foi trocado por uma expressão equivalente (*Ela se decepcionou* por *Ela ficou decepcionada*); d) os falantes preferiram outras formas de regência verbal que impossibilitavam a manifestação do pronome (*Ela se curou da gripe* por *Ela curou a gripe*); e) em Manhuaçu, os verbos que geram ambiguidade com a ausência do pronome foram substituídos por outros que a inibem (*Ela se jogou no rio* por *Ela suicidou no rio*¹⁷); f) um mesmo item lexical pode ser usado acompanhado pelo pronome ou não, em um dado momento histórico, pelo mesmo informante ou por informantes distintos; g) certos itens lexicais tenderam a conservar mais o clítico do que outros.

Em termos estatísticos, levando em conta a elicitación por gravuras, D’Albuquerque encontrou, para as estruturas com verbos pronominais reflexivos, 35% de presença em Manhuaçu e 81%, no Rio de Janeiro; para os recíprocos, ela observou 53% em Manhuaçu e 88% no Rio de Janeiro.

No que se refere aos pronominais por ocorrência, em relação a textos de entrevistas, os resultados demonstraram que a presença dos pronominais reflexivos é de 16% em Manhuaçu e 70% no Rio de Janeiro. No primeiro, a presença de *se* com verbos essencialmente pronominais é 37% e, no segundo, é 74%. Com os verbos acidentalmente

¹⁷ Todos os exemplos foram extraídos de D’Albuquerque (1984, p. 99).

pronominais, foi percebido um índice menor no dialeto mineiro (10%) e maior no dialeto do Rio (68%). Em relação aos pronominais recíprocos, a pesquisadora identificou menos presença em Manhuaçu (11%) e maior incidência no Rio de Janeiro (86%). Assim como assevera Sakamoto (2008), D’Albuquerque mostrou que os clíticos tendem a ser mais omitidos nos verbos acidentalmente pronominais, seguidos dos essencialmente pronominais e dos recíprocos.

Convém salientarmos que D’Albuquerque (1984) enquadrou no rol dos verbos acidentalmente pronominais verbos como *machucar-se*, *cortar-se*, *sujar-se*, *aborrecer-se*, *casar-se*, *sentir-se*, *acostumar-se*, *preocupar-se*¹⁸ etc. Consideraremos boa parte desses verbos como exemplos de *se-medial* em nossa pesquisa.

Por fim, a autora propôs duas hipóteses – uma sintática e outra semântica – para a queda dos clíticos. Em relação à sintática, ela faz duas generalizações: a) se o objeto direto sem caráter reflexivo pode ser omitido, o reflexivo também o pode (baseia-se na possibilidade de apagamento do complemento direto quando representado por um pronome pessoal de terceira pessoa); b) se o objeto direto de verbos acidentalmente pronominais pode ser omitido, ele também o pode em verbos essencialmente pronominais (a diferença é que, no primeiro caso, a omissão do reflexivo é de ordem sintática e, no segundo caso, é de ordem lexical).

No que tange à hipótese semântica, a linguista mostrou que a perda do clítico reflexivo se dá pela previsibilidade do objeto dos verbos empregados nas situações mais comuns. Desse modo, evidenciou que o uso de verbos como *levantar*, *sentar* e *deitar* sem valor transitivo reflexivo constitui uma situação anômala, pois são casos em que o sujeito é agente da ação expressa pela forma verbal. Diante disso, a superposição dos papéis temáticos torna óbvia e desnecessária a marca de reflexividade. Convém destacarmos que, para alguns autores (CAMARA JR, 1977; SAKAMOTO, 2008), verbos como *levantar*, *sentar* e *deitar* não são considerados exemplos de reflexiva, mas de medial-dinâmica.

Reconhecemos o trabalho de D’Albuquerque (1984) como um dos pioneiros em relação à queda dos clíticos no Português Brasileiro, todavia a pesquisadora se restringiu a um único fator linguístico de caráter formal que, a nosso ver, parece limitado para descrever e analisar o apagamento dos clíticos reflexivo e recíproco. Além disso, não levou em consideração motivações sociais (*sexo*, *idade*, *escolaridade*) para explicar um fenômeno que sofre a influência de condicionamentos sociolinguísticos. Por fim, não definiu satisfatoriamente os verbos reflexivos, incluindo, nesse grupo, formas que têm natureza

¹⁸ Todos os verbos citados foram extraídos de D’Albuquerque (op. cit., p. 99).

sintático-semântica diferenciada e que devem ser consideradas mediais, conforme já elucidamos.

Outro estudioso do pronome *se* foi Nunes (1995), que realizou uma análise sincrônica e diacrônica da perda de clíticos anafóricos no Português Brasileiro (PB), tendo por referências 4 *corpora*, que somatizaram 2675 dados. Os *corpora*, que serviram de fonte para a pesquisa de Nunes (1990), são: i) cartas, diários e documentos – período entre 1555 e 1989 – extraídos do acervo de Linguística Histórica da UNICAMP, que perfizeram um total de 2050 ocorrências; ii) 13 entrevistas retiradas do Banco de Dados da PUC-SP, que evidenciaram 470 dados; iii) 24 entrevistas do Português Europeu (PE), das quais obteve 87 ocorrências; iv) algumas reportagens da revista *Veja* (no período de maio de 1988 a maio de 1989), que forneceram um total de 68 dados. O objetivo maior da pesquisa era investigar, no dialeto paulistano, a presença/ausência do clítico *se* nas sentenças em função das especificações lexicais do verbo ou em função do contexto sintático.

Os grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos contemplados pelo autor na realização de seu trabalho foram: o tipo de clítico anafórico¹⁹, o tipo de verbo (ação, processo e estado), as grades temáticas dos verbos (agente, experienciador, beneficiário, tema, locativo, tempo, causativo e modo), os processos lexicais que afetam a grade temática dos verbos (lexicalização, correferencialidade, pré-fusão²⁰ e descontinuidade²¹), a faixa etária, a escolaridade e as modalidades oral e escrita.

De modo geral, Nunes percebeu que a omissão do clítico anafórico *se* é um fenômeno que perpassa a história do PB. Nos dados escritos, o autor verificou que os clíticos vêm sendo omitidos desde o século XVI até o século XX. Nos dados orais, essa supressão vêm ocorrendo de forma intensa e se aproximando dos 60% do total de ocorrências. Para o linguista, o pico da supressão se dá no século XVII e se mostra bem misterioso, já que os textos dos séculos XVI, XVII e XVIII não diferem tanto em natureza composicional e estilística.

Os resultados mostraram a Nunes que a escolaridade é de suma importância no condicionamento da variação do *se* no Português falado. Os 52% de supressão se distribuem nas entrevistas do seguinte modo: 1º grau – 65%, 2º grau – 57% e 3º grau – 32%. Isso nos

¹⁹ Os tipos de *se* contemplados por Nunes (1995) foram apresentados no subtópico 1.1 desta dissertação.

²⁰ Segundo Nunes (1995, p. 209), é um “processo no qual um elemento não anafórico pode receber um dos papéis temáticos em questão – ex.: *E você, que não estava escutando, se levantou* (Carta, 1983)”.

²¹ Conforme Nunes (1995, p. 210), é um “processo que descreve a situação em que um único papel temático é realizado por elementos que mantêm entre si uma relação simétrica – ex.: *O eu covarde chocou-se tão fortemente [...] com o eu valente [...]* (Carta, 1983)”.

permite afirmar, assim como Sakamoto (2008), que a presença do clítico é mais marcante à medida que aumenta o nível de escolaridade.

Em relação ao tipo de verbo, Nunes constatou que os de ação são os maiores motivadores da omissão do clítico (91%), diferentemente daquilo que é percebido nos de processo (31%) e de estado (1%). Além disso, dos processos que afetam a grade temática dos verbos, a pré-fusão e a descontinuidade são os que mais afetam, sendo a primeira responsável por 45% de apagamento do *se* reflexivo, em comparação com as outras (8%). Nas entrevistas, a supressão atinge o pico de 65%.

Ao analisar os dados da escrita formal contemporânea, o pesquisador encontrou 54 casos de omissão do clítico *se* na revista *Veja*, sendo 61% encontrados em textos de discurso direto e 39% de discurso indireto.

Convém salientarmos que, na comparação com os dados do PE e do PB, o linguista encontrou, em relação aos reflexivos (importante foco de sua investigação), 11% de supressão no PE contra 36% no PB, obtendo, na língua escrita, 30% de ausência do *se* em ocorrências do PE.

Ressaltamos também o fato de Nunes ter encontrado muitos casos de inserção do clítico anafórico em contextos nos quais ele não figuraria, o que configura um fenômeno de hipercorreção. Isso foi o que aconteceu com verbos como *sobressair*, *encontrar*, *deparar*. Em torno de 95% desses casos são percebidos em textos produzidos em discurso indireto.

Ao concluir o trabalho investigativo, o autor constatou que os grupos linguísticos que mais influenciam o apagamento dos clíticos anafóricos foram o tipo de clítico, o tipo de verbo e a grade temática do verbo. No que tange aos condicionamentos extralinguísticos, a supressão é motivada pela escolaridade – nas entrevistas – e pelo tipo de discurso – na escrita contemporânea.

A investigação de Nunes (1995) foi de enorme relevância para o avanço nos estudos sobre a supressão dos clíticos anafóricos, pois, com sua natureza sincrônica e diacrônica, auxiliou-nos na identificação dos períodos iniciais desse processo, conforme vimos anteriormente. Além disso, forneceu-nos significativos percentuais estatísticos e elencou grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos que condicionam a variação presença/ausência.

Entretanto, o autor não discutiu as estruturas mediais nem se debruçou pormenorizadamente em torno dos casos de *se* que delas se aproximam, a saber: *ergativo* e *ex-ergativo*. Na pesquisa do autor, os clíticos *ergativo* e *ex-ergativo* foram os que mais apagaram em textos escritos no século XX, 38% e 54%, respectivamente; nas entrevistas, os

percentuais também foram maiores em comparação aos outros tipos de *se*, 53% (ergativo) e 73% (ex-ergativo). Tendo em vista a aproximação desses clíticos daquele que chamamos de medial em nossa pesquisa, podemos ratificar o quanto o *se-médio* vem decaindo no Português Oral do Brasil hodiernamente.

É interessante destacarmos que os grupos de fatores linguísticos utilizados por Nunes se mostraram significativos, porém não se adequam plenamente à nossa variável, já que ela possui – como vimos em subseções anteriores – peculiaridades semântico-sintáticas diferentes dos tipos de *se* adotados pelo linguista. Desse modo, procuramos contemplar grupos como *tipo de mudança indicado pelo verbo, pessoa gramatical do sujeito*²² etc, que tendem a condicionar a variação presença/ausência do *se* em questão.

Rocha (1999) também desenvolveu pesquisa sobre o apagamento do *se*. A autora objetivou verificar a supressão do clítico reflexivo no Português Brasileiro (PB), de modo mais específico no dialeto mineiro de Ouro Preto, procurando identificar os condicionamentos linguísticos e extralinguísticos que favorecem a ausência do pronome. Visou também a elaborar uma nova classificação para o clítico reflexivo, a verificar a ocorrência ou não de um processo de mudança linguística (substituição do *se-reflexivo* por uma categoria vazia) e a comparar os resultados do PB aos do Português Europeu (PE) – tendo em vista o fato de que trabalhos anteriores (NUNES, 1995) afirmam que o PE mantém significativamente o uso do clítico reflexivo.

Os grupos de fatores utilizados por Rocha foram: a presença ou ausência lexical do sujeito na oração analisada; o tipo de verbo (ação, processo e estado); os pronomes verdadeiramente reflexivos e os falsos reflexivos²³; a escolaridade; a faixa etária; os estilos formal e informal.

Em um balanço estatístico geral, a linguista constatou que houve 44% de apagamento do *se-reflexivo* no dialeto de Ouro Preto, evidenciando que os informantes suprimem significativamente esse clítico. Ela percebeu que, no PB, a omissão dos falsos

²² Essas variáveis de análise serão explicadas no capítulo que trata dos procedimentos metodológicos.

²³ Para identificar e diferenciar os verdadeiros reflexivos dos falsos, Rocha (1999, p. 51, grifos da autora) utiliza alguns testes sintáticos: “1) se na sentença o **se** pode ser substituído por um NP não-reflexivo; 2) se a sentença admite inversão entre o sujeito e o verbo; 3) se a sentença admite o uso do advérbio *intencionalmente*; 4) se a sentença permite o acréscimo de *a si mesmo*. Por último, utilizo o critério de identificação do papel sintático, classificação do sujeito da sentença. Quando os testes são aplicados, a sentença pode se tornar agramatical ou não; o significado do verbo pode ser mantido ou não. Se o verbo não adquirir sentido causativo, a sentença mantiver seu significado e não se tornar agramatical, o **se** dessa sentença será considerado **verdadeiro reflexivo**. Quando o teste é aplicado e a sentença se torna agramatical ou o seu significado muda e/ou o verbo se torna causativo, o **se** é classificado como **falso reflexivo**.” Como exemplos desses casos, destacamos: a) **falsos reflexivos** – “... aqueles que não **se** preocupam em aparecer” (JP) / “a gente já \emptyset acostumou, né?” (E26); b) **verdadeiros reflexivos** – “Como **se** penteava naquela época?” (E32) / “... como você \emptyset vestia é, agora né?” (E18) (ROCHA, 1999, p.64, grifos da autora)

reflexivos teve .53 de probabilidade e a dos verdadeiros .33. Esses resultados se assemelharam aos números que ela encontrou no PE, que apresentou .24 de probabilidade para a supressão dos verdadeiros e .57 para a ausência dos falsos reflexivos. Segundo Rocha, seus resultados são contrários aos de D'Albuquerque (1984), que, em seu trabalho sobre o dialeto mineiro de Manhuaçu, verificou a manutenção do *se* em verbos essencialmente pronominais (*arrepender-se, queixar-se*) e a supressão em verbos acidentalmente pronominais (*deitar-se, levantar-se*).

Em relação às outras variáveis internas à língua, a pesquisadora percebeu que a ausência do sujeito (.62) e os verbos de processo (.70) condicionaram a supressão do clítico reflexivo. O resultado relacionado ao tipo de verbo diverge do trabalho de Rocha daquele desenvolvido por Nunes (1995), segundo o qual os verbos de ação (91%) foram os que mais contribuíram para a supressão do *se-reflexivo* no dialeto paulistano.

Quanto aos condicionamentos extralinguísticos, a escolaridade mostrou-se como o fator mais significativo no apagamento do clítico reflexivo, sendo o 1º grau aquele que mais confirmou o alto índice de omissão (.78). O 3º grau caracterizou-se pela manutenção do pronome (.25). Além desse grupo de fator externo, o estilo também demonstrou significância, sendo o clítico mais apagado no estilo menos formal (.55) e menos no estilo mais formal (.17). A faixa etária não se mostrou um fator tão relevante, pois não houve tanta diferenciação entre a supressão e a faixa etária mais jovem, bem como entre o uso e a faixa etária mais velha. Todavia, nos testes gerais de produção, foi constatado que os mais jovens e os mais velhos são os maiores responsáveis pelo apagamento do *se*.

Em relação aos resultados provenientes dos dados do PE, a linguista encontrou apenas 8% de omissão do clítico reflexivo. Os outros grupos utilizados apresentam índices percentuais assemelhados ao PB: o sujeito nulo (.79), os verbos de processo (.59) e a escolaridade de 1º grau (.59).

No que tange à faixa etária no PE, os informantes jovens e medianos favorecem o apagamento, apresentando, respectivamente, (.75) e (.57); enquanto os mais velhos demonstram um índice menor (.42) de supressão. Segundo a pesquisadora, esses resultados evidenciam que, baseando-se no tempo aparente, o PE parece estar caminhando para um processo de mudança. No PB, Rocha observa que quase não houve diferença significativa entre a ausência do *se-reflexivo* e a faixa etária mais jovem ou entre o uso do referido clítico e a faixa etária mais velha, na análise global dos dados. A autora mostra, inclusive, que, nos testes de produção, as faixas etárias *mediana* e *mais velha* acabam sendo as responsáveis pela maior porcentagem de supressão do *se* do que a faixa mais jovem.

Assim como os trabalhos retrocitados, pudemos perceber que o de Rocha (1999) contribuiu significativamente para a ampliação de conhecimentos acerca do comportamento dos clíticos na língua oral do PB em correlação com o PE. A pesquisa recorreu a fundamentos da Sociolinguística Variacionista e buscou verificar o grau de influência de fatores internos e externos à língua no processo de variação do *se-reflexivo*. Além disso, a linguista teve o propósito de traçar um comparativo entre dados do PB e do PE, colaborando para o fornecimento de subsídios estatísticos que visam a retratar como tem se configurado o sistema pronominal contemporâneo nas duas variedades do Português.

Entretanto, a linguista, apesar de recorrer a testes sintáticos para diferenciar os verdadeiros reflexivos dos falsos, não apresentou todas as nuances sintático-semânticas características dos chamados *falsos reflexivos*, os quais, além de demonstrarem maior índice de apagamento, parecem se encaixar na classe do que chamamos de *se-médio* em nossa pesquisa. É relevante destacarmos que a grande probabilidade de supressão desse tipo de *se* entra em consonância com a hipótese levantada inicialmente por Camacho (2002, 2003) – testada em nosso trabalho – segundo a qual o clítico medial está caindo em desuso no Português Oral. Por fim, observamos que não foram utilizadas muitas variáveis linguísticas as quais possivelmente podem influenciar no fenômeno do apagamento do clítico (como: *forma verbal, tipo de processo, papel temático do sujeito* etc.), algo investigado em nosso trabalho.

Outra linguista que se preocupou com a supressão dos clíticos foi Melo (2005). A autora examinou as construções com o *se*²⁴ de valor reflexo e recíproco, procurando verificar a alternância presença/ausência do pronome no PB e no PE. Para a realização do trabalho, coletou dados de dois *corpora* de língua oral: a) o do PB foi formado por meio de gravações da fala de pessoas nativas e pertencentes à cidade de Uberlândia. Ele se constituiu de 45 informantes adultos de ambos os sexos, enquadrados em três faixas etárias (20 a 30 anos / 31 a 45 anos / acima de 45 anos); b) o do PE foi formado a partir da seleção de 100 entrevistas extraídas do Banco de Dados do Projeto CRPC²⁵. Aos dados desse *corpus*, foram atribuídos

²⁴ Como exemplos de *se-reflexivo* e *se-recíproco*, respectivamente, Melo (2005, p.68, grifos da autora) fornece os seguintes: i) “Lógico que ele tinha que *se* preocupar em exercer a carreira tributária” (B-02-03) / “Quando crianças elas *se* divertiam mais que hoje...” (B-02-10); ii) “Eu acho que elas *se* relacionam muito bem” (B-23-15) / “Eles estão sempre *se* estranhando” (B-09-16).

²⁵ O CRPC (*Corpus* de Referência do Português Contemporâneo) consiste em um amplo corpus de variedade europeia do Português e de outras variedades, a saber: Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Goa, Macau e Timor-Leste. Ele contém cerca de 311,4 milhões de palavras, contemplando textos escritos de natureza diversa (literários, jornalístico, técnico etc.) e de registros orais (formal e informal). O CRPC, além de possuir um *subcorpus* escrito com 308,9 milhões de palavras oriundas de textos escritos, é constituído por um *subcorpus* com cerca de 1,6 milhões de palavras provenientes de transcrições de gravações de registros orais (dentre eles, monólogos, diálogos, conversas, telefonemas, homilias etc.). Em relação à datação,

os mesmos fatores aplicados aos representantes do PB, com exceção da classe social, tendo em vista a inexistência, nesse *corpus*, da categorização “grupos profissionais”.

Os grupos de fatores selecionados para a pesquisa foram: a presença/ausência do clítico *se*; os tipos de verbos (essencialmente pronominais, acidentalmente pronominais e outros²⁶); classe social (alta, média, baixa e não se aplica); faixa etária; variedade do Português (brasileiro ou europeu).

No balanço estatístico geral, Melo constatou que, do total de dados do PE, 90% são de presença do clítico reflexivo ou recíproco, enquanto que a ausência corresponde a apenas 10%. No PB, o índice de presença atinge 51% e o de ausência 49%. Em relação ao tipo de clítico omitido, a linguista percebeu – ao envolver os dados de ambas as variedades – que há um percentual de 59% de presença do clítico reflexivo e 41% de apagamento, ao passo que o *se-recíproco* tem um índice de 70% de presença e 30% de ausência. Segundo a linguista, isso evidencia que os falantes do PB e do PE tendem a não suprimir em demasia o clítico recíproco.

Analisando separadamente a distribuição da presença e da ausência dos *se-reflexivo* e *se-recíproco* no PB e no PE, a pesquisadora percebeu que não houve um comportamento totalmente uniforme do *se-reflexivo*. No PB, o apagamento do reflexivo correspondeu a 51% do total de ocorrências, enquanto a sua presença a 49%. Já no PE, houve 92% de presença e somente 8% de ausência. No que se refere ao *se-recíproco*, no PB, o percentual de apagamento atingiu o índice de 29% e o de presença 71%. Já no PE, foram percebidos 70% de presença do clítico recíproco e 30% de supressão.

Ao amalgamar os resultados, a autora constatou que o percentual geral de ausência dos clíticos estudados é de 80%, o que contribui para que ela confirme sua hipótese de que “o clítico “se” está em desuso no Brasil, em se tratando de língua oral” (MELO, op. cit., p. 75).

No que tange ao cruzamento entre o tipo de verbo e a presença/ausência do clítico, os resultados mostraram que o índice de presença do *se-reflexivo* é de 63% com os verbos essencialmente pronominais e 58% com os acidentalmente pronominais. Com relação

devemos informar que os textos vão desde a segunda metade do século XIX até 2006. (Fonte: <http://www.clul.ul.pt/pt/recursos/183-reference-corpus-of-contemporary-portuguese-crpc>).

²⁶ Alguns exemplos dos tipos de verbos considerados por Melo (2005, p. 69, grifos da autora) são: a) *acidentalmente pronominais* – “Na escola, eles não **se** sujavam muito” (B-05-10); b) *essencialmente pronominais* – “E depois de um tempo veio a notícia de que ele tinha **se** suicidado” (B-05-20); c) *outros* – “Ah... eles **se** vibravam porque aquilo era sangue deles” (B-05-02). A linguista afirma que denominou de *outros* os verbos que a Gramática Tradicional não considera como essencial ou acidentalmente pronominais. Procura justificar essa generalização com base na ideia de que o objetivo de seu trabalho não é descrever os tipos de verbo, mas identificar aqueles que mais favorecem a supressão do clítico na sentença.

à supressão, o índice com os acidentais é de 42% e com os essencialmente pronominais é de 37%. Isso mostra que a diferença percentual não é tão significativa. No que se refere ao *se-recíproco*, a distribuição da presença e da ausência do pronome com os verbos é, respectivamente, 71% e 29% – o que confirma a hipótese da autora de que o clítico recíproco é menos apagado que o reflexivo.

Analisando separadamente a distribuição do clítico *se*, conforme o tipo de verbo em cada variedade do Português, Melo observou que, no PB, os dados revelam um resultado equilibrado para os verbos acidentalmente pronominais: 49% de presença e 51% de ausência. A diferença mostra-se mais significativa quando se trata dos essencialmente pronominais, pois os resultados indicam 63% de presença e 37% de ausência. No PE, a diferença percentual é bem equilibrada, já que são 100% de presença nos essencialmente pronominais e 90% nos acidentais.

Convém salientarmos que, conforme destaca Melo, seus resultados referentes ao PB entram em consonância com os de D’Albuquerque (1984), que revelaram um maior índice de presença do reflexivo nos verbos essencialmente pronominais. Inclusive, para explicar o fato de alguns verbos pronominais conservarem os clíticos em proporção maior que outros, Melo recorre às hipóteses sintática e semântica anteriormente comentadas.

Com relação aos condicionamentos extralinguísticos, a linguista constatou que a análise de distribuição da presença e da ausência do clítico *se* reflexivo, de acordo com a classe social, mostrou que a variação não apresentou estratificação por classe, já que a presença e a ausência ocorreram de maneira uniforme em todos os grupos socioeconômicos, a saber: classe baixa (índice de ausência – 55%), classe média (índice de ausência – 48%) e classe alta (índice de ausência – 46%). Devemos lembrar que esses dados dizem respeito apenas ao PB, já que não havia a categoria “classe social” no *corpus* do PE.

Quanto à faixa etária, no PB, a diferença percentual de apagamento do clítico *se* reflexivo/recíproco entre os falantes mais jovens e os falantes medianos é bem equilibrada: 42% e 48%, respectivamente. Já a faixa etária mais velha se mostrou como a maior responsável pela supressão (61%). Esse resultado parece corroborar o que foi percebido por Rocha (1999): a faixa etária mais jovem não parece ser a dominante, em termos probabilísticos, no fenômeno de apagamento do *se* como complemento verbal no PB. No PE, as diferenças percentuais de apagamento do clítico *se-reflexivo*, mais especificamente, também não se mostraram tão significativas: 9% de ausência na faixa etária 1, 13 % na faixa 2 e 5% na faixa 3.

Por fim, a autora ressaltou que o resultado do cruzamento tridimensional entre a variável em estudo, a classe social e a faixa etária apontaram para um índice maior de presença do *se-reflexivo* entre os falantes mais jovens e da classe social mais alta. Isso se deveu ao fato de os informantes dessa faixa etária e classe social estarem cursando ou já terem concluído o ensino superior, o que levou Melo a reconhecer a escolaridade como fator importante no favorecimento da presença do clítico *se*.

A pesquisa de Melo (2005) contribuiu de modo relevante para a ratificação do fenômeno da queda dos clíticos no PB em comparação ao PE. Respalhada em vários trabalhos sobre o apagamento do *se* e amparada no artefato teórico da Sociolinguística, ela conseguiu fazer o levantamento quantitativo de dados do *se-reflexivo* e do *se-recíproco*, explicando os resultados obtidos através da recorrência a fatores linguísticos e extralinguísticos motivadores da alternância presença/ausência. Além disso, procurou estabelecer comparações entre dados do PB e do PE, bem como entre os seus resultados e os de vários trabalhos já realizados no Brasil acerca dos clíticos sobre os quais se debruçou.

Todavia, percebemos que a pesquisadora adotou uma classificação para os verbos que é muito restrita e estanque quanto ao emprego dos clíticos. Ao tratar do *se-reflexivo*, ela incluiu formas que consideramos exemplos de estruturas mediais (*preocupar-se, divertir-se, esquecer-se*), o que nos leva a refletir sobre quais os clíticos que mais estão efetivamente caindo em desuso: o reflexo, o médio ou ambos? Essa é uma evidência também da confusão estabelecida entre as estruturas reflexivas, recíprocas e mediais. Todavia, para responder a esse questionamento, é necessário distinguir claramente essas estruturas.

Outro ponto que deve ser revisto está relacionado ao conjunto de variáveis independentes envolvidas. Conforme vimos, a autora seleciona apenas dois grupos de fatores linguísticos e três extralinguísticos, deixando de contemplar outras variáveis formais (como *forma verbal, pessoa gramatical* etc.) e sintático-semânticas (como *papel temático do sujeito, tipo de mudança do verbo, modalidade* etc.), as quais podem influenciar fortemente o processo de apagamento dos clíticos.

Por fim, ainda observamos que, por focar a sua investigação aos dados da região Sudeste do Brasil, Melo acaba nos dando a oportunidade de complementar os trabalhos sobre o apagamento dos clíticos em outra região do nosso território nacional, possibilitando a realização de futuras pesquisas as quais visem a estabelecer um estudo comparativo sobre o comportamento desses pronomes no PB.

Além das pesquisas supracitadas, outra que se mostra muito importante para a compreensão do comportamento dos clíticos no PB é a desenvolvida por Mello (2009).

Mediante a flutuação nos usos do pronome reflexivo no PB, a autora se propôs a analisar o *se* na fala de João Pessoa, defendendo que, diferentemente de outras regiões do Brasil, ele parece permanecer estável. Respalhando-se no Sociofuncionalismo, a linguista observou o comportamento variável desse clítico no falar pessoense e, desenvolvendo principalmente um estudo sobre a gramaticalização do *se*, procurou mostrar que as variações semânticas nas funções desse pronome parecem atuar como indícios de trajetórias de mudança – de clítico reflexivo para afixo verbal.

Para realizar tal investigação, a pesquisadora recorreu ao *corpus* Variação Linguística do Estado da Paraíba (VALPB)²⁷, compondo sua amostragem com 60 informantes. A variável dependente escolhida foi a *presença x ausência do clítico*, sendo a presença a regra de aplicação. Foram selecionadas para a análise as seguintes variáveis linguísticas: *pessoa pronominal dos clíticos, colocação dos clíticos na sentença, pessoas verbais, transitividade do verbo, traços semântico-pragmáticos do verbo, tipos de pronomes/funções dos clíticos, tipos de discurso e animacidade do sujeito*. Além delas, utilizaram-se as variáveis sociais *sexo, idade e escolaridade*.

No balanço global, os resultados de Mello mostraram que, dos 1673 dados encontrados, 1406 (85%) apresentaram o clítico junto às formas verbais, enquanto que 207 (15%) se caracterizaram pela omissão do marcador pronominal. Os grupos selecionados pelo programa estatístico foram *traços semântico-pragmáticos do verbo, tipos de pronomes/funções do clítico, transitividade verbal, pronomes pessoais, sexo, tipos de discurso, faixa etária e anos de escolarização*.

Em relação ao grupo *traços semântico-pragmáticos do verbo*, a autora constatou que os tipos *relacional (.93), processo (.89), momentâneo (.81), dicendi (.81), atividade específica (.57)* e *evento transitório intencional (.57)* foram os que primaram pela manutenção do clítico. Já os tipos *atividade difusa (.27), experimentação mental (.22), evento transitório não-intencional (.18)* e *instância (.15)* tenderam ao não preenchimento do pronome. Quanto aos *tipos de pronomes/funções dos clíticos*, os que mais favoreceram a manutenção foram o

²⁷ De acordo com Chaves (2006), o projeto Variação Linguística do Estado da Paraíba (VALPB) foi coordenado pelo Prof. Dr. Dermeval da Hora Oliveira, iniciada em 1993, visando a mapear, compreender e trabalhar a realidade linguística da comunidade de João Pessoa em vários aspectos. Para a realização do Projeto VALPB, houve uma coleta de dados em março de 1994. Esses dados extraídos de entrevistas já estão transcritos e armazenados eletronicamente e podem ser encontrados em cinco volumes designados de acordo com o nível de escolarização dos informantes. O volume I é constituído de informantes sem nenhum ano de escolarização. O II é composto pelos falantes de 1 a 4 anos de escolaridade. O III é constituído pelos falantes que têm de 5 a 8 anos de estudo. O IV contempla informantes com mais de 11 anos de escolarização. Para cada volume, há 12 informantes, sendo 6 do sexo feminino e 6 do sexo masculino. A faixa etária também foi utilizada, distribuindo-se em três: i) 15 a 25 anos; ii) 26 a 49 anos; iii) mais de 50 anos.

ergativo (.88), o *indeterminado* (.86) e o *recíproco* (.51). Ressaltemos que as formas ergativas são as que mais se aproximam das que consideramos mediais em nosso trabalho.

No que tange à *transitividade verbal*, Mello identificou predileção pela manutenção dos clíticos nos verbos *intransitivos* (.86) e *de ligação* (.64) e maior índice de apagamento nos verbos *transitivos* (.37). Em relação à influência desse grupo no comportamento dos clíticos, Mello retoma Nunes (1995, p. 215): “os verbos de ação favorecem a construção inovadora, ao contrário dos verbos de processo e de estado.”

Quanto ao *tipo de pronome*, favoreceram a presença os pronomes *eles/elas* (.72) e *eu* (.56). Todos os demais ficaram abaixo do ponto neutro, inibindo, portanto, a aplicação da regra variável. Já quanto ao tipo de discurso, foram mais favorecedores à manutenção do pronome a *argumentação* (.64), seguida da *descrição* (.50) – que está em posição neutra, não sendo, portanto, muito significativa em termos quantitativos. Os tipos *descrição de vida* (.45) e *narrativa* (.41) não favoreceram significativamente. Mello justifica esse resultado com base no fato de que as produções discursivas mais elaboradas, como a argumentação, impõem ao falante uma postura que revela um conhecimento maior do padrão linguístico.

Em relação à variável social *sexo*, a linguista não confirmou a sua hipótese, pois constatou que as mulheres encabeçam o fenômeno de variação com um peso de (.42) de presença em contraposição aos homens com peso (.59). Segundo a autora, isso mostra que, se as mulheres apagam mais os clíticos, é uma evidência de que o apagamento do *se*, mesmo não sendo a opção privilegiada, não sofre estigmatização.

Quanto à variável *idade*, Melo também não confirmou sua intuição investigativa, pois os mais velhos mantiveram mais os clíticos (.59) do que os mais jovens e os adultos – (.49) e (.45), respectivamente. A solução apresentada para esse resultado é a de que o contato dos jovens com a escola é maior, sendo ela, portanto, a responsável por atuar como força de preservação no uso da forma padrão (presença do clítico).

No que se refere à *escolaridade*, os dados da autora mostraram que os falantes sem nenhum nível de escolaridade mantêm mais o clítico (.60) do que os mais escolarizados (.46). Atribuiu-se esse resultado ao fato de o apagamento não ser encarado como um fenômeno estigmatizado. A variável é não-saliente e não acumula valoração social negativa.

Por fim, convém salientarmos que Mello realizou vários cruzamentos entre os grupos de fatores de sua pesquisa e considerou como mais interessante o realizado entre a *faixa etária* e a *escolaridade*. Com a nova rodada, a pesquisadora percebeu que, havendo a influência da escolaridade, os jovens são os que menos apagam os clíticos – 87% de presença para os jovens que têm de 4 a 8 anos de estudo e 86% para os que têm mais de 11 anos, contra

76% e 80% de preenchimento para os adultos com níveis intermediário e superior de formação, respectivamente. Nos falantes sem escolarização, o resultado é 25% de omissão entre os jovens, contra 11% entre os adultos e 5% entre os idosos.

O trabalho de Mello (2009) se mostra bastante relevante para a compreensão do comportamento variável do clítico no falar de João Pessoa. Ancorando-se no Sociofuncionalismo, ela fez o levantamento estatístico das ocorrências e procurou explicar a correlação presença/ausência do *se*, recorrendo a uma grande gama de fatores linguísticos e extralinguísticos. Além disso, ousou tecer considerações mais profundas sobre o *se*, alegando estar esse marcador formal passando por processo gramaticalização devido às múltiplas funções que desempenha. Isso o estaria levando a uma mudança de estatuto categorial: de clítico pronominal a afixo verbal.

Todavia, a autora foca a atenção nos clíticos reflexivos e não naqueles que são próprios das estruturas de-transitivas mediais, o que é explorado em nosso trabalho. Além disso, a autora reconhece que, em relação à definição de alguns grupos, é importante haver novos refinamentos, tendo em vista a sobreposição estatística – interdependência – de uns sobre os outros, como pode ser notado na relação entre *pessoa pronominal dos clíticos* e *pessoas verbais*. Segundo Mello, seria necessária a realização de novas rodadas alternativas, resultando na obtenção de outros resultados os quais comprometeriam a atual versão de sua pesquisa e desencadeariam discussões distintas.

Com nosso trabalho, procuramos evitar esses problemas de interdependência de fatores que devem ser encarados como independentes, exploramos o comportamento variável do clítico médio e vislumbramos colaborar com o avanço das investigações sobre o apagamento dos clíticos no falar nordestino, para que, em futuras pesquisas, sejam estabelecidas comparações sobre a variação dos clíticos nos diversos falares do Português do Brasil.

3.1.2 Evidências de supressão do clítico medial

Recentemente, alguns trabalhos têm sido desenvolvidos especialmente sobre as peculiaridades das estruturas mediais e o comportamento do clítico que as acompanha, no caso, as médias pronominais ou clíticas. Em relação ao clítico particularmente, Lima (2009) afirma que, no Português atual, ele não se tem mostrado exclusivo da média, nem necessário. Daí, não poder generalizar, como faz Macambira (1986), que coloca o marcador pronominal como obrigatório no esquema estrutural da média.

Camara Jr. (1977) já observara que a voz medial estava permanentemente em risco de sofrer alterações formais, uma vez que surgiam frequentemente estruturas mediais em que o *se* era omitido. Para o linguista, isso mostrava a tendência de se esmaecer a participação do sujeito como afetado no processo verbal. Monteiro (1994), apesar de não ter realizado um trabalho específico sobre o comportamento do *se* medial, também admitiu que o clítico tem caído em determinadas regiões do Brasil – o que parecia esboçar uma variação diatópica, de tal modo que poderia soar estranho para pessoas que usam um determinado dialeto e ser normal para outras. Neste caso, tratar-se-ia genuinamente do que em Sociolinguística se chamam *variantes*, formas diferentes de se dizer a mesma coisa, com o mesmo valor de verdade.

Lima (1999) procurou sistematizar a categoria de voz em Português, focalizando, especialmente, a voz média. Lidou com três aspectos: a) a conceituação de voz com base em traços formais, semânticos e pragmáticos; b) uma tipologia da voz em Português, que contemple não somente as vozes ativa, passiva, impessoal, reflexiva e recíproca, mas também a voz média, normalmente excluída das gramáticas tradicionais; c) a voz média, caracterizada formal, semântica e discursivamente, como se pode verificar nos exemplos *O rapaz se zangou / O relógio quebrou* – nesse caso, estruturalmente, a voz pode apresentar ou não um *se*, o paciente é anteposto e a oração é simples; semanticamente, o verbo é de processo e o sujeito é paciente/experienciador; funcionalmente, o elemento agente sofre demissão, por isso o paciente e o evento são promovidos a tópico.

Salientamos que, buscando estabelecer uma proposta pertinente e adequada, a linguista fez um levantamento das considerações feitas sobre *voz* nas gramáticas tradicionais de Língua Portuguesa e nos trabalhos da Linguística Moderna, respaldando-se também no funcionalismo givoniano para apresentar uma proposta eclética, que reconhece a voz como um fenômeno multifacetado: formal, semântico, sintático e discursivo.

Na análise de dados de construções mediais extraídos do *corpus* Português Oral Culto de Fortaleza (PORCUFORT)²⁸, a pesquisadora demonstrou que, das 625 ocorrências de voz média, 66,4% eram de média pronominal, enquanto apenas 33,6% eram de média não-pronominal. Seus dados mostraram que a média pronominal é praticamente regra com os verbos de emoção, pois 95,5% destes foram codificados com a forma pronominal. Com

²⁸ O Português Oral Culto de Fortaleza (PORCUFORT) é um banco de dados constituído por amostra de fala de 72 informantes, estratificados conforme o gênero (*masculino / feminino*), a faixa etária (I – 22 a 35 anos / II – 36 a 55 anos / III – a partir de 56 anos) e o tipo de registro (DID – *Diálogo entre Informante e Documentador* / D2 – *Diálogo entre Dois Informantes* / EF – *Elocução Formal*). Esse projeto foi coordenado pelo professor José Lemos Monteiro, no período de 1993 a 1995, e teve como objetivo organizar um banco de dados da variedade urbana culta da Língua Portuguesa falada pelos fortalezenses (ARAÚJO, 2011).

verbos de outros campos semânticos, a diferença foi menor, porém a estrutura pronominal se enalteceu: 61,2% de pronominal, contra 38,8% de não-pronominal.

É importante destacarmos que Lima não trabalha na perspectiva variacionista, portanto não analisa separadamente ocorrências de verbos que admitem, ao mesmo tempo, presença e ausência do *se* sem modificação do significado referencial. Quando a forma verbal apresentava o clítico, a autora incluía no grupo das clíticas; porém, quando a forma ocorria sem o pronome, ela enquadrava no grupo das não-clíticas. Como o nosso trabalho segue a noção de regra variável, levaremos em consideração somente o caso das médias que evidenciam a variação do clítico quanto à presença e ao apagamento.

Infelizmente, a autora não apresenta um balanço estatístico específico que comprove esse comportamento do *se* nas construções a serem consideradas, porém alude para o fato de que é possível encontrar dados em co-ocorrência com o mesmo valor referencial, como se percebe nos seguintes exemplos citados em sua dissertação e extraídos do Banco de Dados PORCUFORT:

(3) (...) o caixão se abria (D2-30) (grifo nosso)

(4) ele reaparece... abre a ferida (DID-150) (grifo nosso)

A pesquisa de Lima mostra-se muito significativa em termos teóricos para o nosso trabalho, pois, assim como a autora, pretendemos tratar as estruturas mediais como um fenômeno complexo que condensa fatores formais, semânticos e pragmáticos. Porém, não analisa detidamente o comportamento variável do clítico das médias pronominais, nem busca identificar os condicionamentos linguísticos e extralinguísticos desse fenômeno. Desse modo, nossa pesquisa assume relevância, pois investiga, sob o viés sociolinguístico, como tem ocorrido esse processo de variação e quais os fatores que a motivam.

Outro trabalho significativo que trata das estruturas mediais e faz alusão ao comportamento do seu clítico é o de Camacho (2002, 2003). O linguista analisou a intrínseca relação entre as construções reflexivo-recíprocas e médias, procurando evidências de condições formais e semânticas que as diferenciem. Para tanto, levantou três hipóteses interligadas: 1ª) a defesa da existência de divergências semânticas entre as vozes reflexivo-recíprocas e médias, pois, apesar de as reflexivo-recíprocas e as médias serem predicados semânticos com uma entidade que funde em si os *status* semânticos de *iniciador* e *ponto de chegada*, as reflexivo-recíprocas admitem uma diferenciação da entidade referencial em duas

subpartes discretas, enquanto as médias não, já que mostram uma *entidade holística* (KEMMER, 1993); 2ª) a diferenciação semântico-cognitiva é percebida, de modo mais evidente, a partir do distinto estatuto morfossintático do clítico marcador, que preserva posição argumental somente nas construções reflexivo-recíprocas; 3ª) há uma supressão do clítico a afetar a voz média, o que induziria a pensar que o Português Brasileiro estaria passando de um sistema de uma forma para um sistema de duas formas, em que a ausência do clítico marcaria a *medialidade* e a presença marcaria a *reflexividade*. Tais hipóteses foram discutidas pormenorizadamente no decorrer do trabalho por meio da recorrência ao arcabouço teórico funcionalista e da utilização de um *corpus* extraído de jornais e revistas de grande circulação no país.

A terceira hipótese, em particular, chamou-nos a atenção, pois deixa evidente que, de fato, o clítico medial está em processo de variação, caminhando para uma possível mudança linguística. Com base em alguns dados extraídos Banco de Dados do Projeto NURC²⁹, o pesquisador atesta a existência de um típico caso de variação nas médias pronominais, como se pode observar no exemplo a seguir retirado do inquérito D2-RJ-355:

(5) acho que o sistema bancário já que nossa conversa é em torno de dinheiro...evolui muito e se popularizou [fechando tópico] hoje popularizou o sistema bancário [grifos nossos]

No exemplo acima, verificamos claramente que o falante, em um mesmo turno de fala, emprega duas formas que funcionam com o mesmo valor de verdade (mesmo significado representacional), o que evidencia uma premissa básica da Sociolinguística Variacionista a ser comprovada ao cabo desta pesquisa.

Apesar dessas observações, ressaltamos que o linguista não conseguiu testar plenamente a hipótese, pois não procedeu a um exame quantitativo significativo de dados da língua falada. Além disso, assim como Lima (1999), não explorou quais os fatores linguísticos e extralinguísticos que efetivamente condicionam o fenômeno, o que contribui

²⁹ O NURC é um projeto da década de 70 do século XX, desenvolvido em cinco capitais do Brasil: Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Salvador, com o objetivo de investigar e descrever o falar culto do português brasileiro. Ele se constitui, exclusivamente, por informantes com nível superior completo e controla as variáveis *sexo/gênero, faixa etária e tipo de registro*. Esse banco de dados vem sendo ampliado com a gravação de novas entrevistas feitas por meio do recontato com falantes da década inicial do projeto e pela constituição de nova amostra complementar (ARAÚJO, 2011).

para reiterarmos a importância da realização desta pesquisa científica, que procurou justificar a co-ocorrências das construções no falar popular cearense.

Diferentemente de Lima (1999) e Camacho (2002, 2003) – em termos teóricos e metodológicos, Sakamoto (2008), recorrendo ao casamento teórico entre o Funcionalismo de vertente norte-americana e a Sociolinguística Variacionista, analisou e descreveu o funcionamento do *se* medial, bem como a variação entre o seu emprego e a sua omissão na fala de Florianópolis. A pesquisadora extraiu dados de entrevistas do Banco de Dados VARSUL³⁰, estratificadas quanto ao sexo, ao tempo de escolarização e à faixa etária dos indivíduos. Após a coleta, baseando-se na classificação proposta por Camara Jr (1977), procedeu ao mapeamento funcional do *se*, destacando as funções que ele poderia exercer, a saber: *reflexivo*, *recíproco*, *medializador* e *expletivo*. Em seguida, propôs-se a verificar o tipo de *se* que apresentava variação no falar florianopolitano, recorrendo a grupos de fatores que condicionam o fenômeno. Os fatores linguísticos destacados foram o *tipo sintático do verbo*, o *tipo semântico-pragmático do verbo* e o *item lexical*. Já os fatores extralinguísticos foram o *sexo/gênero*, *escolaridade* e *faixa etária*.

Após as rodadas estatísticas e a análise dos dados, Sakamoto constatou que, entre as funções elencadas, aquela que se julgou mais produtiva foi a *medializadora* ou *dinâmica*, correspondendo a 84,5% do total dos dados coletados. Além disso, descobriu que, dentre o conjunto de *ses* considerados, aquele que considerou voz medial, conforme a classificação que adotou, o mais apagado foi justamente o dinâmico, correspondendo a 26,52% dos casos. Os grupos de fatores que mais contribuíram para o condicionamento de tal processo foram, em ordem de significância: *tipo sintático do verbo*, *tipo semântico-pragmático do verbo*, *item lexical*, *sexo* e *escolaridade*. Segundo a autora, esse foi o resultado mais radical dentre os outros alcançados, pois ela esperava perceber tal comportamento também nas outras construções. Diante disso, ela destaca que possivelmente o Português falado em Florianópolis

³⁰ O Banco de Dados VARSUL é resultado do projeto de Variação Linguística Urbana na Região Sul do Brasil. Ele teve como principais objetivos o armazenamento e a disponibilização de amostras de falas de habitantes característicos das áreas urbanas representativas de cada um dos três estados da região sul do país. As amostras são, a priori, armazenadas sob a forma de entrevistas gravadas em fitas cassetes com cerca de 1 hora de gravação e, a posteriori, transcritas de acordo com o sistema de transcrição de três linhas. Na primeira linha, transcreve-se a sintaxe real da fala do entrevistado; na segunda, registram-se aspectos fonéticos variáveis e pausas; na terceira, faz-se a classificação morfossintática dos itens lexicais. As cidades que têm amostra no banco de dados são: Porto Alegre, Flores da Cunha, Panambi e São Borja – no Rio Grande do Sul; Florianópolis, Lages, Blumenau e Chapecó – em Santa Catarina; Curitiba, Irati, Londrina e Pato Branco – no Paraná. Os entrevistados estão estratificados em três níveis de escolarização: I – de 4 a 5 anos (ou o equivalente à 4ª e 5ª séries do ensino fundamental), com o rótulo de *primário*; II – de 8 a 9 anos (ou o equivalente à 8ª série do ensino fundamental e 1º ano do Ensino Médio), com o rótulo de *ginásio*; III – de 10 a 11 anos (ou 2º e 3º anos do Ensino Médio), com o rótulo de *colegial*. Quantas às faixas etárias, têm-se a faixa A (25 a 49 anos, preferencialmente 25 a 45 anos); faixa B (mais de 50 anos, preferencialmente 55 a 75 anos); e somente em Florianópolis, jovens (15 a 24 anos, preferencialmente 15 a 20 anos).

caminha na direção de uma distinção formal entre construções medializadoras e reflexivo-recíprocas, assim como sugeriu Camacho (2002, 2003).

Porém, Sakamoto mostra que, apesar desse índice de variação do clítico *se-medial*, os falantes de Florianópolis ainda são mais conservadores, tendendo a marcar mais o clítico do que os usuários de outras regiões do país, como provam os resultados de pesquisas de D’Albuquerque (1984), Nunes (1995) e Melo (2005). Sumariamente, podemos afirmar que essas autoras realizaram pesquisas sobre o comportamento, principalmente, dos clíticos reflexivo e recíproco em outras cidades do Brasil, respectivamente: Manhuaçu (Minas Gerais) / Rio de Janeiro, São Paulo e Uberlândia. Ao término de suas análises, constataram a grande tendência de apagamento do marcador formal no falar desses lugares, que, em termos estatísticos, superaram o índice encontrado em Florianópolis. Isso pode ser observado no quadro-comparativo proposto por Sakamoto, no qual fica evidente que houve 83% de apagamento em Manhuaçu, 30% no Rio de Janeiro, 52% em São Paulo, 49% em Uberlândia e 20% em Florianópolis.

É relevante salientarmos que tanto a pesquisa de Sakamoto como aquelas nas quais ela se baseou são importantes para atestar a variação do clítico *se*, entretanto o modo como definem e classificam as estruturas mediais é distinto daquele que adotamos neste trabalho de Mestrado. Por razões já aduzidas em subseções anteriores deste capítulo, a proposta de Camara Jr. não atende aos critérios de delimitação das estruturas sobre as quais nos debruçamos, o que evidencia um diferencial do nosso trabalho em relação aos outros. Além disso, os resultados obtidos sobre o fenômeno em questão reforçam ainda mais a necessidade de realizarmos um estudo profundo sobre o clítico medial em cidades de outras regiões do país, no nosso caso Fortaleza (Nordeste), buscando maiores comprovações para o seu comportamento variável. Reiteremos o fato de que o clítico analisado nesta pesquisa é aquele empregado na voz que definimos como média segundo os parâmetros propostos por Givón (1993,1995). Essa concepção se aproxima mais da construção que Sakamoto chama de *se-medializador*, identificado como o *se* mais omitido em seu trabalho. Porém, essa estrutura não foi devidamente conceituada conforme fatores sintático-semânticos e discursivos.

Para encerrarmos a apresentação desta subseção, fazemos referência também ao trabalho de Lima (2009). Nessa tese, a autora objetivou analisar a íntima relação entre as construções passivas, médias e impessoais, com o intuito de elucidar o porquê de elas serem tão próximas semântica e discursivamente. O seu foco central, portanto, não é mais a caracterização da voz média em Português, como se percebe em sua dissertação, mas a intrínseca relação entre todas as estruturas acima mencionadas.

Mudando a direção da pesquisa (do sentido para a forma), hipotetizou que as construções passivas, médias e impessoais fazem parte de uma mesma categoria, de um *continuum*, que foi designado de *não-atribuição de causalidade*. Foi esse domínio funcional que a linguista se propôs a analisar, encarando as estruturas mediais como uma das formas de sua manifestação. Para atingir plenamente o seu objetivo, contemplou outras modalidades de estruturas mediais dispensadas em seu trabalho anterior por questões teóricas, a saber: construções com *ficar*, com verbos de processo intransitivos (*morrer, cair* etc.). Teoricamente, respaldou-se numa abordagem cognitivo-funcional, contemplando autores como Givón (1993, 1995, 2002, 2005), Lakoff (1977), Langacker (1987, 1991), Camacho (2002, 2003), entre outros. Para extrair as ocorrências das construções sobre as quais se debruçou, recorreu ao *corpus A Crônica Geral da Espanha de 1334*, prosa histórica representante do Português Arcaico, editada por Cintra (1951).

Diante das considerações supra, percebemos que o objetivo da pesquisadora não entra em total convergência com os propósitos de nosso trabalho, de caráter sociofuncionalista. A recorrência à linha cognitivo-funcional, nos moldes que a autora propõe, nos impossibilita a realização de um trabalho de cunho variacionista, pois não foi realizada uma investigação sobre formas diferentes de se dizer a mesma coisa (regra variável). Na verdade, investigaram-se formas distintas de se dizer coisas diferentes, porque as conceptualizações e as motivações discursivas de cada uma também eram diferenciadas.

Apesar da mudança de foco temático, recorreremos a esse trabalho pelo fato de serem feitas observações sobre a voz média e os seus tipos de construção. Lima discute três tipos: a) as *clíticas* – caracterizadas pela presença de um pronome sem valor anafórico – por exemplo: *ferir-se, abrir-se*; b) as *não-clíticas* – caracterizadas pela ausência do clítico – por exemplo: *nascer, apodrecer, cair*; c) as *perifrásticas* – construídas com verbo de mudança e um particípio ou adjetivo – por exemplo: *zangar-se/ficar zangado, encher-se/ficar cheio*³¹. Devemos destacar que, como a linguista não trabalhou na perspectiva da variação – mesmo posicionamento adotado em Lima (1999), ela não se ocupou em analisar separadamente ocorrências de verbos que admitem, ao mesmo tempo, presença e ausência do *se* sem modificação do significado referencial.

Por fim, é relevante salientarmos que, após realizar o levantamento estatístico dos dados, Lima mostra que, das formas mediais, as mais comuns são as não-clíticas (60,5%), sendo seguidas pelas médias clíticas (21,5%) e pelas médias perifrásticas (18,1%). Tendo em

³¹ Os exemplos referentes às *médias clíticas, não-clíticas* e *perifrásticas* foram fornecidos por Lima (2009, p. 372, 374 e 377).

vista o fato de que, no grupo das não-clíticas, ela enquadra as construções que ora apresentam ora não apresentam o clítico, podemos deduzir que há uma alta incidência de formas mediais acompanhadas pelo clítico em processo de variação, o que justifica a nossa análise acurada das motivações linguísticas e extralinguísticas desse fenômeno.

3.2 Súmula do capítulo

Neste capítulo, mostramos evidências as quais comprovam o fato de os clíticos estarem caindo em desuso no Português do Brasil. É válido salientarmos que alguns dos trabalhos mostraram que certos clíticos resistem ao apagamento, todavia, com a grande gama de pesquisas que demonstram também o favorecimento à omissão, justificamos a importância da realização desta pesquisa sobre a variação do marcador pronominal das estruturas mediais para o avanço das investigações sobre o comportamento variável dos clíticos no território nacional.

Inicialmente, discorreremos sobre alguns trabalhos que versam sobre a omissão do *se* – assim como sobre sua tendência à não omissão em determinadas regiões. Procuramos, desse modo, analisar o fenômeno exaustivamente e identificar alguns fatores linguísticos e extralinguísticos os quais motivam a variação *presença/ausência*. Em seguida, recortamos o nosso objeto investigativo e exploramos os poucos estudos que tratam especificamente das estruturas mediais e do apagamento do marcador pronominal que as acompanha.

No próximo capítulo, apresentamos as teorias linguísticas as quais nos auxiliaram na sustentação e comprovação das hipóteses levantadas nesta dissertação, evitando, dessa forma, afirmações baseadas em abstrações e intuições desvinculadas de respaldo teórico consistente.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: INTEGRANDO TEORIAS

Neste capítulo, discutimos o aporte teórico a ser utilizado na descrição e análise da variação do clítico medial no falar popular fortalezense. Recorremos aos seguintes referenciais: a Teoria da Variação e da Mudança (LABOV, 1963, 1972, 1978, 1982, 1994, 2001; WEINER; LABOV, 1977; WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006) e o Funcionalismo Linguístico Norte-Americano (GIVÓN, 1984, 1990, 1993, 1995, 2001), procurando estabelecer um estudo de cunho *sociofuncionalista* por meio da identificação dos princípios que nos autorizam estabelecer um casamento entre tais teorias (TAVARES, 2003).

4.1 Teoria da Variação e da Mudança

Desde Saussure, a língua é vista como um fato social. Por ser um bem social, uma espécie de contrato coletivo, ela preexiste e subsiste a cada indivíduo considerado: cada falante já encontra à sua disposição, assim que nasce, uma língua – estruturada e em funcionamento pleno – a qual deverá utilizar para o estabelecimento da comunicação (LOPES, s/d).

Esta língua, imposta pela sociedade como um código do qual nos servimos para o estabelecimento da comunicação, pode ser comparada a um dicionário, cujos exemplares tivessem sido distribuídos entre todos os participantes de uma comunidade. Desse dicionário, o falante extrai ou escolhe aquilo que serve para o alcance de seus propósitos em uma situação interacional, trabalhando, dessa forma, com uma parcela concreta e individual da *langue*, que Saussure chamou de *parole*. Por uma opção teórico-metodológica, a fala foi relegada a segundo plano, sendo a língua o principal foco dos estudos da Linguística do início do século XX (LOPES, s/d).

Um dos pontos mais interessantes do pensamento linguístico desse período diz respeito ao reconhecimento da língua como um sistema autônomo, suficiente a si mesmo e homogêneo. Investia-se em estudos puramente sincrônicos, rompendo – de certo modo – com uma tradição eminentemente diacrônica, que perpassou todo o século XIX. Tal mudança de perspectiva autorizou a realização de um trabalho que buscou uma sistematização do principal instrumento de comunicação dos indivíduos, encarando-o conseqüentemente como algo praticamente imutável, com regras bem definidas de constituição.

A partir da década de 60, pesquisadores começam a observar que, de fato, a língua é sistemática e possui certa regularidade, porém não é estanque e se caracteriza pela

heterogeneidade. Nesse instante, a fala passa a ser contemplada com mais afinco no rol dos estudos da linguagem, deixando em evidência a enorme gama de variações sofridas pelas estruturas linguísticas em virtude da influência de fatores internos e externos (ou sociais) à língua. A linha teórica que passa a se debruçar em torno dessa forma de abordagem é a Sociolinguística.

O termo Sociolinguística fixou-se em 1964, em um congresso organizado por William Bright, na Universidade da Califórnia (UCLA) – cidade de Los Angeles. Desse evento, participaram vários pesquisadores que hoje constituem referências clássicas nos estudos voltados para a intrínseca relação entre língua e sociedade, tais como John Gumperz, Einar Haugen, William Labov, Dell Hymes, John Fischer, José Pedro Rona, entre outros. Em 1966, foi lançado o livro do congresso sob o título *Sociolinguistics*, no qual Bright escreve o texto inicial *As Dimensões da Sociolinguística*, definindo e caracterizando a nova área de estudo. Segundo o pesquisador, a Sociolinguística – como subárea da Linguística – deveria correlacionar sistematicamente as variações linguísticas observáveis no seio de uma comunidade às diferenças percebidas em sua organização social. Em suma, o estudioso reconhece que o objeto de estudo da Sociolinguística é a diversidade linguística.

Com essa nova perspectiva, Bright (1966 *apud* FONSECA; NEVES, 1974) procura identificar os três fatores responsáveis pela maioria dos casos de diversidade, que são as dimensões do emissor, do receptor e do contexto. Nesse âmbito, os falantes enquanto emissores expressam sua identidade social de formas diferenciadas, como por exemplo, no seu dialeto de classe social e nas distinções estabelecidas entre os discursos dos homens e das mulheres. Já os ouvintes marcam sua identidade quando, ao refletirem sobre o discurso dos falantes, selecionam expressões e/ou formas especiais de tratamento que os auxiliam na interação com seus pares. Na dimensão do contexto, são destacados os elementos considerados relevantes no ambiente da comunidade – exemplos desse tipo são os estilos formal e informal, que também demarcam características contextuais de interação. Segundo Bright (*op. cit.*), essas dimensões não se excluem mutuamente, mas se interseccionam com frequência, para condicionarem algum tipo específico de comportamento linguístico.

Um dos grandes herdeiros desse novo campo de estudo e que se tornou o maior expoente da chamada vertente variacionista da Sociolinguística – perspectiva teórica do nosso trabalho de pesquisa – foi William Labov. Através do seu estudo sobre o Inglês falado na ilha de Martha's Vineyard, em Massachussets (EUA), no ano de 1963, o estudioso mostrou o papel relevante dos fatores sociais na explicação da chamada variação linguística, demonstrando a possibilidade de estudá-la como um objeto passível de sistematização.

Labov ressalta o verdadeiro valor do ambiente sócio-histórico-cultural no qual o falante se insere, mostrando que a variabilidade de uso da língua depende de múltiplos fatores, como: a localização geográfica dos indivíduos (variação diatópica ou geográfica) e a sua posição ocupada na sociedade (variação diastrática ou social).

Para a compreensão da variação diastrática ou social, são levados em conta fatores como: faixa etária, escolaridade, classe social e sexo do falante. Estes são, segundo Labov (1963), fatores extralinguísticos, que condicionam a língua e explicam também o uso de formas ou estruturas alternativas do sistema escolhidas pelos indivíduos para se dizer a “mesma coisa”, conforme suas necessidades interacionais.

A partir daí, a variação – antes vista pelos estruturalistas como algo livre, imprevisível e parte de sistemas distintos, mas coexistentes em uma mesma comunidade – assume papel fundamental, sendo reconhecida como uma característica inerente a todas as línguas. Labov (1972) nos mostra que as variantes convivem em um mesmo sistema linguístico, o qual, como foi destacado anteriormente, é regular e segue padrões de organização e constituição. É assim que se lança a concepção de “heterogeneidade sistemática” e se percebe a possibilidade de descrever e analisar a variação linguística.

Tarallo (1990) afirma que é justamente na multiplicidade ou na aparente desorganização que o sociolinguista deve entender a estrutura, o sistema e o seu funcionamento, buscando, inclusive, as causas e as regras motivadoras da variação. Somente assim, conseguirá compreender o complexo jogo de relações estabelecido entre os itens do sistema sincrônica e diacronicamente.

Convém destacarmos que a variação, além de uma propriedade elementar das línguas, é um pré-requisito para a mudança linguística – isto é, formas que sofreram ou sofrem variação. Todavia, conforme afirmam Weinreich, Labov e Herzog (2006), nem toda variabilidade e heterogeneidade implica uma mudança nas estruturas constitutivas da língua, mas toda mudança decorre de variação. Sendo assim, segundo Tarallo (1994), ou as formas mantêm uma estabilidade e permanecem em uma relação de coexistência mútua, ou elas vão se modificando progressivamente até o ponto de uma ser mais valorizada do que a outra.

Em um processo de variação, existem as chamadas *variantes*, ou seja, formas diversas de se dizer a “mesma coisa” em um “mesmo contexto discursivo” com o “mesmo valor de verdade”. Ao se relacionar um conjunto de variantes, chega-se ao que a Sociolinguística Variacionista designa de *variável* (ou *regra variável*). Assim, uma variante A e outra B encapsulam uma “mesma informação referencial” que é captada e interpretada do “mesmo modo” pelos falantes.

As variáveis linguísticas se constroem por meio de pressões internas e externas à língua. As primeiras correspondem aos fatores fonológicos, morfológicos, lexicais, sintáticos, semânticos e discursivos. As segundas correspondem aos fatores individuais (sexo, etnia, faixa etária), aos sócio-geográficos (região, escolarização, nível de renda, profissão e classe social) e aos contextuais (grau de formalidade e tensão discursiva). Todos esses fatores podem condicionar o uso das variáveis de modo dinâmico e simultâneo. Em virtude de ser influenciada por todos estes aspectos, a regra variável é designada de *variável dependente*. Já os diversos grupos de fatores são encarados como *variáveis independentes*, tendo em vista o fato de não dependerem da variável dependente e não dependerem entre si.

A Sociolinguística procura explicar a preferência de uma variante por outra em uma comunidade por meio do controle de grupo de fatores intra e extralinguísticos. Para controlar e mensurar o comportamento das variantes em um dado contexto linguístico e social, são aplicadas técnicas quantitativas e estatísticas, procurando – através de uma análise baseada na teoria da probabilidade – provocar e sustentar hipóteses sobre as relações entre língua e sociedade.

Ao observarmos que uma dada variante, em disputa com outra, passa a predominar, isso pode ser um indício de mudança linguística. Para confirmá-la, é necessário, primeiramente, verificarmos a frequência de uso de tal variante – ponto fundamental na análise sociolinguística (LABOV, 1972). Em seguida, correlacionando a frequência aos fatores linguísticos e extralinguísticos, chegamos ao peso relativo³² de cada condicionador sobre a presença ou ausência de uma ou outra variante. Por fim, tomando como referência os resultados estatísticos, observamos se as hipóteses iniciais são confirmadas e se é possível notarmos um fenômeno em franco processo de mudança.

É interessante observarmos que essa constatação pode ser alcançada por meio de uma análise tanto de dados atuais como de dados mais remotos. Sendo assim, o estudo de uma variável em uma amostra sincrônica, destacando a frequência e a variabilidade das variantes entre os falantes, é conhecido como análise em *tempo aparente*. Já um estudo que visa a explorar amostras de linguagem de uma comunidade em momentos distintos no tempo é designado de análise em *tempo real*. Embora não seja uma exigência, pesquisas as quais contemplam os dois tipos de análise tendem a fornecer resultados mais seguros acerca das mudanças em curso.

³² A noção de peso relativo será explicitada na subseção *Levantamento e tratamento estatístico dos dados* – presente na metodologia.

Tecendo maiores considerações sobre as duas análises retrocitadas, podemos dizer que, na primeira, o pesquisador estuda uma dada comunidade fazendo comparativos entre o comportamento linguístico de falantes de faixas etárias distintas (crianças, jovens, adultos e idosos). Normalmente, constata que os indivíduos mais jovens tendem a privilegiar a variante inovadora, enquanto os mais velhos optam pelo uso frequente da variante conservadora, resultando, assim, em um gráfico linear (decrecente ou crescente). Tal processo é denominado de *mudança em tempo aparente*.

Essa análise está profundamente ligada à hipótese de que a aquisição da língua é finalizada no início da puberdade, permanecendo estável durante toda a vida do sujeito (NARO, 2003). Desse modo, as inovações linguísticas seriam incorporadas pelo indivíduo ainda na adolescência e o acompanhariam até a velhice. Essa concepção de mudança, chamada *geracional*, prevê, em relação à língua, estabilidade do falante e instabilidade da comunidade de fala com o passar dos anos (LABOV, 1982, 1994).

Além disso, outra possibilidade de comportamento do indivíduo é a de que ele muda ao longo do tempo conforme as pressões exercidas por forças externas. Nesse caso, não há mudança linguística plena. Empiricamente, os dados se distribuíram em um padrão *curvilinear*. Nas posições extremas da escala – jovem ou velho – o indivíduo tende a sofrer menos pressão social, mantendo um comportamento semelhante (longe do padrão). Entretanto, em fase intermediária, ele é mais pressionado por forças externas, pois ingressa no mercado de trabalho e, conseqüentemente, valoriza a variante conservadora. Sob esse ponto de vista, a comunidade não é afetada por essa mudança, mas o sujeito em particular – caracterizando uma mudança de *gradação etária*³³ (LABOV, 1994).

Retomando o segundo tipo de análise, em tempo real, podemos salientar que ele exige um estudo da língua em diferentes pontos do tempo, já que pretende investigar o processo histórico da mudança em períodos diversificados (anos, décadas, séculos etc.). Por fazer o rastreamento histórico de um determinado fenômeno, é que esse tipo de análise (designado de *mudança em tempo real*) é mais bem conceituado e eleito como o mais seguro.

Para procedermos a uma análise como essa, Labov (1994) afirma que, primeiramente, devemos coletar dados de fala ou de escrita de uma comunidade e, passado

³³ Além dos padrões de mudança *gradação etária* e *geracional*, Labov (1994) comenta outros dois tipos – a saber, *estabilidade* e *mudança comunitária* – levando em consideração também o indivíduo e a comunidade de fala na qual se insere. Percebemos um padrão de *estabilidade* quando o comportamento dos indivíduos é estável ao longo de suas vidas e a comunidade permanece no mesmo nível, não havendo, portanto, mudança a ser analisada. De forma contrária, quando todos os membros da comunidade alterarem suas frequências conjuntamente ou adquirirem novas formas de modo simultâneo, estaremos diante de fenômenos variacionistas e teremos um padrão de *mudança comunitária*.

um tempo, repetirmos a coleta com informantes da mesma comunidade e de perfis iguais. Quando nos debruçamos sobre uma amostra de língua de indivíduos distintos, distanciados no tempo, mas pertencentes à mesma comunidade, temos um *estudo de tendência*. Porém, quando entramos em contato com os mesmos indivíduos da coleta inicial e aplicamos o mesmo instrumento de levantamento de dados, realizamos um *estudo painel*.

Labov (1994) afirma que as forças atuantes no presente para o desencadeamento de mudanças linguísticas são as mesmas que, no passado, acarretaram alterações. Em outros termos, o pesquisador percebeu que as mudanças ocorridas em épocas distantes podem ser compreendidas através daquelas que estão sendo realizadas hodiernamente, tendo em vista o fato de que o mecanismo não muda.

Por mais que seja possível essa associação entre as forças do presente e do passado, Weinreich, Labov e Herzog (2006) mostram que a mudança é um fenômeno bastante complexo nas línguas e que, ao discuti-lo, o linguista deve lidar com alguns princípios/problemas concernentes aos fundamentos empíricos para uma teoria da mudança, a saber: os fatores condicionantes, a transição, o encaixamento, a avaliação e a implementação.

O problema dos fatores condicionantes diz respeito à determinação de condicionadores possíveis para a mudança de uma determinada estrutura da língua. Em outros termos, contempla os diversos fatores linguísticos e extralinguísticos que atuam como atores responsáveis por indicar qual(is) direção(ões) um dado fenômeno linguístico efetivamente tomará.

Já o problema da transição está relacionado à investigação do modo como ocorre uma mudança linguística, ou seja, como uma dada estrutura sofre alterações de um estágio a outro. Nesse processo, conforme salientam Weinreich, Labov e Herzog (2006, p. 122), “a mudança se dá (1) à medida que um falante aprende uma forma alternativa, (2) durante o tempo em que as duas formas existem em contato dentro de sua competência e (3) quando uma das formas se torna obsoleta.” Isso evidencia que a mudança é estudada e analisada em uma espécie de *continuum*.

O problema do encaixamento está associado à forma como a mudança se encaixa no sistema linguístico e na estrutura da comunidade de fala. Além disso, relaciona-se com os reflexos dessa mudança no sistema, pois, na língua, as variações e/ou mudanças não ocorrem isoladamente, de modo que a alteração em uma dada estrutura pode motivar modificações em outras zonas de configuração linguística.

Já o problema da avaliação diz respeito ao modo como os sujeitos de uma comunidade de fala avaliam os usos de novas variantes e ao conjunto de consequências

resultantes dessa avaliação. Interessante observamos que, conforme afirma Araújo (2008, p. 51), para os estudiosos da variação, “os falantes não percebem a mudança em sua fase inicial porque ela está abaixo do nível de consciência social.” Desse modo, somente em estágios mais avançados, quando aparecem desvios estilísticos (LABOV, 1972), é que os falantes são capazes de perceber as mudanças e fazerem avaliações positivas ou negativas de determinadas expressões produzidas em sua comunidade de fala.

Por fim, o problema da implementação está relacionado ao grupo de fatores responsáveis por implementar a mudança; além disso, tenta explicar o porquê de uma dada mudança ocorrer em uma língua em um determinado momento e não em outro.

Diante dessas observações, o importante é verificarmos que, independentemente do ponto de vista da análise e dos vários fatores envolvidos, a mudança linguística deve ser investigada na língua em uso, pois, além dos fatores internos, condicionadores externos ao sistema colaboram eficientemente para a sua ocorrência. Destarte, a Sociolinguística procura explorar e analisar o vernáculo, ou seja, as práticas orais cotidianas, tendo em vista o fato de que, em consonância com Labov (1972), a evolução da língua ocorre inicialmente na espontaneidade da fala, que normalmente é menos monitorada pelo falante.

Foi justamente com base na ideia de naturalidade e heterogeneidade da fala que Labov desenvolveu seus primeiros trabalhos (1963, 1966, 1972), buscando evidências da inter-relação entre língua e sociedade. Iniciou seus estudos no campo da fonologia, analisando a elevação de ditongos /aw/ e /ey/ na ilha de Martha’s Vineyard, em 1963, e a realização da vibrante /r/ em lojas de departamento de classes sociais distintas, em 1966, na cidade de Nova York. Por meio dessas pesquisas, conseguiu provar que os falantes tendem a usar formas alternativas para expressar algo em um dado contexto enunciativo com o “mesmo valor de verdade” mediante a forte influência de grupos de fatores extralinguísticos, conforme destacamos anteriormente.

Todavia, as pesquisas variacionistas não se restringiram somente ao campo fonológico, ampliando-se para a morfossintaxe. Weiner e Labov (1977) estudaram construções ativas e passivas do Inglês com o propósito de testar fatores externos (estilo, faixa etária, sexo e etnia) e fatores internos (*status* informacional e paralelismo estrutural), demonstrando que os dois condicionamentos são independentes. Os resultados surpreenderam os pesquisadores, pois não foram os aspectos extralinguísticos (ou sociais) que explicaram a alternância de construções ativas e passivas em língua inglesa, mas os fatores linguísticos.

Essa novidade pôs à prova o papel da Sociolinguística Variacionista e o conceito de variável linguística. A ideia de que formas distintas de expressar um mesmo significado

em um mesmo contexto parecia não ter mais tanta consistência. Ela se aplicava bem ao campo da fonologia, mas encontrava entraves no que tange à morfossintaxe e à sintaxe. Passou-se então a questionar a noção de variável sociolinguística, já que nem sempre os fatores sociais condicionam ou determinam a variação. Daí, surge a polêmica entre Lavandera e Labov.

Lavandera (1978) indagou sobre o grau de aplicabilidade das descrições e explicações fornecidas pelas pesquisas variacionistas ao funcionamento da linguagem humana. Defendeu, por exemplo, que a noção de regra variável adotada em análises fonológicas eram inapropriadas para outros níveis de variação – isto é, aqueles que envolvem fenômenos sintáticos e discursivos – pois ela acreditava que estruturas sintáticas possuíam um significado próprio, não podendo compartilhá-lo com outras alternadamente.

Diante desse problema, a pesquisadora chegou a propor o alargamento da condição “mesmo significado” para “comparabilidade funcional”, levando em consideração outros significados que permeiam as estruturas linguísticas, a saber: referencial, estilístico e social; isso pode ser observado em exemplos como: *Está quente aqui dentro! / Abra a janela, por favor!* Do ponto de vista estritamente formal, essas estruturas são encaradas como distintas, não sendo equivalentes semanticamente em um mesmo contexto de ocorrência. Porém, se contemplarmos aspectos sociais, pragmáticos e estilísticos, poderemos empregá-las em uma mesma situação comunicativa, na qual uma será tomada pela outra, sem causar prejuízos à interação entre os falantes. Em outros termos, ao proferir uma frase como *Abra a janela, por favor!*, o falante pode estar sinalizando para o ouvinte que o ambiente encontra-se abafado ou quente e, para refrescá-lo, é necessário abrir a janela. Essa intenção é captada não pelo significado referencial da estrutura, mas pelo conjunto de circunstâncias externas e conhecimentos compartilhados pelos interlocutores no ato enunciativo. Sendo assim, é possível estabelecer uma espécie de comparabilidade, em termos funcionais, das estruturas sintático-discursivas empregadas pelos falantes, tornando possível a explicação do método variável (alternância de formas diferentes em um mesmo contexto) da Sociolinguística.

Por fim, a autora tece críticas em relação à utilização dos fatores sociais nos trabalhos sobre variação. Conforme Lavandera, as análises de fenômenos não-fonológicos nem sempre primam pelo propósito básico dos sociolinguistas, segundo o qual a investigação deve se pautar na descoberta da(s) motivação(ões) extralinguística(s) das mudanças de construções da língua e demonstrar a correlação das escolhas linguísticas com o espectro social. Para a linguista, essa falta de recorrência aos fatores sociais, principalmente em estudos voltados para a variação de estruturas sintático-discursivas, parece evidenciar uma ausência de coesão ao modelo teórico tradicional proposto pelos variacionistas.

Labov (1978) responde ao texto de Lavandera (1978), mostrando, primeiramente, que a variação pode ir além da Fonologia, já que as análises contemplam fatores sociais, mesmo quando esses não são condicionamentos estatisticamente significativos. Ele defende que provas válidas procedem de estudos quantitativos, e isso por si já é significativo para que se compreenda a estrutura e a função da linguagem humana. Além disso, o autor reafirma o princípio de equivalência semântica das variantes e mostra que a Sociolinguística tende a restringir ao máximo o significado, procurando aproximar, em termos semânticos, as estruturas em análise. É por isso que são descartadas as informações expressivas e afetivas da linguagem, considerando prioritariamente o significado representacional.

Para Labov, é possível haver variáveis sintáticas com significados aproximados, como se observa no clássico exemplo de Weiner e Labov (1977), no qual se verifica a possibilidade de co-ocorrência da **forma passiva sem agente** com a **ativa com pronome generalizado** (*They broke into the liquor closet (Eles arrombaram o armário de bebidas) x The liquor closet was broken into (O armário de bebidas foi arrombado)*)³⁴. Nesse caso, as estruturas, apesar de distintas, compartilham o significado representacional de agente implicado – mas não identificado – evidenciando, assim, um fenômeno variável de natureza sintático-discursiva. É interessante destacarmos que Labov (1978) explicita claramente que só pode ser percebida a variação nos exemplos retrocitados em virtude das restrições de coleta das estruturas verificadas. Os pesquisadores contemplaram apenas os casos em que o agente apresentava o traço [-específico], descartando todos os outros em que o agente era especificado por algum substantivo. Inclusive, esse comportamento investigativo reflete, de fato, os procedimentos a serem adotados em estudos variacionistas, a saber: a) isolar e definir os contextos em que a variação pode ser encontrada; b) eliminar gradualmente os casos nos quais um dado item formal tem uma função linguística diferente daquele com o qual se pretende estabelecer a alternância; c) separar os ambientes em que a variação é neutralizada ou a regra é categórica.

Por fim, em relação à influência de fatores extralinguísticos, Labov (1978) afirma que os primeiros estudos variacionistas buscavam correlacionar mudanças de fenômenos particulares ao espectro social, mas essa correlação não ocorre em todos os níveis de análise. Para o sociolinguista, fatores sociais e estilísticos podem ou não influenciar a variação. As primeiras pesquisas variacionistas visavam ao estudo da estratificação sociolinguística, todavia os interesses atuais se voltam, principalmente, para as restrições do sistema. O que

³⁴ Esses exemplos, acompanhados de traduções nossas, foram extraídos de Weiner e Labov (1977, p. 29-30).

importa, na verdade, é chegar à gramática da língua por meio dos múltiplos usos que o falante faz dela em situações comunicativas das quais participa e analisar dados provenientes de uma amostra pautada em rigoroso controle de células sociais.

4.2 Funcionalismo Linguístico

Como o nosso fenômeno de análise contempla fatores sintáticos, semânticos e discursivos, consideramos necessária a inclusão de hipóteses e explicações funcionalistas, uma vez que, segundo Paredes (1993), a origem da variação pode ser atribuída a motivações que vão além da estrutura da língua, resultantes de necessidades comunicativas. Conforme Nichols (1984), o Funcionalismo em Linguística procura comungar certos avanços teóricos da gramática formal com os interesses e as contribuições teóricas das pesquisas voltadas para a compreensão da interação eficaz e eficiente, visando à aproximação entre o estudo da língua e o estudo da comunicação.

Uma gramática funcional tem, em seu seio, uma teoria pragmática da linguagem, sendo assim constitui uma de suas tarefas revelar as propriedades das expressões linguísticas em relação à descrição das regras regentes da interação verbal. Diante disso, podemos afirmar que os funcionalistas concebem a língua como instrumento de interação verbal, dependente dos mais diversos contextos de uso, não podendo ser vista como um objeto autônomo e estanque. Em outros termos, as estruturas gramaticais caracterizam-se pela sua natureza mutável, adaptativa e sensível às pressões do uso, sendo, portanto, em consonância com Nichols (1984), motivadas, restritas, explicadas ou determinadas pelas situações comunicativas das quais os usuários participam.

Sob a ótica funcionalista, um fenômeno linguístico só pode ser explicado e compreendido a contento se analisado em uma situação de comunicação real, levando em conta os participantes, os seus papéis e estatutos, os seus propósitos interacionais, bem como o quadro espaço-temporal em que se inserem. Desse modo, segundo Neves (2006), a gramática funcional não contempla apenas a competência que evidencia a organização estrutural das frases, mas a competência que enaltece a configuração multifuncional dos itens linguísticos – ou seja, os múltiplos sentidos que as estruturas assumem de modo a garantirem eficácia e eficiência na produção e interpretação das mensagens pelos usuários em práticas sociointeracionais.

Nichols (1984) mostra que as escolas funcionalistas podem se dividir em três grupos: conservadoras, moderadas e extremadas. As mais conservadoras reconhecem as

limitações das análises de cunho estritamente formal, porém não propõem uma análise inovadora das estruturas gramaticais. As moderadas evidenciam as inadequações das análises formalistas e sugerem uma proposta de descrição e análise funcional das formas linguísticas. As extremadas rejeitam a realidade das estruturas por si mesmas, defendendo que as regras gramaticais baseiam-se exclusivamente nas funções desempenhadas nas situações comunicativas; desse modo, cabe às formas apenas o papel de codificação. Para Neves (2006), a base dos estudos funcionalistas é encarar a linguagem como algo dinâmico, portanto tanto estrutura como função são instáveis, devendo ser estudadas suas constantes reconfigurações e correlações.

Nesta pesquisa, recorreremos, dentre as diversas escolas do paradigma funcional, às concepções norte-americanas, mais especificamente de Givón (1984, 1990, 1993, 1995, 2001) que, segundo Neves (2006), concentrou-se no postulado da não-autonomia do signo linguístico, reconhecendo o sistema como um organismo que integra a sintaxe, a semântica e a pragmática e contemplando os princípios icônicos da organização gramatical. Conforme Nichols (1984), Givón produziu um trabalho que visou a parâmetros explanatórios, apresentando três grandes contribuições: a) análises funcionais que apresentam fortes argumentos contra explicações limítrofes de cunho formal; b) motivação funcional das estruturas linguísticas; c) estudos de vários fenômenos da língua partindo da função para a forma.

Givón (1995) afirma que o sistema não pode ser entendido sem que sejam feitas referências a vários parâmetros como cognição e comunicação, processamento mental, interação social e cultura, mudança e variação, aquisição e revolução. Sendo assim, o funcionalista tece críticas à descrição estritamente formal da língua, que não contempla, em sua análise, os múltiplos fatores de ordem cognitivo-pragmática que motivam o processo de configuração gramatical.

Conforme Givón (1984), de alguma maneira, as formas da língua refletem ou são motivadas iconicamente pela função comunicativa que as move. Tal condicionamento da forma pela função é controlado por princípios de *iconicidade*. Os princípios icônicos são os seguintes: i) **princípio da quantidade** – que diz respeito à correlação entre a quantidade de informação e a quantidade de codificação; ii) **princípio da proximidade** – que correlaciona a proximidade cognitiva dos conteúdos com a proximidade da organização desses conteúdos no nível da codificação; iii) **princípio da ordenação linear** – que orienta a ordenação sequencial semântica e pragmática dos elementos no enunciado (GIVÓN, 1990). Todavia, não devemos esquecer que a iconicidade não exige uma relação necessariamente

biunívoca entre forma e função, permitindo, assim, que haja várias formas para uma função e várias funções para uma forma.

Cabe, portanto, a um funcionalista o papel de estudar a complexa relação existente entre forma e função no contexto geral do discurso, envolvendo fatores estruturais, comunicativos, semânticos e sociais. É fundamental que um pesquisador dessa linha teórica desvende como o falante alcança a competência comunicativa, isto é, passa a se comunicar de modo proficiente. Para tanto, deverá associar as estruturas linguísticas às regras regentes do discurso em que são empregadas. No discurso, entrelaçar-se-á o sistêmico (estrutura) e o funcional (uso), em uma relação de pura interdependência. A estrutura e o uso interagirão de modo dinâmico, o que propiciará as alterações na língua.

Provém dessa relação dinâmica entre forma e função a noção de gramática emergente de Hopper (1987), ou seja, uma gramática flexível, aberta a inovações. Assim, as regularidades existentes na língua são provisórias, estando sujeitas a modificações frequentes. A gramática emergirá no discurso de modo contínuo, não havendo, rigorosamente, uma gramática, mas *gramaticalização*: um movimento frequente de itens lexicais em direção a funções gramaticais, em um processo de sistematização eterna (GIVÓN, 1995).

Devemos ressaltar que, mesmo defendendo a concepção de gramaticalização, Givón (2001), também radical em trabalhos primários, critica o posicionamento inicialmente extremista de Hopper (1987), segundo o qual uma gramática é sempre negociada e completamente dependente do contexto comunicativo. Dessa forma, prefere assumir uma posição intermediária ao reconhecer que a gramática também é um instrumento estável, categorizador, mas que isso não deve nos cegar para o fato de que ela raramente tem cem por cento de dominância em uma regra.

A gramática passa a ser encarada como um movimento gradual e progressivo. Nesse processo, ela recebe muitas inovações lexicais e gramaticais, as quais vão se tornando habituais, à medida que o tempo passa, devido ao seu uso frequente em situações comunicativas. Ao se tornarem habituais, gramaticalizam-se e, se já eram gramaticais, assumem um caráter ainda mais gramatical. Desse modo, podemos compreender a gramaticalização como um processo gradual em que ocorre a mudança do estatuto de um item da língua, de modo que este se reconfigure ou se recategorize, deixando de ser uma forma livre para atuar no âmbito da relação gramatical.

Tal processo ocorre paulatinamente, passando os itens da língua por diversas etapas nas quais assumem traços de funções categoriais distintas. Isso evidencia a ideia defendida pelos funcionalistas de que as categorias não são discretas, ao contrário, são fluidas

ou contínuas. Como salientamos acima, as formas vão migrando gradativamente de funções mais concretas e dêiticas para funções mais abstratas e relacionais. Ao final, o item pode desaparecer, renovar-se ou cristalizar-se.

Conforme Castilho (1994), a gramática consiste na cristalização das formas mais produtivas no discurso. Depreendemos dessa afirmação duas lições: a) a gramática se constitui mediante o comportamento das formas que se cristalizam no âmbito discursivo; b) as formas cristalizadas correspondem àquelas mais utilizadas pelos falantes, portanto são vistas como recorrentes e produtivas.

Diante de tais lições, percebemos que a frequência ganha importância para que uma palavra ou construção possa ser considerada parte integrante de uma dada língua (BYBEE; HOPPER, 2001). É interessante salientarmos que, não sendo regra obrigatória, o aumento da frequência de uso pode ampliar, conseqüentemente, a possibilidade/probabilidade de expansão do significado de uma expressão, ampliando seus contextos de uso.

Ao estudarmos, portanto, a emergência de itens gramaticais, devemos examinar o item pelo qual estamos interessados somente quando ele é utilizado pelo falante em situações reais de comunicação. Logo após, precisamos atestar um número relevante de vezes que o item ocorre a fim de percebermos se ele faz parte das estratégias discursivas dos usuários da língua (BYBEE; HOPPER, 2001). Assim, a gramática depende da frequência de uso das formas, fundamentando-se em números e porcentagens. Somente por meio desses dados, podemos levantar hipóteses, descrever fenômenos e interpretar indícios de regularizações e inovações.

Apesar da importância da frequência para a explicação do processo de gramaticalização, ela não é suficiente, sendo necessária a recorrência a um mecanismo cognitivo geral, denominado *princípio da marcação*. Givón (1995) elenca três critérios de marcação: 1) **complexidade estrutural** – uma estrutura marcada é mais complexa que a não marcada; 2) **distribuição da frequência** – a estrutura marcada normalmente é menos frequente que a não-marcada; 3) **complexidade cognitiva** – a estrutura marcada é cognitivamente mais complexa que a não-marcada – nesse caso, são inclusos fatores como *esforço mental, demanda de atenção e tempo de processamento*. Os itens que co-atuam em um mesmo domínio funcional tendem a apresentar diferenças quanto ao princípio de marcação. Tais distinções não podem ser desprezadas, pois restringem ou favorecem o uso de uma das formas em determinado contexto de uso.

Conforme já aludimos em capítulo anterior, outro ponto importante na concepção de gramática funcional proposta por Givón (1993) está relacionado à noção de transitividade

da oração, sobre a qual já tecemos algumas considerações no primeiro capítulo desta dissertação. Segundo o linguista, o ponto de partida (tema) para a descrição da gramática de uma determinada língua é uma oração simples, independente, ativa, transitiva, declarativa. Desse modo, as construções complexas – passivas, médias, dependentes etc. – consistem em variações do tema.

Conforme vimos em seção anterior, Givón (1993) define a transitividade como um fenômeno complexo, o qual abrange fatores sintático-semânticos. Sintaticamente, uma oração transitiva é aquela que apresenta um objeto direto. Semanticamente, ele se constitui de três propriedades básicas relacionadas com as características semânticas do sujeito, do verbo e do objeto. São elas: a) *agentividade* – o sujeito de uma oração prototipicamente transitiva é um agente, intencional, controlador, responsável pelo evento e causa saliente dele; b) *afetação* – o objeto de uma oração transitiva prototípica é um paciente concreto, visível, não-intencional, não-controlador, resultado ou efeito saliente de uma mudança de estado; c) *perfectividade* – o verbo de uma oração prototipicamente transitiva codifica um evento limitado, completo, *realis*.

A chamada *de-transitivização* corresponde a um decréscimo, em menor ou maior grau, dos fatores que definem a transitividade. Para Givón (1993), são de-transitivas as estruturas *passivas*, *impessoais*, *antipassivas*, *reflexivas*, *recíprocas* e *médias*. Cada uma delas se distinguirá uma da outra pelo grau de decréscimo das propriedades de transitividade das quais decorrem as seguintes funções principais do fenômeno da de-transitivização: a) *demoção do agente* – essa remoção do agente pode atender a diferentes motivações. O agente pode ser desconhecido, pode ser predito anafórica ou cataforicamente, pode ser universal ou estereotipado. Além disso, a sua remoção pode ser explicada como estratégia de descomprometimento ou de redução de responsabilidade do enunciador; b) *promoção de um não-agente* – consiste em promover a tópico outro participante, tendo em vista a remoção do agente. Nem toda oração de-transitiva é promocional. A impessoal, por exemplo, mesmo removendo o agente, mantém o objeto na posição de tópico secundário; c) *estativização do verbo* – nas construções de-transitivas, um evento passa a ser codificado como estado resultante. Essa característica só se manifesta em estruturas promocionais.

A partir desses parâmetros, notamos que o paradigma funcionalista nos fornece um consistente aparato conceitual através do qual a língua não deve ser encarada como um sistema imanente e autônomo, mas sensível às pressões das diferentes demandas de uso em diferenciados contextos comunicativos. Além disso, a língua, constituída na relação dialética com os indivíduos em interação, é social e cognitivamente determinada, mas tem a sua

funcionalidade também associada ao seu caráter sistêmico, parcialmente regular. É assim que um funcionalista descreve os fenômenos da língua, procurando correlacionar *forma/função* por meio da conjugação de fatores linguísticos, semânticos, pragmáticos e discursivos, assim como pretendemos atuar nesta pesquisa.

4.3 Sociofuncionalismo

Com base nas considerações tecidas nos subtópicos anteriores, podemos verificar que é possível haver convergência entre as formas de abordagem sociolinguística e funcionalista. Ambas pretendem descrever e explicar a língua a partir dos seus usos em situações comunicativas concretas, levando em consideração os participantes, os seus propósitos interacionais, os contextos discursivos e o entorno sociocultural compartilhado pelos interlocutores. Elas reconhecem o valor do aspecto pragmático na compreensão da língua, já que contribui para o seu modelamento e sua modificação.

Tavares (2003) defende a possibilidade de ser feita uma associação entre pressupostos advindos de fontes diferentes, desde que ela seja resultado de um diálogo estabelecido em meio às diferenças. As noções de variação e mudança adotadas pelo Funcionalismo e pela Sociolinguística não se excluem, possibilitando um estudo de cunho *sociofuncionalista*, que “toma a variação linguística do ponto de vista da função discursiva e a explica com base em princípios funcionais” (TAVARES, 2003, p. 98).

Apesar de essas perspectivas de análise tratarem da variação e da mudança, a autora mostra que é necessária uma reflexão bastante refinada sobre o que baseia a junção e acerca do modo como pode ser verificada a profundidade dessa relação. Tal afirmação é feita tendo em vista o complexo pacote que dá forma a uma teoria e que pode impossibilitar o encaixamento de alguns de seus pressupostos basilares em outro aporte teórico. Portanto, é de extrema relevância que se observe o que o Sociofuncionalismo levará em consideração de cada teoria “mãe”, quais aspectos serão priorizados ou descartados, qual das teorias prevalecerá na tomada de decisões sobre questões distintas e quais motivos condicionarão a escolha por uma ou outra.

Além disso, a autora ainda reconhece a necessidade de se investigar mais sobre o próprio *locus* sociofuncional dentro da Linguística, pois não se tem total certeza se estamos diante de nova teoria sociolinguística, de uma nova teoria funcionalista ou de uma moderna teoria situada na zona de transição entre as teorias fonte.

Por meio de um cuidadoso exercício epistemológico, Tavares procura realizar a associação entre a Sociolinguística e o Funcionalismo através de uma *conversa na diferença*, defendendo que elas podem gerar um conhecimento comum, apesar de os termos técnicos e as metodologias não serem exatamente iguais. Em outras palavras, esse diálogo é feito por meio de um constante reajuste dinâmico, fluido e contextual entre as conceptualizações e pressupostos de cada modelo “mãe”. Sendo assim, são importantes diversas etapas de reflexão, que resultarão em “um acúmulo de conhecimentos e de experiências providas da adaptação e da negociação constantes durante a conversa que vem sendo travada no jogo da constituição, defesa e ‘utilização prática’ do sociofuncionalismo” (TAVARES, 2003, p. 101). É desse jogo que os pesquisadores participam, visando a chegar a pontos de convergência entre as teorias.

Tavares afirma que o casamento teórico não resulta da mera incorporação dos conceitos de cada teoria ‘mãe’ tal como foram apresentados originalmente, mas se fundamenta nas interpretações dadas a eles pelos estudiosos casamenteiros. “A cada conversa ocorrem novas convergências e os conceitos são alterados, definindo-se como seres voláteis, transitórios, filiados ao momento e, dessa guisa, a re-interpretações e revisões constantes (...)” (TAVARES, op. cit., p. 102). É devido a isso que o Sociofuncionalismo é obrigado a constituir-se e reconstituir-se, pois, como nem todos os pressupostos presentes em cada teoria fonte são conciliáveis, cabe ao pesquisador assumir uma posição que favoreça a identificação de pontos em comum.

Procurando estabelecer uma conversa teórico-metodológica, Tavares identifica vários postulados compartilhados pelas teorias ‘mãe’ em questão, a saber: a) a prioridade dada à *língua em uso*; b) a análise de fenômenos linguísticos em situações comunicativas reais; c) a concepção de língua em movimento (dinâmica); d) a noção gradual e contínua da mudança linguística; e) a disseminação da mudança nos âmbitos linguístico e social; f) a complementaridade dos dados sincrônicos e diacrônicos nos prognósticos de mudança mais refinados e seguros; g) a crença no princípio do uniformitarismo; h) a análise de fenômenos fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos da língua; i) o destaque dado à frequência das ocorrências; j) a importância da relação entre os fenômenos linguísticos e a comunidade usuária. Apesar dessas proximidades, a autora alerta para o fato de que as semelhanças podem ser apenas superficiais, pois divergências podem surgir e aquilo que parecia ser igual pode se mostrar distinto.

É interessante salientarmos que Tavares mostra que, em alguns momentos a conversa torna-se mais difícil, por conta da própria amplitude de compreensão dos fenômenos

e dos caminhos por eles seguidos. Isso pode ser percebido em relação ao estudo da mudança linguística. Os estudos sociolinguísticos veem a *mudança* como um espriamento da inovação por toda a comunidade de fala e não como a inovação e as suas causas em si; todavia, as pesquisas funcionalistas sobre gramaticalização definem a *mudança*, concomitantemente, como o aparecimento das inovações e a sua difusão.

No que diz respeito a essa relação entre as noções de variação e mudança adotadas pelos sociolinguistas e de gramaticalização defendida pelos funcionalistas, Tavares tece observações que merecem destaque. A pesquisadora começa por observar que, grosso modo, a gramaticalização evidencia uma forma que tende a desempenhar múltiplas funções; já a variação e a mudança enaltecem várias formas que assumem um mesmo significado referencial. Desse modo, ela afirma que, enquanto grande parte dos estudos sobre gramaticalização lança olhar sobre os estágios de mudança de um item ou uma construção, os trabalhos variacionistas têm por alvo a investigação de, no mínimo, duas ou mais formas em co-ocorrência.

Para estabelecer uma convergência entre tais objetos de estudo, Tavares recorre ao *princípio de estratificação*, proposto por Hopper (1991), pois este mostra que, no interior de um domínio funcional, emergem continuamente camadas inovadoras que servem para marcar funções em geral já marcadas por formas mais antigas. Sendo assim, se, devido à gramaticalização, um elemento se torna uma das camadas de um certo domínio, a análise só será completa e refinada se forem levados em consideração os outros elementos que competem com a forma mais atual. Esse modo de compreender o processo possibilita a criação do objeto de estudo dos sociofuncionalistas: “diferentes formas – camadas ou variantes ou *camadas/variantes* – que convivem em um mesmo ambiente, gerando o que pode ser definido como uma *situação de estratificação/variação*” (TAVARES, 2003, p. 108, grifos da autora). A partir desse emparelhamento, resta apenas saber o que as camadas/variantes possuem em comum: o mesmo significado (conforme a teoria variacionista) ou a mesma função (conforme a teoria funcionalista).

Para que o casamento avance, uma possível solução é o afrouxamento do critério através do qual as variantes são selecionadas e agrupadas, possibilitando postular como variável as formas que compartilham as mesmas funções discursivas. Destarte, itens ou estruturas são assumidos como variantes apresentando ou não o mesmo significado; o importante é que, ao final, exibam a mesma função.

Entretanto, mesmo sendo assumida a identidade funcional ao invés da identidade semântico-referencial, Tavares afirma que não é possível negar a existência de um viés

distinto nas duas teorias ‘mãe’. Para os sociolinguistas, a variação é o prenúncio da mudança linguística. Surgindo a co-ocorrência entre certas formas, pode ocorrer uma espécie de mudança, de modo que uma forma suplante a outra ou se especialize em determinados contextos, excluindo-se, portanto, a variação (TAVARES, op. cit., p. 109). Já para os funcionalistas que se voltam principalmente para os estudos de gramaticalização/mudança, a variação aparece como pano de fundo. Isso decorre do fato de que, ao se analisar os processos de transformação de um item da língua, o objetivo primeiro é detectar o conjunto de múltiplas funções que ele adquire. Caso uma ou mais dessas funções estejam sendo desempenhadas por outros itens, passa-se a observar uma situação de variação. É por isso que, conforme afirma Tavares (op. cit., 109): “a variação aparece (...) sendo uma das consequências possíveis da multifuncionalidade resultante do desenvolvimento de formas gramaticais (...)”.

Esses pontos de vista podem ser correlacionados, pois, consoante Castilho (1997, p. 55 *apud* TAVARES, 2003, p. 109), “dado o caráter cíclico da gramaticalização, parece não haver contradição em afirmar que a variação é ao mesmo tempo o ponto de partida e o ponto de chegada da mudança linguística”. Sendo assim, ciclicamente, períodos de variação sucedem períodos de mudança e períodos de mudança sucedem períodos de variação: ‘(...) mudança/gramaticalização > variação > mudança/gramaticalização > variação (...)’ (TAVARES, op. cit., p. 110). Ao realizar um estudo sobre variação, o pesquisador analisa uma etapa da mudança na qual há convergência dos percursos de gramaticalização. Porém, ao estudar a gramaticalização, ele averigua diferentes fases de variação ao longo do tempo.

Neste ponto da discussão, deve ser enaltecido um tradicional preceito variacionista, que pode ser considerado como obstáculo ao casamento teórico proposto. Tal preceito, já aludido anteriormente, afirma que nem toda variação na estrutura da língua envolve mudança, mas toda mudança envolve variabilidade (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006). Apesar disso, Tavares defende que é possível conciliarmos as perspectivas, pois um percurso de mudança por gramaticalização pode abarcar períodos sem modificações mais salientes, o que corresponderá aos períodos de variação estável de Labov. Nesses casos, se alguma inovação ocorrer, haverá um retorno ao ciclo: ‘(...) mudança/gramaticalização > variação > mudança/gramaticalização > variação (...)’.

Embora haja muitos pontos em comum nas teorias fonte e seja possível a recorrência a algumas estratégias de emparelhamento em momentos de difícil conversa, alguns aspectos das teorias não são totalmente conciliáveis, o que exige do estudioso muita atenção quando da articulação das informações em uma pesquisa. Dentre as divergências existentes, Tavares destaca, por exemplo, a importância atribuída às noções de *estrutura*,

sistema e gramática. Enquanto o Funcionalismo adota uma concepção de gramática em andamento, dependente das inúmeras circunstâncias envolvidas em cada ato interacional, a Sociolinguística atribui papel central ao sistema e à estrutura, encarando a língua como um sistema de regras variáveis, que fazem parte da competência linguística. Além disso, para os funcionalistas, a função é prioritária e determina o uso da língua pelos seus falantes, importando focalizar as relações entre funções e formas do ponto de vista gradual e escalar (GIVÓN, 1995); já para os sociolinguistas, há uma primazia da regra variável, pois as regras descrevem, de modo formal, a relação intrínseca entre condicionamentos internos e externos à língua.

Mesmo diante de tais diferenças, Tavares mostra que ainda é possível estabelecer o “casamento teórico” se for dada atenção especial tanto à estrutura quanto à função, a ponto de serem considerados condicionamentos estruturais e discursivos pressionando a variação e a mudança. Desse modo, uma abordagem sociofuncionalista não seria abandonada por dificuldades de aproximação entre aspectos centrais nas teorias ‘mãe’. A autora defende que pode ser feita a opção por uma forma de análise mais funcionalista ou mais variacionista, desde que sejam assumidas apenas as convergências coerentes com a escolha realizada.

Em consonância com a pesquisadora, dessa conversa na diferença, podem derivar vários graus de convergência, como se houvesse uma espécie de escala entre uma e outra perspectiva teórica. No caso do Sociofuncionalismo, o importante é que, pelo menos, sejam adotados princípios, hipóteses e explicações funcionais – para evidenciar a absorção do aparato funcionalista – e aspectos metodológicos, princípios e condicionamentos sociolinguísticos – para mostrar a relevância do aparato sociolinguístico.

A partir dessas considerações, reconhecemos esta pesquisa como sociofuncionalista, pois contempla conceitos compartilhados tanto pela Sociolinguística quanto pelo Funcionalismo, a saber: a) análise de dados extraídos em situações reais de comunicação e representativos de uma comunidade fala; b) atenção especial à frequência de formas linguísticas para identificação de processos de variação/estratificação e mudança/gramaticalização; c) importância atribuída à relação entre a língua e a sociedade usuária.

Além disso, neste trabalho, procuramos utilizar algumas noções reconfiguradas no âmbito do Sociofuncionalismo, como: a) a concepção ampliada de *mudança* e de *camadas/variantes*; b) o condicionamento de camadas/variantes por fatores estruturais e discursivos; c) o não estabelecimento de zonas fronteiriças rígidas para a identificação da

variação e da mudança; d) a submissão dos dados ao tratamento estatístico para a detecção de indícios de variação e mudança.

Tomando como base esses parâmetros, procuramos identificar motivações linguísticas e extralinguísticas (sociais) e interpretar os dados à luz dos princípios funcionalistas, como os de Iconicidade e Marcação. Sabemos que, sem dúvida, em alguns momentos, uma teoria se sobressairá em relação à outra; mesmo assim, levaremos adiante essa empreitada de análise sociofuncional do comportamento do clítico medial no falar popular de Fortaleza.

4.4 Súmula do capítulo

Em nosso trabalho, aportamo-nos teoricamente na Sociolinguística Variacionista Laboviana e no Funcionalismo Linguístico Norte-Americano – mais especificamente na abordagem givoniana. Esses referenciais nos auxiliam na definição, configuração, categorização e compreensão das estruturas mediais e do comportamento variável do clítico que as acompanha.

Por meio do Funcionalismo, definimos, configuramos e categorizamos as estruturas de-transitivas mediais, levando em conta fatores estruturais, semânticos e discursivos. Através da Sociolinguística, delimitamos e compreendemos o fenômeno variável que incide sobre o clítico que se associa às médias pronominais, identificando condicionamentos linguísticos e extralinguísticos para a sua alternância (presença/ausência) no Português. Desse modo, assumimos um enfoque *sociofuncionalista* (TAVARES, 2003), pois analisamos a variação do clítico medial em dados extraídos de situações comunicativas reais e representativos de uma comunidade de fala e buscamos explicações de base funcionalista para os resultados quantitativos obtidos.

No capítulo seguinte, expomos o conjunto de procedimentos metodológicos empregados na realização desta pesquisa, o que descarta qualquer neutralidade por parte do pesquisador, mas permite um tratamento científico das suas intuições sobre o fenômeno em estudo.

5 METODOLOGIA

Neste capítulo, procedemos à especificação dos procedimentos metodológicos empregados no desenvolvimento deste trabalho, com base no aparato teórico-metodológico do Funcionalismo Givoniano e da Sociolinguística Variacionista/Quantitativa Laboviana, procurando estabelecer uma interface de caráter *sociofuncionalista*, conforme já expusemos no capítulo anterior. Delimitamos a pesquisa quanto ao método de abordagem, aos objetivos, ao método de procedimento, à amostra, aos informantes, às variáveis linguísticas e extralinguísticas e ao tratamento estatístico.

5.1 Natureza da pesquisa

5.1.1 Quanto ao método de abordagem

Em nossa pesquisa, buscamos nos aproximar de um método proposto por Givón (1995): um jogo de indução e dedução (teoricamente sem fim), que hodiernamente muitos denominam de *método indutivo-dedutivo*. Recorremos à indução, tendo em vista o fato de que serão analisados dados empíricos, por meio da quantificação e do tratamento estatístico. Utilizamos a dedução, pois investigamos as implicações das hipóteses e a sua relação com os resultados. Para uma melhor compreensão de nosso trajeto, vejamos, de modo breve, os passos seguidos.

A partir da observância do comportamento variável, quanto à presença e ao apagamento do clítico em estruturas de-transitivas mediais, partimos, via abdução (intuição), de hipóteses sobre o modo como se verifica tal variação. Em seguida, via dedução lógica das implicações das hipóteses, refinamo-las, relacionando-as a alguns fatores linguísticos e extralinguísticos. Logo após, testamos as hipóteses, por meio da quantificação e análise estatística, em dados extraídos do *corpus* Norma Oral do Português Popular de Fortaleza – descrito adiante.

Por fim, através do auxílio da dedução, retornamos às hipóteses e verificamos a sua relação com os resultados. Esses foram analisados com a finalidade de observarmos as implicações que as hipóteses exercem sobre eles, pretendendo observar se foram ou não *provisoriamente* suficientes e satisfatórias para explicar as causas do fenômeno em estudo.

5.1.2 Quanto aos objetivos

Conforme Gil (2002), as pesquisas classificam-se, quanto aos seus objetivos gerais, em três grupos: a) *exploratórias* – que visam a aprimorar ideias ou descobrir intuições, objetivando, portanto, tornar mais próxima a relação entre pesquisador e objeto; b) *descritivas* – que buscam descrever as propriedades e subpropriedades de uma população ou um fenômeno, pretendendo estabelecer relações entre variáveis; c) *explicativas* – que se preocupam em identificar os fatores motivadores ou as causas para a ocorrência de fatos das mais diversas esferas do conhecimento científico.

Diante dessas considerações preliminares e em conformidade com os nossos propósitos, desenvolvemos uma pesquisa descritivo-explicativa, pois duas são as finalidades primordiais de nosso trabalho: a) descrever a variação do clítico em estruturas de-transitivas mediais; b) explicar, por meio da análise dos dados e da relação com variáveis linguísticas e sociais (a serem apresentadas adiante), as causas ou as razões motivadoras do fenômeno variável em questão.

5.1.3 Quanto ao método de procedimento

Gil (2002), ao reconhecer como fundamental a existência de um modelo conceitual e operativo de pesquisa para a análise efetiva dos fatos empiricamente, apresenta dois grandes grupos de delineamento investigativo, tomando como referência os procedimentos técnicos utilizados para a coleta de dados. No primeiro, agrupam-se as chamadas fontes de “papel” (pesquisa bibliográfica e documental). No segundo, encontram-se os dados fornecidos por pessoas (pesquisa experimental, levantamento, estudo de campo, estudo de caso etc.).

Inicialmente, nossa pesquisa passou por uma extensa etapa de caráter bibliográfico, pois nos reportamos a um conjunto de artigos, dissertações, teses e livros científicos, que nos proporcionaram o conhecimento do estado da arte em relação ao fenômeno sobre o qual nos debruçamos proficuamente. Porém, levando em conta o principal procedimento caracterizador desta investigação, aproximamo-la da pesquisa de campo, já que coletamos evidências do nosso fenômeno em entrevistas realizadas com pessoas de vários bairros/comunidades da cidade de Fortaleza. Devemos salientar que não consistiu em uma pesquisa de campo prototípica pelo fato de não termos realizado as entrevistas, estabelecido diálogos com os informantes e compartilhado experiências. Contrariamente, apenas tivemos

acesso a um *corpus* – já estruturado e organizado – do falar popular fortalezense, para que, desse modo, encontrássemos evidências do objeto em análise.

Acrescentamos que nos deram suporte o aparato da Sociolinguística Quantitativa e o referencial teórico do Funcionalismo de linha norte-americana, pois desenvolvemos um trabalho na interface *sociofuncionalista*. Tal casamento teórico-metodológico nos permitiu estabelecer uma pesquisa embasada no estudo acurado da relação existente entre língua, contexto discursivo e sociedade, auxiliando-nos na sistematização da variação linguística e na identificação dos fundamentos empíricos das mudanças ocorridas na língua.

5.2 A amostra e os informantes

A amostra desta pesquisa, constituída por 36 inquéritos, foi extraída do banco de dados orais Norma Oral do Português Popular de Fortaleza (NORPOFOR). Porém, antes de tecermos considerações mais detalhadas sobre a organização dele e a configuração de nossa amostra, julgamos relevante retomar os motivos os quais nos levaram a escolhê-lo: em primeiro lugar, o uso de uma modalidade de língua falada, já que, por ser mais flexível e sofrer certas coerções de ordem pragmática, favorece a variação e a mudança linguísticas; em segundo, a necessidade de análise do fenômeno em dados enquadrados na norma popular, uma vez que trabalhos anteriores (LIMA, 1999; CAMACHO, 2002, 2003) voltaram o olhar principalmente para o falar culto; em terceiro, o atendimento às exigências de uma pesquisa da Sociolinguística Quantitativa no que se refere aos critérios de seleção dos informantes e de coleta de dados.

Sobre a constituição do NORPOFOR, informamos que ele é resultado do Projeto Norma Oral do Português Popular de Fortaleza (significado da sigla), coordenado pela professora Aluiza Alves de Araújo, que contou com o apoio de bolsistas do Programa de Iniciação Científica da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e dos professores Kilpatrick Müller Campelo e Socorro Abreu. O trabalho foi realizado no período de agosto de 2003 a julho de 2006 e teve como objetivo-mor o armazenamento de material linguístico satisfatório e representativo da fala popular dos fortalezenses (ARAÚJO, 2011).

Segundo a coordenadora do projeto, os informantes selecionados – que somatizam 198 – têm as seguintes características: a) nasceram em Fortaleza ou vieram do interior do Ceará para morar nesta cidade com no máximo cinco anos de idade; b) residem nas seis regionais da capital; c) nunca se ausentaram da cidade por mais de dois anos consecutivos; d)

são filhos de pais cearenses. Esses informantes estão distribuídos por faixa etária, escolaridade, tipo de registro e gênero.

No que se refere à faixa etária, o NORPOFOR apresenta três tipos, a saber: a) Faixa I – 15 a 25 anos; b) Faixa II – 26 a 49 anos; c) Faixa III – 50 em diante. A primeira delas, que cobre um intervalo de 10 anos, compõe-se de adolescentes e jovens, que dependem dos pais economicamente, que estão tentando ingressar no mercado de trabalho ou que nele ingressaram recentemente. A segunda, abrangendo um intervalo de 23 anos, constitui-se de adultos que exercem ou estão em condições de exercer trabalhos profissionais. A terceira, sem intervalo definido, mas que, na verdade, não ultrapassa o intervalo de 25 anos, compõe-se de adultos que também exercem ou estão em condições de realizar atividades profissionais, bem como de idosos aposentados.

Além disso, o *corpus* em questão apresenta três níveis de escolaridade, a saber: a) 0 a 4 anos; b) 5 a 8 anos; c) 9 a 11 anos. O primeiro contempla tanto pessoas que nunca frequentaram a escola como aquelas que têm o antigo primário completo ou incompleto. O segundo abrange informantes os quais apresentam o primeiro grau completo ou incompleto. Já o terceiro contempla indivíduos que têm o segundo grau completo ou incompleto. Convém salientarmos que os membros organizadores do projeto optaram pela nomenclatura do antigo currículo para facilitar aos informantes a identificação do nível de escolaridade em que se encontravam, já que a maior parte deles desconhecia a reforma curricular.

Quanto aos tipos de registro, identificamos três no NORPOFOR: a) Diálogo entre Dois Informantes (D2), constituído de conversas espontâneas entre dois informantes com certo grau de informalidade; b) Diálogo entre Informante e Documentador (DID), constituído de entrevistas; c) Elocução Formal (EF), constituído de pregações e palestras.

No que concerne ao sexo, os informantes também foram distribuídos igualmente entre homens e mulheres segundo a faixa etária, a escolaridade e o registro, evitando, desse modo, a falta de equivalência quantitativa entre todas as variáveis envolvidas.

Devemos destacar que a seleção dos informantes do *corpus* em questão, quanto ao local de residência, incluiu 69 bairros, distribuídos entre as seis regionais de Fortaleza, o que possibilita uma representação geográfica de toda a área da cidade (ARAÚJO, 2011).

Feitas tais considerações, informamos que a amostragem de nossa pesquisa a ser retirada desse *corpus* constituir-se-á de 36 inquéritos, com duração de 60 minutos cada. Sua estratificação se dará em função das seguintes variáveis:

- a) *Faixa etária* (**1** – 15 a 25 anos e **3** – 50 anos em diante);
- b) *Escolaridade* (**A** – 0 a 4 anos; **B** – 5 a 8 anos; **C** – 9 a 11 anos)
- c) *Sexo* (**h** – masculino e **m** – feminino).

Ressaltamos que as letras e os números destacados em negrito nos auxiliarão na composição objetiva das células da amostra e no operacional reconhecimento dos fatores selecionados. Além disso, como pode ser percebido acima, optamos apenas pelas faixas etárias 1 e 3. Isso se deve a dois motivos: a) o *corpus* ao qual recorreremos se encontra em fase de estruturação, por isso muitos dos inquéritos da faixa 2 (26 a 49 anos) ainda não foram transcritos e revisados pelos coordenadores. Como precisávamos obedecer ao princípio de ortogonalidade das células, preferimos descartar a faixa intermediária nesta pesquisa; b) a possibilidade de identificação de um fenômeno em variação comparando apenas as faixas polarizadas: a mais jovem e a mais idosa. Devemos deixar claro que não queremos, de forma alguma, afirmar que a faixa intermediária pode ser facilmente descartada, porém, como alguns estudos (GAUCHAT, 1905 *apud* LABOV, 1972; LABOV, 1972) apontam, os indivíduos dessa idade tendem a usar as variantes conservadora e inovadora sem predominância de nenhuma delas, o que viabiliza a realização desta investigação. Sabemos que, obviamente, esse quadro se alteraria em casos de mudança em tempo aparente, já que a faixa 2 se mostraria fundamental.

Por fim, ainda salientamos que trabalhamos apenas com o registro DID (Diálogo entre Informante e Documentador) por dois motivos principais: a) a presença tanto de marcas formais – em virtude da intervenção direta do entrevistador – como de marcas informais – tendo em vista a discussão sobre temas da vida pessoal do informante com o objetivo de lhe permitir um maior relaxamento na produção do discurso; b) a falta de acesso aos outros tipos de registro (D2 e EF), já que ainda há a necessidade de finalização das transcrições e revisões por parte da equipe responsável pela organização do NORPOFOR.

As células e a quantidade de informantes – dipostas a seguir – são configuradas em obediência aos princípios da sociolinguística quantitativa, vez que desejamos evitar problemas estatísticos quando do cruzamento dos dados coletados com as variáveis selecionadas.

Quadro 1 – Distribuição dos informantes por *sexo*, *faixa etária* e *escolaridade* na amostra constituída a partir do NORPORFOR

		ESCOLARIDADE		
SEXO	FAIXA ETÁRIA	0 a 4 anos (A)	5 a 8 anos (B)	9 a 11 anos (C)
FEMININO (m)	15 a 25 anos (j)	3 (m1A)	3 (m1B)	3 (m1C)
	50 em diante (v)	3 (m3A)	3 (m3B)	3 (m3C)
MASCULINO (h)	15 a 25 anos (j)	3 (h1A)	3 (h1B)	3 (h1C)
	50 em diante (v)	3 (h3A)	3 (h3B)	3 (h3C)

Para justificar o tamanho total de nossa amostra, baseamo-nos em Braga e Naro (1994), segundo os quais o cálculo do número de informantes da amostra não leva em consideração o número total de falantes do universo. Desse modo, a proporção de falantes é irrelevante, sendo significativo, de fato, o grau de variabilidade do fenômeno linguístico. Além disso, conforme Bauer e Aarts (2003), a representatividade da amostragem é percebida por meio da distribuição equânime dos mesmos critérios presentes na organização e seleção da população. Sendo assim, se a amostra representa a população a partir de um determinado número de critérios – conforme se observa em nossa pesquisa – então ela representará também a população naqueles critérios nos quais alguém esteja interessado.

5.3 Envelope de variação

5.3.1 Critérios de seleção das ocorrências

Conforme aludimos no primeiro capítulo deste trabalho, é de suma importância que especifiquemos quais os critérios básicos de seleção das ocorrências a serem consideradas em nossa análise. Em primeiro lugar, tendo em vista a complexidade das estruturas mediais e a variedade de definições a elas atribuídas, selecionamos somente as médias que atendem fundamentalmente aos seguintes requisitos:

- a) **Demissão do agente**³⁵ – as médias se caracterizam pela remoção do elemento agentivo (iniciador, controlador, volitivo) responsável pelo evento verbal:

³⁵ Em consonância com Lima (1999), é importante lembrar que há casos em que a média admite a presença de um elemento causativo (animado ou inanimado, não-volitivo, iniciador do processo) como sintagma preposicionado. Podemos observar no seguinte exemplo de nosso corpus: “aí:: o amigo dele acaba ficando com essa mulher *se apaixonou por ela* e fica com ela e abandona a noiva dele... da vila...não quer mais saber da [vila

(6) aí passo o dia todinho ajudando ela... que ela *se operou* das duas vista *o* sabe... ai fico lá ajudando. (NORPOFOR / DID-36)³⁶

- b) **Admissão da contraparte transitiva** – mesmo sendo de-transitivas, as estruturas mediais admitem uma correspondente transitiva, conforme nos assegura Givón (1993, 1995):

(7) aí foi que ele *se acalmou*...aí o rapaz disse...cante baixo... cante baixo... (NORPOFOR / DID-36) / **Contraparte transitiva:** *Aí foi que alguém o acalmou... aí o rapaz disse... cante baixo... cante baixo...*

- c) **Sujeito paciente ou experienciador** – o sujeito das estruturas médias é um afetado por um processo expresso pelo verbo:

(8) mas eu sempre fui uma pessoa cuidadosa [...] *ele se tratou* doze anos... (NORPOFOR / DID-53)

(9) éh::: é nervosa eh::: e fica *ela se altera* demais (NORPOFOR / DID-75)

- d) **Verbo de processo** – o verbo utilizado nas médias expressa um evento ou uma sucessão de eventos que afetam um sujeito:

(10) você *se admira* de tudo hoje em dia é um negócio bem diferente mesmo diferente tudo ninguém respeita ninguém (NORPOFOR / DID-149)

Em segundo lugar, atendendo às premissas básicas da Sociolinguística Variacionista, limitamo-nos às *estruturas mediais pronominais*, nas quais hodiernamente

da noiva da vila]...” (NORPOFOR / DID-32, grifos nossos). Não as desconsideramos, pois, mesmo recuperando o causador do evento, este não é volitivo e controlador pleno do evento, tal como se observa em construções ativas. Além disso, elas atendem aos outros critérios que apresentamos. Borba (1991, s.v.) define o verbo *apaixonar* como verbo de ação-processo (sujeito agente/causativo) que significa “despertar ou provocar amor intenso” e exemplifica: *Ela apaixonava todos com seu belo sorriso*. Esse verbo passa a verbo de processo, na forma pronominal (sujeito experienciador e complemento apagável (*por* + nome)) com o sentido de “ser tomado por intenso amor”: *Apareceu uma moça que se apaixonou pelo ateu*.

³⁶ Onde temos “NORPOFOR / DID-36”, devemos ler *Norma Oral Popular de Fortaleza / Diálogo entre Informante e Documentador – Inquérito nº 36*. Em todos os outros exemplos, a leitura deve ser feita nos mesmos moldes, atentando-se apenas para a mudança do número do inquérito.

percebemos a alternância presença/ausência do clítico, sem alteração do significado referencial da construção. Desse modo, desconsideramos as estruturas exclusivamente pronominais – tais como *suicidar-se*, *queixar-se*, *atrever-se* etc. – pois, além de estarem sempre acompanhadas pelo clítico *se*, não atendem aos nossos critérios de identificação de estruturas mediais. *Suicidar-se*, por exemplo, é um verbo de ação-processo e não tem contraparte transitiva – por exemplo: *Paolo suicidou-se* / **Alguém suicidou Paolo*. *Queixar-se* e *atrever-se* são verbos de ação e, naturalmente, não tem uma correspondente ativa – por exemplo: *As filhas se queixavam da falta de atenção* / **A falta de atenção queixava as filhas*; *Cassandra atreveu-se a resolver o desafio de matemática* / **A resolução do desafio de matemática atreveu Cassandra*. Também desprezamos as estruturas exclusivamente não-pronominais, com verbos como *melhorar*, *aumentar*, *crescer* e outros, vez que, em geral, expressam eventos espontâneos construídos sem o clítico – por exemplo: *A situação melhorou significativamente* / *O salário aumenta a cada ano* / *A árvore cresceu*.

Em terceiro lugar, selecionamos médias acompanhadas não somente pelo clítico *se* de terceira pessoa, mas por clíticos átonos próprios da primeira e segunda pessoas do singular e do plural, tais como *me/nos* e *te/vos*³⁷. Desse modo, assim como já mencionamos na introdução desta pesquisa, encaramos o clítico *se* como uma espécie de arquimorfema para significar um pronome correferencial, não-anafórico³⁸, que engloba as seguintes pessoas gramaticais: 1ª (*me, nos*), 2ª (*te, vos*) e 3ª (*se*). É fato que focamos uma atenção maior no *se* da terceira pessoa, devido a sua predominância nas ocorrências, a sua natureza complexa e a sua diversidade funcional. Todavia, a identificação de vários dados nas 1ª e 2ª pessoas gramaticais nos motivou a verificar até que ponto a categoria de pessoa pode influenciar no comportamento variável do clítico médio. É relevante ressaltarmos que formas como *a gente* e *você/vocês* – as quais co-ocorrem com os pronomes pessoais *nós* e *tu*, respectivamente – adjungiram-se, por questões de natureza formal, ao pronome *se*, mesmo correspondendo semanticamente a 1ª e 2ª pessoas. Isso serve para reiterar a importância de darmos ênfase a esse clítico em particular, tendo em vista a sua fluidez, flexibilidade e multiplicidade semântico-funcional em Português.

³⁷ Salientamos que não foram encontrados casos de estruturas mediais com o clítico *nos*, pois – dos exemplos identificados no *corpus* – todos funcionavam como recíprocos. Em relação ao pronome *vos*, não foram identificadas quaisquer ocorrências, nem com valor de reciprocidade.

³⁸ Retomar nota 1 (p. 15), que explica o que estamos entendendo por caráter correferencial e não-anafórico.

Cumpramos acrescentar, ainda em relação a esse último aspecto de seleção das ocorrências, que identificamos somente seis casos de discordância pronominal³⁹ – especificamente, entre o *sujeito das 1ª (eu/nós) e 2ª pessoas (tu/vós)* e o *pronome oblíquo correspondente (me/ nos e te/vos)* – em nossa amostra, o que nos causou relativa surpresa, tendo em vista o fato de ser o NORPOFOR um *corpus* popular. Todavia, devemos considerar que, na verdade, isso serviu para nos mostrar que, apesar de a sociedade ainda compartilhar o ideário de que o falar popular favorece a apresentação de formas estigmatizantes, os dados coletados desmistificaram essa concepção. Nessas ocorrências, o clítico *se* ocupou a posição das formas átonas da primeira e segunda pessoas. Como consideramos o *se* uma espécie de arquivormo e obtivemos reduzida incidência de casos dessa natureza, optamos por analisá-las em conformidade com a pessoa gramatical do sujeito da estrutura.

5.3.2 Variável dependente

Com base no que já foi exposto, a variável dependente⁴⁰ de nossa pesquisa constrói-se a partir da verificação da presença e do apagamento do clítico em estruturas mediais. Vejamos a seguir:

a) Presença

³⁹ A seguir, apresentamos as seis ocorrências de discordância pronominal mencionadas: i) “por que... [galo cantou] por que... a mãe colocou ele agora nesse ano por que... *nós viemos se interessar... né?*” (NORPOFOR / DID-9); ii) “não ele queria que eu fosse com ele lá pro :: Estados Unidos parece é Estados Unidos mas eu falei pra ele que da minha família eu não *se separo* não mas se ele quisesse assim :: passar uns meses lá eu *aceitava passar uns meses mas morar” (NORPOFOR / DID-18); iii) “quando vou... é mais assim aos sábados pra se encontrar com os amigos... com a galera néh... pra conversar... passear... *se distrair* num shopping mesmo néh... é só mais pra isso mesmo assim que eu vou...” (NORPOFOR / DID-44); iv) “eu gosto de comédia e às vezes assim meio dia só pa *se informar* assim das coisas” (NORPOFOR / DID-47); v) “só pa mais *se informar* mermo só pa assistir um jornalzinho tipo jornal nacional às vezes eu assisto” (NORPOFOR / DID-47); vi) “pra conhecer::o porta-aviões de minas... pra *se forma::r* na engenharia mecânica... que eu tinha muita inté/muito inteligente... mas nisso aí eu dei um::... - - de tanto tomar coca-cola e café pra não dormir - -... eu dei um desmaio... no colégio...” (NORPOFOR / DID-158).

⁴⁰ No conjunto total de nossos dados, encontramos algumas evidências de *redobro do clítico medial*, porém, como foram apenas sete casos, não julgamos oportuno considerá-lo como outra variante nesta pesquisa. A posteriori, recorrendo a uma amostra mais ampla, pretendemos rever esse fenômeno com mais profundidade. Apresentamos as ocorrências de redobro identificadas a seguir: i – “mas aí a cachaça falou mais alto... ele começou a beber a beber a beber e *se aviciou-se...*” (NORPOFOR / DID-6); ii – “aí ela morreu no dia vinte e três no dia do aniversário da minha neta *se enterrou-se* no dia vinte e quatro na neta dela” (NORPOFOR / DID-95); iii) “num tem nada bom mais não o que era bom *se acabou-se* é a gente pedir a Deus saúde e segurança porque hoje o mundo tá::...” (NORPOFOR / DID-95); iv – “ele morreu e num vi mais ele o B. eu ainda sempre encontro com ele *se aposentou-se* também...o M. comprou um sítio ali pra banda” (NORPOFOR / DID-95); v – “fica fica chato... mas aí depois ela *se acostumou-se* aí deu certo” (NORPOFOR / DID-65); vi – “mas *se aposentou-se* tá com a agente lá – ele diz rapaz a coisa mais que me endoida também S. que tu também não gosta” (NORPOFOR / DID-65); vii – “aí pronto *se aposentou-se...*” (NORPOFOR / DID-75).

(11) aí depois que ele *se aposentou* ficou... ficou sempre em casa ele não... ele não saiu... não viajou... (NORPOFOR / DID-75)

b) **Apagamento**

(12) que::... nós tínhamos era cento e... cento e oitenta e cinco pacientes... só *aposentou* um... (NORPOFOR / DID-19)

5.3.3 *Variáveis independentes*

A variação é um fenômeno inerente às línguas naturais e convive com o conglomerado de regras categóricas determinadas pelos sistemas. Em outros termos, podemos afirmar que ela não é aleatória e desregrada, mas previsível e regular, tendo em vista o fato de ser governada por fatores internos e externos à língua, os quais atuam em conjunto e condicionam o uso de formas semanticamente equivalentes. A seguir, assim como propusemos em nossas hipóteses, elencaremos alguns destes fatores – também chamados de *variáveis independentes* – que podem influenciar o nosso objeto de estudo.

5.3.3.1 *Variáveis linguísticas*

Defendemos que a variação do clítico das estruturas de-transitivas mediais sofre influência dos condicionamentos linguísticos destacados abaixo:

I) *Forma verbal*

a) **Simples**

(13) é... aí ela vai lá só [se tiver] de ir lá é só:: por passagem por que ela não *se lembra* muito deles... e eles aqui acolá dá alguma coisinha a ela agrada ela com alguma coisa... e só né conhece [] pessoal de lá... (NORPOFOR / DID-9)

b) **Perifrástica**

(14) aí de repente você tem aquele livro... né? que tem né? que foi consultado aquele livro... você *pode se aprofundar* melhor... ta entendendo? lendo esse livro que tem... [] bibliografia consultada (NORPOFOR / DID-12)

Nos trabalhos resenhados em nossos capítulos teóricos, não identificamos nenhum que se utilizasse do grupo *forma verbal* (simples ou perifrástica). Todavia, ao verificarmos parcialmente nossos dados, percebemos a constante presença de ambas em contextos mediais, o que nos levou a refletir sobre a possível influência do grupo no condicionamento variável do marcador médio. A partir disso, levando em conta a relação entre o *princípio de marcação* (GIVÓN, 1995) e a noção de *frequência* (BYBEE; HOPPER, 2001), levantamos a hipótese de que, se o apagamento do *se* resulta de uma espécie de esvaziamento semântico pelo uso rotineiro da forma, é de se esperar que essa omissão seja mais comum em formas simples, pois elas são mais frequentes e menos marcadas, diferentemente das perífrases, que – por serem menos frequentes e mais marcadas – favorecem a manutenção do clítico.

II) *Tipo de mudança indicada pelo verbo*

a) **Estado físico**

(15) por que se não você pode... pode::... *se contundir* né? (NORPOFOR / DID-12)

b) **Estado mental**

(16) você [] *se concentrando* bem... você sabe que não está lutando bem... por exemplo... eu [estou] na faixa branca... não significa que num campeonato eu vou lutar só com faixa branca... (NORPOFOR / DID-12)

c) **Posição**

(17) o Simon ele não conseguiu sobreviver... ele *acabou* cai/ éh::... *se afundando* né... embaixo da água... (NORPOFOR / DID-112)

d) **Condição**

(18) [você já está] de preto assim... todo preto... aí dá pra *se camuflar* né?
(NORPOFOR / DID-12)

Assim como o grupo forma verbal, o *tipo de mudança indicado pelo verbo* não foi utilizado nas pesquisas que tratavam da variação do clítico medial. Essa variável foi adaptada de Givón (1993)⁴¹, segundo o qual a transitividade, centrada no significado lexical do verbo, reflete o afetamento total do objeto. Desse modo, os verbos cujo significado não implica mudança de estado físico ou de localização do objeto se afastam do padrão prototípico de estrutura transitiva e, conseqüentemente, exibem menor grau de transitividade.

Consideramos *estado físico* tanto a criação como a destruição parcial ou total de objetos. Mesmo Givón não tendo abordado o *estado mental*⁴², nós o incluímos por cremos que ele representa uma forte mudança interna do estado do sujeito envolvido no processo. Além disso, de modo mais amplo, encaramos como *condição* as mudanças que incidem sobre a superfície material dos objetos e sobre o *status* dos sujeitos.

Em relação à influência desse grupo sobre o fenômeno de variação do marcador médio, hipotetizamos que o apagamento será mais recorrente em *mudanças físicas*, de *posição* ou de *condição*, tendo em vista o fato de que, nos casos de estruturas mediais pronominais, há uma tendência à manifestação de sujeitos inanimados (LIMA, 2009), os quais, por sua vez, são menos envolvidos no processo indicado pelo verbo. Diferentemente, as *mudanças mentais* expressam um maior envolvimento do indivíduo no evento, sendo o clítico um grande indício desse grau de integração do sujeito no processo verbal. Além disso, acreditamos que a omissão do marcador no fator *estado mental* pode gerar ambigüidade em relação ao sentido do processo verbal – e conseqüentemente quanto ao papel temático

⁴¹ Ao descrever um evento transitivo prototípico, Givón (1993) o faz recorrendo às propriedades semânticas do sujeito (*agente humano e intencional*), do objeto (*paciente concreto e afetado*) e do verbo (*concluído e pontual*) na oração-evento. O linguista enfatiza que esses traços são, em princípio, uma questão de grau; dessa forma, os verbos podem se subclassificar conforme a mudança física ou externa registrada no estado do paciente. Alguns tipos de eventos que refletem esse posicionamento de Givón (1993, p. 107-108, grifos e traduções nossos) são: a) **criação de objeto** – “He built a house” (*Ele construiu uma casa*); b) **destruição física de um objeto existente** – “She smashed the glass” (*Ela espatifou o copo*); c) **mudança de estado físico do objeto** – “She cut her hair” (*Ela cortou o cabelo*); d) **mudança de lugar físico do objeto** – “They moved the barn” (*Eles mudaram o celeiro*); e) **mudança de condições superficiais do objeto** – “He washed his shirt” (*Ele lavou a camisa dele*); f) **mudança em propriedades internas menos visíveis** – “He heated up a cup of soup” (*Ele aqueceu a xícara de sopa*); g) **mudança com instrumento implicado** – “She knifed him (stab with a knife)” (*Ela o cortou (cortar com uma faca)*); h) **mudança com modo implicado** – “She murdered him (kill deliberately)” (*Ela o assassinou (matar deliberadamente)*).

⁴² As estruturas oracionais que expressam eventos mentais são exemplos de desvio da transitividade prototípica defendida por Givón (1993), pois seus sujeitos são normalmente experienciadores e não registram uma mudança ou impacto físico observável sobre um objeto. Nesses casos, os verbos predominantes são os cognitivos, perceptuais e sensitivos, os quais se aproximam mais de estados psicológicos do que de ações.

desempenhado pelo SN sujeito (se agente ou paciente) – problema que só seria esclarecido via contexto situacional (BANDEIRA, 2007).

III) *Pessoa gramatical do sujeito*

a) 1ª pessoa

(19) maiguerí... e mauachin né?... são palavras japonesas... ou são chinesas... eu sempre *me confundo* se é japonesa ou chinesa também (NORPOFOR / DID-12)

b) 2ª pessoa

(20) por que você *tem que se aquecer...* (NORPOFOR / DID-12)

c) 3ª pessoa

(21) essa parte da respiração... que eu falei... TÉCNica... é só com o tempo... mais... né?... que a pessoa *vai... vai se aprofundando...e:::...* que foi mesmo que tu perguntou? (NORPOFOR / DID-12)

Algumas pesquisas sociolinguísticas (SAKAMOTO, 2008; MELLO, 2009) têm contemplado o grupo *pessoa gramatical* quando da tentativa de identificação de fatores linguísticos motivadores do comportamento variável dos clíticos no Português do Brasil. Tendo em vista esse aspecto, a natureza diversificada de dados encontrados nas três pessoas gramaticais e a noção de individuação do sujeito que se percebe em cada uma delas, julgamos viável explorarmos essa categoria, a fim de observarmos até que ponto a pessoa gramatical do sujeito pode exercer influência no processo de apagamento do clítico das estruturas de-transitivas mediais.

Essa variável se associa à noção de individuação do sujeito – própria da concepção de transitividade (HOPPER; THOMPSON, 1980; GIVÓN, 1993, 1995) – assim como à escala de grau de animacidade/pessoalidade do sujeito⁴³ (SILVERSTEIN, 1976 *apud*

⁴³ É relevante salientarmos que, *a priori*, o grau de animacidade do sujeito era uma de nossas variáveis de análise. Contudo, houve sobreposição estatística desse grupo com o de *pessoa gramatical do sujeito* quando da rodada total dos dados, o que nos levou a desconsiderá-lo na composição final desse trabalho. Apesar disso, julgamos oportuno lembrar que utilizaríamos, em nossa investigação, a seguinte escala de animacidade/pessoalidade proposta por Camacho (2002) – ancorado em Silverstein (1976): humano > animado > força inanimada > abstrato. Camacho, ao analisar os traços das entidades envolvidas no processo verbal, considera que a *animacidade* interfere diretamente na atribuição de papéis semânticos os quais caracterizam as

CAMACHO, 2002), já que geralmente a primeira e a segunda pessoas gramaticais apresentam entidades mais individuadas com traços [+humano; +animado], enquanto a terceira pessoa tende a manifestar parcela maior de entidades menos individuadas [-humano; - animado]. Com base nisso, por acreditarmos que o clítico médio se comporta como um elemento indicador de espontaneidade do ato ou de maior envolvimento cognitivo do sujeito no processo indicado pelo verbo, levantamos a hipótese de que ele tende a ser mantido nas 1ª e 2ª pessoas, pois elas mostram um sujeito mais individuado, definido, perceptível e mais animado; portanto, mais claramente afetado e envolvido. Diferentemente, o apagamento tende a ser predominante na 3ª pessoa, já que o sujeito pode ser menos individuado e definido, em virtude da grande possibilidade de ocorrência de entidades de natureza inanimada em casos de estruturas mediais pronominais (LIMA, 2009).

IV) *Modalidade*

a) *Factuais*

(22) ai ele *se acordou* assim... ai ele disse assim...quem foi essa pessoa que jogou que jogou um copo d`água na minha cara... (NORPOFOR / DID-36)

b) *Não-factuais*

(23) eu vou treinar mais e vou né? eu vou coisar... eu *vou me::: me aperfeiçoar* melhor... eu perdi por que::... não tava bom... tá entendendo? (NORPOFOR / DID-12)

A *modalidade* tem sido conceituada como uma categoria linguística que mostra como o enunciador encara aquilo que ele diz. Recorrendo a diversas expressões – tais como: verbos modais, advérbios modais, categorias gramaticais (*tempo, aspecto e modo*) etc. (NEVES, 1996) – os falantes modalizam o seu discurso, marcando o seu grau de envolvimento ou distanciamento em relação ao conjunto de frases produzidas nos contextos discursivos dos quais participa.

construções de voz. Para esse linguista, a distribuição de SNs reflete a prevalência de SNs humanos e animados sobre inanimados. As construções passivas, por exemplo, são mais marcadas, tendo em vista o fato de que revertem a ordem natural de A1 para A2, preferindo entidades não agentivas e inanimadas, as quais passam a desempenhar o papel de sujeito da estrutura.

Esses estudos sobre a categoria em questão são oriundos das modalidades lógicas ou aristotélicas. No âmbito da Linguística, as propostas de tipologia são diversificadas, a depender do enfoque aos fatores sintáticos, semânticos e pragmáticos. Palmer (1986), por exemplo, considera a modalidade como um conjunto de sistemas modais os quais contemplam as noções de possibilidade e necessidade e leva em conta o nível de comprometimento do falante com aquilo que é proferido.

Ressaltamos que essa variável está relacionada à concepção de transitividade também adotada por Givón (1993), conforme mencionamos no capítulo 03 de nosso trabalho. Nessa obra, o funcionalista segmenta a modalidade em *epistêmica* e *avaliativa* (deôntica). A epistêmica – a única a ser explorada por nós – é subdividida em *pressuposição*, *asserção realis*, *asserção irrealis* e *negação*⁴⁴. Apesar dessa segmentação inicial, seguimos a nova proposta apresentada por Givón (2005), que se caracteriza pelo agrupamento das quatro modalidades comunicativas – reinterpretação do linguista das modalidades lógicas – em duas: *factualis* e *não-factualis*. A primeira codificação reflete uma ação cuja ocorrência é efetivamente tida como correspondente a um evento real (verdadeiro), o que garante a sua maior eficácia do ponto de vista da transitividade. Já a segunda codifica uma ação que não ocorreu (falsa, hipotética) ou que pode ter acontecido em um mundo fictício, incerto.

Com base nessas observações, cremos que, ao encararmos o clítico medial como um elemento que colabora para indiciar um maior grau de afetação factual (efetivamente realizada) do indivíduo envolvido no processo verbal, o marcador tende a ser mantido na modalidade *factual* e omitido na *não-factual*.

5.3.3.2 Variáveis extralinguísticas

⁴⁴ Givón (1993, 2001, 2005) define *modalidade* como a atitude do falante em relação à proposição e ao ouvinte. A *modalidade epistêmica* – considerada na análise dos dados desta dissertação – está relacionada com o julgamento da proposição em termos de verdade, probabilidade, certeza, crença ou evidência. É válido mencionar que Givón (2005) também reconhece a interação entre essa modalidade e a deôntica (desejo, intenção, obrigação, manipulação, poder etc.). Enfatizando as modalidades epistêmicas, observamos que, segundo Givón (1993, 2001, 2005), na *pressuposição*, o falante toma a atitude de quem garante que o ouvinte aceita a proposição como verdadeira sem contra-argumentar, seja por definição, seja por obviedade da situação comunicativa, seja por acordo ou por convenções socioculturais. Na *asserção realis*, o falante assevera que a proposição é tida como verdade; desse modo, mesmo que o ouvinte crie alguma objeção, o falante tem fortes argumentos para manter e defender sua firme crença. Na *asserção irrealis*, o falante já faz uma asseveração fraca em relação à proposição, considerando-a possível, provável ou incerta (epistêmica), ou requerida, desejável ou indesejável (deôntica); nesse caso, o falante não dispõe de fortes argumentos para defender sua crença, o que faz ser esperada a objeção por parte do ouvinte. Na *negação*, o falante assevera a proposição de modo firme. Alguma objeção por parte do falante é antecipada, mas o falante tem evidências ou bases firmes para defender sua crença.

Julgamos que a variação do clítico das estruturas de-transitivas mediais sofre influência dos condicionamentos extralinguísticos (ou sociais) destacados abaixo:

I) *Faixa etária*

- a) **Faixa etária 1** (15 a 25 anos)
- b) **Faixa etária 3** (50 anos em diante)

Conforme Naro (2003), em uma aldeia suíça, Gauchat realizou, no ano de 1905, o primeiro estudo estabelecendo a comparação entre a faixa etária dos falantes e o modo como se comportavam linguisticamente. O trabalho debruçava-se sobre a consoante lateral palatal / λ / e mostrou que os falantes mais jovens preferiram a variante inovadora /y/, enquanto o público mais velho optou pela forma conservadora / λ /. A faixa intermediária utilizava indistintamente as formas, sem a predominância de uma ou outra. Labov (1972) também realizou estudos fonético-fonológicos em Nova York, Martha's Vineyard e Massachussets, comprovando a tendência verificada por Gauchat.

Mais recentemente, alguns estudos (NUNES, 1995; TAVARES, 2003) também mostram a relevância da faixa etária em pesquisas sociolinguísticas e também constatam que o público jovem tende a liderar um processo de variação ou mudança, quando comparado aos falantes mais velhos.

Assim como foi destacado anteriormente, por meio da análise do comportamento linguístico de falantes de faixas etárias distintas, podemos realizar um estudo de mudança aparente, através do qual observamos se um fenômeno apenas sofre variação (coexistência de variantes) ou perfila uma mudança no sistema (enaltecimento de uma variante e desaparecimento de outra). Todavia, é importante salientarmos que somente essa variável não é suficiente para explicar a mudança, pois outros fatores sociais podem exercer influência.

Diante do exposto, relacionamos, nesta pesquisa, a variável dependente – apresentada acima – com duas faixas do *corpus* NORPORFOR: 1 – 15 a 25 anos e 3 – 50 anos em diante. Por meio delas, hipotetizamos que os mais jovens – em virtude da constante necessidade de inovação linguística e de flexibilidade adaptativa aos diversos contextos comunicativos dos quais participam – optam pelo apagamento do clítico medial e os mais velhos – mais influenciados pela educação e pelas regras conservadoras – preferem a sua manutenção.

II) *Escolaridade*

a) **0 a 4 anos**

b) **5 a 8 anos**

c) **9 a 11 anos**

Em diversos estudos variacionistas, observamos que a escolaridade tem exercido uma forte influência sobre o modo como se comporta o falante diante de determinados fenômenos de sua língua vernácula. Dessa forma, os indivíduos com alto nível de escolaridade tendem a planejar melhor sua fala, obedecendo às regras determinadas pela norma padrão, enquanto os de baixo nível tendem a empregar – com mais frequência – a variante estigmatizada ou não-padrão (LABOV, 1966, 2001).

Reconhecendo a importância dessa variável social em um estudo sociolinguístico, relacionamo-la ao fenômeno sobre o qual nos debruçamos ao longo deste trabalho. Para tanto, selecionamos os três níveis de escolaridade do NORPORFOR: I – 0 a 4 anos; II – 5 a 8 anos; III – 9 a 11 anos, a fim de verificarmos a nossa hipótese de que os mais escolarizados – por influência do ensino baseado nos ditames da norma padrão⁴⁵ – tendem a manter o clítico medial, enquanto os menos escolarizados – pela falta de contínuo contato com os padrões canonicamente cultos de estruturação linguística – têm predileção pelo seu apagamento.

III) *Sexo*

a) **Feminino**

b) **Masculino**

Em relação ao fator social *sexo*, é importante destacarmos as contribuições de Chambers e Trudgill (1980), segundo as quais, em um processo de variação ou mudança, as mulheres tendem a empregar mais frequentemente as formas socialmente prestigiadas, enquanto os homens tendem a implementar formas estigmatizadas ou desprivilegiadas. A

⁴⁵ Em relação aos termos *norma culta* e *norma padrão*, é interessante salientarmos que há pesquisadores que os diferenciam, a exemplo de Faraco (2008). Segundo esse autor, “a expressão norma culta/comum/*standard* [...] designa o conjunto de fenômenos linguísticos que ocorrem habitualmente no uso de falantes letrados em situações mais monitoradas de fala e escrita. Esse vínculo com os usos mais monitorados e com as práticas da cultura escrita leva os falantes a lhe atribuir um valor social positivo, a recobri-la com uma capa de prestígio social.” (FARACO, 2008, p. 73). A *norma padrão*, por sua vez, corresponde ao que é prescrito implicando juízos de valor nas gramáticas normativas; é a norma que foi artificialmente construída no século XIX. Procuramos seguir essas mesmas concepções nesta pesquisa.

hipótese de Trudgill (1974) para justificar tais diferenças linguísticas se baseia no fato de que a língua está vinculada às atitudes sociais e, tendo em vista a imposição de papéis distintos a homens e mulheres, estes acabam assumindo, também no âmbito comunicativo, comportamentos divergentes. Paiva (2003) também concorda com este posicionamento, alegando que a utilização variável de estruturas padrão ou não-padrão está associada ao sexo e à própria conceitualização das funções masculino e feminino.

Apesar de partilharmos a ideia de as mulheres não liderarem o processo de variação de uso da forma inovadora, não estamos totalmente de acordo com as justificativas apresentadas pelos autores citados, tendo em vista a atual configuração social que reduz bastante a distinção de papéis entre os representantes dos sexos masculino e feminino.

Monteiro (1994) também constata que as mulheres tendem a empregar as formas que mais se aproximam do que se chama “padrão linguístico correto”, apesar de pesquisas evidenciarem o comando do sexo feminino nos fenômenos de variação ou mudança. Neste último caso, Menon (2006) afirma que, conforme mostra a literatura da área, as mulheres só ficam à frente em tais processos quando um determinado item é mais prestigiado ou não sofre restrições de valoração social.

De todo modo, com base em Labov (2003), hipotetizamos que, conforme a classe social, as mulheres são mais sensíveis à correção e tendem a empregar formas de prestígio mais do que os homens, por conta da educação mais conservadora e da necessidade de autoafirmação nas diversas esferas sociais nas quais atuam os homens. Sendo assim, reconhecendo que a forma com o clítico é mais valorizada do que sem o clítico, cremos que as mulheres tendem a manter mais os clíticos mediais do que os homens.

5.4 Levantamento e tratamento estatístico dos dados linguísticos

O levantamento dos dados linguísticos foi feito a partir da seleção das frases das quais constam as ocorrências de voz média em que o clítico manifesta-se ou omite-se somente em posições proclítica e enclítica, já que a mesóclise tem caído em desuso progressivamente nos últimos séculos. Após essa coleta, eles foram categorizados conforme os grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos selecionados e passaram à submissão de uma análise estatística.

Para o tratamento estatístico dos dados, usamos o software GOLDVARB X, ferramenta computacional para o ambiente Windows do pacote de programas VARBRUL – do Inglês *Variable Rules Analysis*. Ele consiste em um instrumento metodológico

fundamental da Sociolinguística Variacionista, pois realiza uma análise multivariada de fenômenos, mediante a acomodação estruturada de dados e fatores ou variáveis de controle.

A sua versão atual foi desenvolvida conjuntamente pelo Departamento de Linguística da Universidade de Toronto e pelo Departamento de Matemática da Universidade de Ottawa (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005). Não podemos nos esquecer de informar que é um aplicativo .exe (executável), não necessitando, portanto, de instalação ou de outros programas para complementá-lo.

A ferramenta fornece a frequência e o peso relativo dos fatores de controle em relação à variável dependente, auxiliando-nos a identificar a influência de cada fator no uso das variantes. A frequência serve para atestar fenômenos de variação e de mudança em andamento, mas é o peso relativo que se destaca para essa tarefa. Ele consiste em uma medida multidimensional, segundo a qual os dados são configurados como uma função de múltiplas forças simultâneas, que podem atuar em direções diferenciadas.

Conforme Naro (2003), se os pesos forem superiores a 0.5, serão interpretados como favoráveis à aplicação da regra; se forem inferiores a 0.5, serão interpretados como inibidores da regra; se forem iguais a 0.5, serão interpretados como neutros. Entretanto, o pesquisador adverte que “em princípio, os valores absolutos dos pesos relativos calculados não têm significância analítica; o que importa é a sua ordenação, sendo justamente por isso que se deve preferir o uso do termo RELATIVO” (p. 24).

Após a análise quantitativa dos dados, procedemos à sua análise qualitativa por meio de uma abordagem sociofuncionalista, buscando avaliar a relevância dos fatores de controle e estabelecer a relação entre os resultados e as hipóteses levantadas.

5.5 Súmula do capítulo

No decorrer deste capítulo, expusemos o conjunto de procedimentos metodológicos utilizados em nossa investigação. Primeiramente, procuramos delimitar a natureza da pesquisa em relação ao método de abordagem, aos objetivos, ao método de procedimento, à amostra e aos informantes. Em seguida, explicamos como se caracteriza a nossa variável dependente e quais os grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos contemplados na análise do comportamento do clítico das estruturas de-transitivas mediais. Por fim, apresentamos o pacote estatístico (GOLDVARB) que nos auxiliou na análise quantitativa dos dados.

A seguir, faremos a efetiva análise e discussão dos resultados para a melhor compreensão do fenômeno de variação que envolve o clítico médio, testando a influência dos grupos de fatores selecionados para este trabalho e observando quais contribuem para o favorecimento de uma variante em relação à outra.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, procedemos à análise e discussão dos resultados obtidos acerca do nosso fenômeno em estudo. Em primeiro lugar, retomamos rapidamente a organização da amostra e explicitamos a quantidade de ocorrências obtidas, bem como a tendência geral – quanto à ausência e à presença – do clítico das estruturas mediais no falar popular fortalezense, procurando apresentar possíveis justificativas para os resultados alcançados. Em seguida, examinamos as variáveis linguísticas e extralinguísticas que demonstraram ser mais significativas estatisticamente e analisamos como as outras se comportaram diante do fenômeno em estudo. Ressaltamos que as outras, mesmo não tendo sido selecionadas pelo programa estatístico, se mostraram bastante relevantes linguisticamente, o que nos levou a avaliá-las e discuti-las na presente seção.

6.1 Amostra e quantidade total de ocorrências obtidas

Conforme consta em nossos procedimentos metodológicos, coletamos, ao término desta pesquisa, dados de 36 inquéritos do tipo Diálogo entre Informante e Documentador (DID), extraídos do *corpus* Norma Oral Popular de Fortaleza (NORPOFOR). Eles estão distribuídos de acordo com a faixa etária (**1** – 15 a 25 anos e **3** – acima de 50 anos), a escolaridade (**A** – 0 a 4 anos, **B** – 5 a 8 anos e **C** – 9 a 11 anos) e o sexo (**m** – feminino e **h** – masculino), favorecendo a ortogonalidade exigida pelas pesquisas de cunho sociolinguístico.

Utilizamos como regra de aplicação a *ausência do clítico*, pois, quando nos reportamos ao conjunto de médias prototipicamente pronominais, percebemos que o apagamento se trata de uma inovação. Essa escolha se justifica também pela grande gama de investigações – já apresentadas nos capítulos de revisão bibliográfica – que exibem a grande tendência de apagamento dos clíticos no Brasil e por cremos que, diferentemente do Português Culto, o Português Popular favorecerá mais o uso da forma inovadora.

A partir do conjunto de células selecionadas, coletamos 626 ocorrências de estruturas que caracterizamos como mediais, conforme explicita o nosso manual teórico. Desse total, o clítico foi manifestado em 420 dados (67,1%) e omitido em 206 (32,9%), o que evidencia uma tendência à sua manutenção no falar popular de Fortaleza. Esse resultado nos causou certa surpresa, pois, conforme aludimos, acreditávamos que predominaria o apagamento, tendo em vista a natureza popular do *corpus* e as tendências mostradas por grande parte das pesquisas mais recentes em relação aos mais variados tipos de clítico.

O resultado alcançado entra em consonância com os obtidos por Mello (2009), segundo a qual a tendência no falar pessoense é a de manutenção do clítico, inclusive do *ergativo* (95%) – forma mais próxima daquela que classificamos como média. Chama-nos também a atenção o fato de que, a despeito do lapso temporal de cerca de 10 anos e de serem *corpora* com algumas características distintas (*faixas etárias e grau de escolaridade dos informantes*), esse resultado obtido a partir dos dados do NOPORFOR foi compatível com os de Lima (1999), que encontrou predominância de medial clítica no Português Oral Culto de Fortaleza (PORCUFORT)⁴⁶. Apesar dessa predileção dos falantes pela manutenção do clítico, os nossos percentuais mostram que esse marcador está passando por um processo de variação, tal como confirmam os estudos desenvolvidos por Camacho (2002, 2003) e Sakamoto (2008).

Observamos que, diferentemente dos resultados que obtivemos e dos que Sakamoto (op. cit.) alcançou, os encontrados nas pesquisas desenvolvidas em localidades mineiras e cariocas (D'ALBUQUERQUE, 1984; ROCHA, 1999; MELO, 2005) mostraram que o clítico por nós apreciado tende a ser omitido pelos falantes. Com base nesses resultados, a hipótese de Monteiro (1994), segundo a qual a manutenção ou o apagamento do clítico médio é uma questão diatópica, parece se confirmar. De fato, conforme esse pesquisador, a variação do *se-médio* parece se tratar de uma espécie de variação observada na comparação entre os diversificados modos de falar de lugares distintos (regiões, estados, zonas urbana e rural, áreas demarcadas socialmente nas grandes cidades etc.). Além disso, convém salientarmos que, em conformidade com Mello (2009), essa tendência de o clítico *se* – de modo geral – ser intensamente apagado em determinadas regiões e ser mantido em outras pode se tratar de um caso de gramaticalização: um determinado item, ao ser exaustivamente usado, ganha uma frequência bastante expressiva. Com isso, esse item se desgasta até chegar ao ponto de desaparecer. Esse comportamento evidencia que a manutenção e o apagamento refletem momentos distintos do processo, mas ambos representam estágios de seu processo mutativo.

Lembremo-nos de que as pesquisas em torno de municípios mineiros e cariocas não trataram especificamente do clítico medial, mas de outros tipos de *se* (*reflexivo, recíproco*). Mesmo com essa particularidade, não estamos fazendo comparações levianas, pois, conforme já aludimos em nosso levantamento bibliográfico, os autores incluem muitas estruturas as quais reconhecemos como médias no rol das formas reflexivo-recíprocas,

⁴⁶ É relevante relembrarmos que o *corpus* Português Oral Culto de Fortaleza (PORCUFORT) foi organizado no período de 1993 a 1995. Já as entrevistas do *corpus* Norma Oral Popular de Fortaleza (NORPOFOR) foram realizadas no período de agosto de 2003 a julho de 2006.

justamente pelo fato de não versarem sobre critérios rigorosos de seleção de ocorrências mediais, algo que realizamos em nossa investigação.

Não nos esqueçamos ainda de Nunes (1995), que, ao tratar de vários tipos de clítico no PB e PE, apresentou resultados sobre as ocorrências de apagamento do *se ergativo* e *ex-ergativo* – formas bem próximas das que estamos avaliando em nossa pesquisa – e evidenciou que esses clíticos foram os mais apagados nos textos escritos do PB no século XX, 38% e 54%, respectivamente. Segundo o autor, os percentuais – nas entrevistas – também foram bastante significativos em relação aos outros tipos de clíticos, 53% (ergativo) e 73% (ex-ergativo) no PB. Essas informações estatísticas só contribuem para ratificar que, mesmo tendo um caráter regional, a variação do *se-médio* é notória no Português do Brasil.

À guisa de explicações mais funcionais sobre a tendência de manutenção do clítico em nossa pesquisa, podemos afirmar, *a priori*, que talvez isso ocorra pelo fato de os falantes primarem pelo reforço da afetação e integração do sujeito indicado pelo processo verbal. É como se julgassem oportuna a intensificação do afetamento que incide sobre a entidade referencial através da realização do marcador pronominal. Além disso, assim como Mello (2009), podemos explicar essa predominância de preenchimento do pronome recorrendo ao *princípio de marcação* de Givón (1990, 1995).

Mello (op. cit.) mostra que tendemos a pensar em uma espécie de implicação direta entre os critérios de marcação, vez que um determinado item mais elaborado estrutural e cognitivamente se torna mais frequente no discurso. No entanto, cabe ressaltar que “eles devem ser considerados independentemente e, a partir da confluência dos critérios, se estabelece, então, um gradiente de marcação” (GÖRSKI; FREITAG, 2006, p. 35). Sabemos que, entre os critérios de marcação, o mais problemático é a *complexidade cognitiva*. Ela deve ser verificada em termos virtuais, recorrendo-se ao princípio meta-icônico da marcação, segundo o qual “categorias que são estruturalmente mais marcadas tendem também a ser substantivamente mais marcadas” (GIVÓN, 1995, p. 25).

Assim como percebeu Mello (op. cit.) em sua investigação sobre o comportamento variável dos clíticos no falar de João Pessoa, ao analisarmos os critérios isoladamente, podemos constatar que, em termos de uso, os resultados mostram que as construções sem o clítico tendem a ser mais marcadas do que aquelas nas quais o marcador se manifesta. Em relação à complexidade estrutural, a forma não-pronominalizada tende a ser menos marcada, já que são estruturalmente menores, menos elaboradas no nível morfofonêmico. Quanto à complexidade cognitiva, mesmo sabendo das suas nuances e das dificuldades de se afirmar o que parece ser mais complexo ou não para um falante em termos

de processamento cognitivo, também consideramos que os falantes nordestinos tendem a sentir falta do clítico para o processamento da informação, demandando, portanto, maior atenção e esforço mental (MELLO, op. cit.). Dessa maneira, as variantes sem o clítico são mais marcadas que as pronominalizadas.

Fazendo o cruzamento dos critérios de marcação, percebemos que as estruturas não-pronominalizadas são mais marcadas que aquelas as quais manifestam o clítico. Além disso, percebemos que a distribuição de frequência e a complexidade cognitiva são causa/consequência uma da outra: estruturas menos complexas mentalmente são mais reiteradas na fala dos usuários da língua, enquanto a constante frequência de um item contribui para que ele se automatize no processamento informacional (MELLO, op. cit.).

Por fim, devemos ainda retomar as considerações de Vilela e Koch (2001), que encaram as construções ergativas – semelhantes às estruturas que estamos explorando em nossa pesquisa – como formas intransitivas as quais não indicam o agente do evento verbal e têm um complemento direto assumindo a posição de sujeito. Ao pensarmos sobre esse aspecto dessas construções bastante similares às nossas estruturas de-transitivas mediais, parece-nos, mais uma vez, coerente admiti-las como mais complexas em termos cognitivos; principalmente as não-pronominalizadas, vez que demandam maior esforço de processamento informacional tal qual mencionamos a priori.

6.2 Variáveis significativas

Por ordem de seleção estatística, mostraram-se significativos os grupos *faixa etária*, *pessoa gramatical do sujeito*, *tipo de mudança indicado pelo verbo* e *escolaridade*. Salientamos que, mesmo com a ordem de seleção indicada acima, discutimos os linguísticos primeiramente e os extralinguísticos em seguida. Além disso, tecemos considerações sobre alguns cruzamentos estatísticos realizados, a fim de justificar parte dos resultados obtidos em relação aos grupos os quais não atenderam totalmente às nossas intuições investigativas. Ressaltamos que, apesar de os outros grupos não terem se destacado, apresentamo-los em subtópico posterior, para que verifiquemos como a ausência e a presença do marcador das estruturas mediais se comportaram em função desses outros contextos.

6.2.1 Grupos linguísticos

A seguir, conforme já aludimos, apresentamos e discutimos os grupos linguísticos que foram selecionados pelo programa estatístico utilizado.

6.2.1.1 Pessoa gramatical do sujeito

A categoria *pessoa gramatical* é um grupo de fator que tem sido utilizado em algumas pesquisas sociolinguísticas (SAKAMOTO, 2008; MELLO, 2009) as quais visam à investigação de fatores linguísticos motivadores do comportamento variável dos clíticos no Português do Brasil. Com base nisso, consideramos oportuno avaliá-la em relação ao fenômeno sobre o qual nos debruçamos, a fim de percebermos até que ponto a pessoa gramatical pode exercer influência no processo de apagamento do clítico medial.

É válido lembrarmos que estamos considerando a pessoa gramatical do sujeito, vez que se apresenta como marca morfossintática primeira de identificação da pessoa na construção de um enunciado. Conforme já enunciamos, houve casos de discordância entre *sujeito x clítico*, todavia, por ter sido mínima a incidência dessas ocorrências e por encarmos o clítico *se* como uma espécie de arquivormema ou termo geral o qual engloba a 1ª (*me, nos*), 2ª (*te, vos*) e 3ª (*se*) pessoas, optamos por analisar também esses dados de acordo com a pessoa gramatical do sujeito da estrutura.

Após a rodada estatística, constatamos que o grupo demonstrou ser estatisticamente significativo. Podemos visualizar os resultados sumarizados na tabela 1:

Tabela 1 – Influência da *pessoa gramatical* sobre a distribuição da ausência (*versus* a presença) do clítico medial no falar popular de Fortaleza

Fatores	Aplicação/Total	Percentual (%)	Peso Relativo ⁴⁷
1ª pessoa	113/295	38.3	0.603
2ª pessoa	6/30	20.0	0.345
3ª pessoa	87/301	28.9	0.414

Podemos observar, com base nas informações acima, que a 1ª pessoa gramatical – com o peso relativo 0.603 – foi mais propensa à supressão do clítico do que a 2ª (0.345) e a 3ª

⁴⁷ Para efeitos de comparação, fornecemos os pesos relativos em função da presença do clítico: a) 1ª pessoa – 0.397; b) 2ª pessoa – 0.655; c) 3ª pessoa – 0.586.

(0.414). Esse resultado nos causou verdadeira surpresa, pois se opôs à relação que podemos estabelecer entre o *grau de animacidade do sujeito* e a *pessoa gramatical*.

Como já expusemos, o clítico que acompanha as médias não é anafórico, todavia consideramos que esse marcador contribui para o indiciamento do grau de envolvimento da entidade vivamente afetada (MACAMBIRA, 1986). Podemos afirmar que o mais alto grau de envolvimento e afetação está associado a um sujeito caracterizado como humano, conforme observamos em processos mentais. Isso se coaduna com a visão de transitividade como a transferência de uma força de uma entidade para outra, de modo a provocar uma mudança mais notória. Desse modo, quanto mais individuado um sujeito (portanto, mais animado), maiores as chances de a estrutura manter o clítico, porque uma entidade bastante individuada, ou seja, cognitivamente mais definida e identificável, é afetada pela mudança de forma mais plena – porque perceptível. Diferentemente, maior é a probabilidade de elisão do marcador medial quando o sujeito é menos individuado e perceptível, vez que este pode ser um elemento inanimado, uma força inanimada ou uma entidade abstrata em casos de médias pronominais, demonstrando, portanto, menor grau de engajamento do ser afetado.

Baseados nisso, hipotetizamos que, por ser o clítico uma espécie de elemento que confere um pouco mais de transitividade à estrutura devido à individuação, a primeira pessoa – altamente individuada, definida e perceptível – não favoreceria o apagamento do clítico, assim como a segunda pessoa. Ora, como vimos, os resultados mostraram justamente o inverso. Há maior tendência ao apagamento com a 1ª pessoa (cf. exemplo 24) do que com a 2ª (cf. exemplo 25) e a 3ª (cf. exemplo 26), o que não confirmou totalmente nossa intuição investigativa.

(24) *desmotivei* não assim... se a gente já falta uma semana... aí já acontece outra coisa... (NORPOFOR / DID-12)

(25) Por que surgiu o *dj*?... Você vai aprender tudo isso... na oficina de *hip hop* e tal aí com o decorrer do tempo... você vai pegando e tu/ e em que que você *se interessa*?(NORPOFOR / DID-20)

(26) os seus ossos também *tão se desenvolvendo*... ta entendendo?... então ela vai... coisar sua plenitude... só quando ela estiver realmente maior (NORPOFOR / DID-12)

À guisa de explicações, verificamos que, em relação à primeira pessoa, tais resultados podem se dar, a nosso ver, por ela ser mais marcada na forma verbal que a terceira, o que garantiria a previsibilidade do grau de envolvimento do afetado no processo expresso pelo verbo e favoreceria, portanto, o apagamento do clítico. Isso pode ser comprovado em (24), no qual evidenciamos que a desinência de *desmotivar* indica claramente a presença da primeira pessoa no evento verbal, que é bastante individuada, perceptível e, portanto, animada ou humana. Essa marca morfológica, apesar de indiciar uma espécie de redundância de concordância quando da realização lexical do sujeito e dos outros elementos de uma estrutura frasal canônica, garante ao verbo, nesse caso, a significação plena da medialidade e do quanto a entidade afetada está envolvida, justificando a ausência do marcador pronominal médio.

Em relação à segunda, comprovamos que ela efetivamente tende a conservar mais o clítico medial, o que corrobora parcialmente a nossa hipótese. De fato, a segunda pessoa também está relacionada a sujeitos mais animados, portanto mais individuados, definidos e perceptíveis em processos indicados pelas formas verbais. Isso mostra, em termos escalares, o quão eles são mais afetados e estão mais envolvidos nesses eventos. No exemplo (25), notamos que o sujeito ocupa o ponto mais alto na escala de animacidade [+humano], o que lhe confere maior individuação, definição e, naturalmente, afetação. Além disso, ressaltamos que o verbo *interessar-se* foi categorizado por nós como uma mudança de estado mental. Esse tipo de mudança, conforme veremos em subseção posterior, parece resistir mais ao apagamento do clítico, tendo em vista o fato de surgirem ambiguidades em relação ao próprio papel temático do sujeito (agente/paciente). Em ocorrências dessa natureza, somente o contexto situacional ou discursivo poderá auxiliar no esclarecimento das dúvidas de compreensão (BANDEIRA, 2007).

Quanto à terceira pessoa, verificamos que, mesmo não apresentando um peso relativo que indique um favorecimento ao apagamento do clítico, ocupou a zona intermediária entre os pesos da primeira e da segunda pessoas. Com base nisso, sugerimos que nossa hipótese foi parcialmente confirmada, vez que os sujeitos de terceira pessoa podem estar em níveis mais baixos da escala de animacidade, o que lhes confere menor individuação, definição e, conseqüentemente, menor grau de integração no processo expresso pelo verbo. No exemplo (26), não identificamos a omissão, todavia observamo-la em ocorrências como (27), no qual o sujeito *a boca* não vislumbra a necessidade de reforço de sua afetação através da recorrência ao marcador medial. Nesse caso, poderíamos até sugerir um evento que se dá mais espontaneamente, isto é, qualquer atividade experienciada por um sujeito, sem que ele ou outro elemento tenha contribuído volitivamente para tal.

(27) as vezes a boca ainda *entorta* mas não tinha sossego aqui quando dava cinco horas chegava aqui mas era tanto menino aqui (NORPOFOR / DID-149)

Diante do resultado obtido em relação à terceira pessoa, não devemos nos esquecer de ressaltar que muitos dos sujeitos manifestados nessa pessoa são animados, o que poderia justificar a posição intermediária desse fator no ranking estatístico. Analisemos o exemplo (28):

(28) ai minhas irmãs foram crescendo e... uma:: *se casou* e meu cunhado nessa época trabalhava numa empresa de ônibus e... (NORPOFOR / DID-148)

Na ilustração, notamos que o SN sujeito remete a uma entidade humana, mais definida e perceptível, o que parece contribuir para a manutenção do clítico como marca formal indicativa do envolvimento da entidade afetada pelo processo. Convém destacarmos que, em nosso exemplo, encontramos um verbo que, segundo Borba (1990), tem natureza agentiva por significar que o indivíduo contrai casamento ou se esposa. Todavia, em consonância com Rocha (1999), nós o consideramos verbo de processo, acompanhado de um sujeito experienciador, em exemplos como (28). Desse modo, a classificação de Borba estaria adequada em contextos nos quais um juiz realizasse o seu próprio casamento ou o matrimônio de outrem.

6.2.1.2 Tipo de mudança indicado pelo verbo

Esse grupo adaptado de Givón (1993) também não foi encontrado em pesquisas anteriores que trataram do apagamento dos clíticos no Português Brasileiro – em particular, daquele sobre o qual nos debruçamos – todavia consideramos oportuno contemplá-lo, tendo em vista o fato de que as estruturas de-transitivas mediais normalmente refletem alguma mudança externa ou interna por parte do sujeito. Isso nos fez refletir sobre a possibilidade de influência desse grupo no processo de variação do marcador em destaque, identificando os tipos de mudança que tendem a manter e os que tendem a apagar.

Estatisticamente, o grupo foi selecionado como significativo, logo após o de pessoa gramatical do sujeito. A seguir, apresentamos e discutimos os resultados alcançados, que se encontram sumarizados na tabela abaixo:

Tabela 2 – Influência do *tipo de mudança indicado pelo verbo* sobre a distribuição da ausência (*versus* a presença) do clítico medial no falar popular de Fortaleza

Fatores	Aplicação/Total	Percentual (%)	Peso Relativo ⁴⁸
Posição	2/4	50.0	0.785
Estado físico	30/80	37.5	0.655
Condição	110/328	33.5	0.512
Estado mental	64/214	29.9	0.416

Percebamos que os fatores que mais favorecem a supressão do clítico medial são a *posição* (0.785), o *estado físico* (0.655) e a *condição* (0.512). Este último ocupa um ponto considerado neutro. Com baixo nível de apagamento, encontramos o fator *estado mental* (0.416). Tal resultado já era, de certa forma, esperado, pois, nos casos das mudanças físicas, posicionais e de condição, os sujeitos mediais encontrados em nossos dados eram predominantemente inanimados, o que evidencia o seu menor envolvimento no processo expresso pelo verbo. Em outras palavras, podemos considerar que nossa hipótese foi atendida nesse sentido, pois o clítico tende a se esmaecer em estruturas mediais que evidenciam mudança de posição, de estado físico e de condição. Observemos, a seguir, exemplos que ilustram essas mudanças:

(29) Eu num sei se te/ se existe algum meio de contornar a situação nas áreas de risco, se existe algum que os cara possam fazer pra que quando a água descer *poder escoar*. Eu num sei. Nunca prestei atenção sobre isso. (NORPOFOR / DID-68)

(30) Porque assim, tá assim, tá aquela ponte lá, aí tal. Aí você olha prum lado, tá todo riscado. Aí os prego tão caindo. As madeira (...) *tão: quebrando*. Pronto. (NORPOFOR / DID-68)

(31) saia logo de perto não queria saber aí eu peguei tive um sonho que eu voltava estudar aí o sonho *realizou* pronto estou aqui ... estou aqui::: vou a luta (NORPOFOR / DID-18)

⁴⁸ Para efeitos de comparação, fornecemos os pesos relativos em função da presença: a) *posição* – 0.215; b) *estado físico* – 0.345; c) *condição* – 0.488; d) *estado mental* – 0.584.

Se, como afirmam Ribeiro (1908) e Said Ali (1964, 1966), encaramos o clítico médio como um elemento que indica espontaneidade do ato ou envolvimento mais cognitivo/emocional do sujeito no evento expresso pelo verbo, compreendemos que ele é menos frequente em mudanças que afetam, parcial ou totalmente, o estado físico dos sujeitos os quais normalmente tendem a ser inanimados quando se manifestam em médias clíticas que expressam processos materiais (LIMA, 2009). Isso não quer dizer que o sujeito não é afetado pelo processo. Nesses casos, o sujeito sofre a interferência de uma mudança ocorrida espontaneamente ou de um ato causado por um dado elemento externo (causativo) e se exime da sua participação no fato ocorrido; todavia, em termos escalares de envolvimento, parece estar menos envolvido no processo expresso pelo verbo do que os indivíduos humanos em eventos mentais. Em outras palavras, observamos que, em relação aos fatores *posição, estado físico e condição*, os sujeitos – que tendem a ser inanimados ou abstratos – além de não ocasionarem ambiguidade de sentido em relação ao papel temático (se agente ou paciente), demonstram que sofrem mais consequências físicas, externas ou perceptíveis do que se envolvem emocional ou mentalmente no processo indicado pelo elemento verbal, o que parece justificar a omissão do clítico.

Nos exemplos acima, notemos que os sujeitos *a água* (29) e *as madeira* (30) classificam-se, nessa mesma ordem, como força inanimada e inanimado, e o sujeito *o sonho* (31) caracteriza-se por ser uma entidade abstrata. Eles participam de processos de mudança de posição, física e de condição – respectivamente – que ocorrem ou podem ocorrer por causação de um elemento ou por motivos espontâneos. Desse modo, o grau de envolvimento é menor se comparado às mudanças cognitivas e emocionais nas quais identificamos a predominância de entidades animadas e humanas. Talvez, alguém questione o fato de os eventos expressos nos exemplos (29) e (30) se caracterizarem pela espontaneidade, alegando que há algum elemento externo contribuindo para a sua efetivação. De fato, nessas ilustrações, é possível inferirmos, em termos contextuais e discursivos, os elementos que puderam influenciar na mudança – no caso do exemplo (29) a *atitude de alguns caras*; no exemplo (30), *o tempo* ou *o descuido das pessoas*. Todavia, devemos lembrar que, em várias situações, o causativo não é recuperável, mesmo no contexto discursivo, por motivos pragmáticos, como: puro desconhecimento do causador do ato, descomprometimento do enunciador com a identificação do elemento causador etc.

Interessante ressaltarmos que nossa perspectiva interpretativa parece entrar em convergência com as conclusões obtidas por Tarallo (1983) e Duarte (1996) em relação ao preenchimento ou não dos objetos anafóricos. Segundo esses investigadores, quando os

anteriores se tratam de referentes de natureza animada, sua subsequente pronominalização na fala é favorecida. É certo que o clítico médio não se trata de um complemento anafórico, no entanto – conforme já explicamos em nossa metodologia – ele se trata de pronome correferencial e pode indiciar o grau de afetamento do sujeito envolvido no evento verbal.

O fator *estado mental* se mostrou, conforme sugerimos em nossa hipótese, mais resistente à supressão do clítico. No *ranking estatístico*, ele apresentou peso relativo 0.416. Nossos resultados convergem para os que foram obtidos por Lima (1999), segundo a qual os verbos mentais, emocionais e perceptuais tendem a empregar o pronome, pois eles se caracterizam por expressarem o modo como o indivíduo aprecia o mundo e expõe suas crenças, seus pensamentos, seus sentimentos e suas percepções. Desse modo, o SN sujeito – que apresenta o traço [+animado] – se mostraria mais envolvido cognitivamente e emocionalmente no processo expresso pelo verbo, o que justificaria a não omissão do clítico (cf. exemplo (32)). Recorrendo ainda à noção de marcação (GIVÓN, 1995), consideramos, assim como Tavares (2003) e Mello (2009), que os verbos mentais são mais marcados, pois apresentam maiores dificuldades de processamento cognitivo e demandam maior atenção, diferentemente dos verbos os quais indicam mudanças de *posição*, *estado físico* e *condição*. Sendo assim, é justificável a manutenção do clítico médio nesses casos, vez que ele representa um reforço do grau de afetação e integração do sujeito no evento verbal medial (MACAMBIRA, 1986).

(32) não mamãe...não *se preocupe* não...me dê o papel (NORPOFOR / DID-66)

Além disso, acreditamos que o apagamento, nesses casos, também provocaria problemas de clareza em relação ao papel do sujeito – se assume mais o comportamento de agente ou de paciente – fazendo com que a estrutura de-transitiva assumisse uma configuração mais próxima da sua contraparte transitiva, de natureza mais agentiva. Isso poderia ocasionar dificuldades de apreensão da mensagem, a não ser que se recorresse à situação para eliminar dúvidas de compreensão (BANDEIRA, 2007). É o que podemos observar no exemplo anterior (32) e em (33):

(33) eu fiz a... re-matrícula... aí comecei a fazer... aí [] né? *desmotivei* de novo...
(NORPOFOR / DID-12)

Notemos que, tanto em (32) quanto em (33), a eliminação do clítico pode sugerir certa agentividade por parte do sujeito, se não fosse o contexto discursivo global. No caso de

(32), não houve o apagamento do clítico, mas se tivesse ocorrido poderíamos ter dúvidas quanto ao papel do sujeito (agente ou paciente). Afirmamos isso pelo fato de haver o verbo *preocupar* com valor agentivo (*alguém/algo preocupa alguém*), o que alteraria o valor medial que defendemos. Nessas ocorrências, somente o contexto situacional colaboraria para a eliminação da ambiguidade. Em (33), já conseguimos identificar um caso de apagamento do clítico junto ao verbo mental *desmotivar*, que também pode expressar sentido agentivo (*alguém desmotiva alguém*). No exemplo em particular, as informações cedidas no próprio contexto discursivo nos mostram claramente que o sujeito não pratica um ato, mas sofre um desestímulo que por ele não é controlado. Todavia, caso essas informações não fossem recuperadas, a construção permitiria uma interpretação por meio da qual a entidade sujeito se comportaria como um elemento volitivo, iniciador e controlador do ato verbal.

Mesmo defendendo essa ideia, percebemos que esses resultados não parecem corroborar os de Sakamoto (2008), os quais evidenciam um comportamento mais ou menos variável dos predicados de experimentação mental, apresentando leve tendência a se realizar (0.61). Mello (2009) concluiu que tais predicados foram uns dos que menos favoreceram o preenchimento do clítico (0.22). Não podemos esquecer, entretanto, que, mesmo não dando o tratamento adequado ao clítico médio e incluindo-o – por vezes – em outros tipos de *se*, os trabalhos desenvolvidos por D’Albuquerque (1984), Nunes (1995) e Melo (2005) mostraram que, em localidades mineiras e cariocas, a tendência é omitir o clítico que acompanha os verbos mediais.

6.2.2 Grupos extralinguísticos

A seguir, apresentamos e discutimos os grupos extralinguísticos que foram selecionados significativamente do ponto de vista estatístico.

6.2.2.1 Faixa etária

A variável *faixa etária* comumente é utilizada em pesquisas de cunho sociolinguístico, contribuindo bastante para a compreensão dos fenômenos de variação/estratificação e mudança. Sabemos que a tendência geral é a de que usos inovadores são mais recorrentes no falar de indivíduos mais jovens. Tal fato resulta em uma distribuição linear crescente ou decrescente, conforme afirma Tavares (2003, p. 86-87): “de um lado da escala, temos a faixa etária mais jovem, com as frequências de uso mais elevadas, e do outro a

faixa etária mais velha, com as frequências de uso mais baixas ou mesmo zero.” É relevante salientarmos que, conforme a autora, essa associação entre a juventude e as transformações linguísticas se deve às mudanças sofridas pelas relações sociais ao longo da história de vida de um indivíduo. Sendo assim, no período da adolescência, durante o processo de busca da identidade com os mais diversos grupos ou tribos, é dada preferência a algumas formas linguísticas reconhecidas, na maioria das vezes, como estigmatizantes – por fugirem à norma padrão. Os jovens tendem a incorporar tais formas ao seu vernáculo e a utilizá-las intensamente em seu discurso diário.

Lembremos que, assim como também nos sugere Tavares (op. cit.), mesmo sendo as variações e mudanças mais visíveis em falas de pessoas mais jovens, a reconfiguração frequente da gramática ocorre nos indivíduos de modo geral, independentemente da faixa etária na qual se enquadram. Tendo em vista o fato de que os contextos comunicativos não se repetem, a gramática de uma pessoa emerge de forma diferente a cada uso, com porções linguísticas organizadas de modo distinto.

Em nossa pesquisa, os resultados que obtivemos em relação ao grupo faixa etária surpreendeu-nos. Visualizemos na tabela 3:

Tabela 3 – Influência da *faixa etária* do informante sobre a distribuição da ausência (*versus* a presença) do clítico medial no falar popular de Fortaleza

Fatores	Aplicação/Total	Percentual	Peso Relativo ⁴⁹
Faixa etária 1	55/208	26.4	0.424
Faixa etária 3	151/418	36.1	0.538

Como podemos verificar, os falantes mais jovens apagam menos (0.424) o clítico medial em comparação aos mais velhos (0.538). Nossa hipótese era bem diferente do que os dados estatísticos nos apontam. Esperávamos que os falantes da faixa etária 1 (15 a 20 anos) tivessem predileção pela omissão e que os da faixa etária 3 (acima de 50 anos) primassem pela manutenção. Isso entraria em convergência com o que afirma Duarte (1989) – segundo a qual a ausência dos clíticos entre os mais jovens tende a ser absoluta – e Monteiro (1994) – que acredita serem os clíticos mais mantidos na fala dos idosos.

Todavia, resultados como os nossos já foram alcançados por alguns pesquisadores em relação ao apagamento dos clíticos em geral (ROCHA, 1999; RODRIGUES; PEREIRA, 2006; MELO, 2005; MELLO, 2009). Rocha (1999) verificou que não há correlação direta

⁴⁹ Para efeitos de comparação, fornecemos os pesos relativos em função da presença: a) *Faixa etária 1* – 0.576; b) *Faixa etária 3* – 0.462.

entre a variante zero e a faixa etária, pois os falantes de idade mediana e os mais velhos correspondem aos maiores responsáveis pelo apagamento dos clíticos no PB. Além da autora, Rodrigues e Pereira (2006), ao tratarem da mudança linguística em direção à perda dos clíticos no PB, constataram que os falantes jovens realizam mais os clíticos (0.74 de presença) do que os adultos (0.59) e os idosos (0.42).

Melo (2005) também obteve resultado semelhante ao de Rocha (1999) e associou o baixo índice de omissão dos clíticos entre o público jovem à forte influência da escola, que exerce papel importante no desempenho linguístico dos falantes (cf. TARALLO, 1990). Essa maneira de pensar entra em convergência com o que afirma Duarte (1989, p. 29): “a escola é um meio que municia o indivíduo com a habilidade de usar o clítico, e esse fator está associado à idade, é relevante na realização de sua variante”.

Da mesma forma que os linguistas anteriores, Mello (2009) mostrou, em sua pesquisa acerca do comportamento dos clíticos no falar de João Pessoa, que a faixa etária jovem tende a manter o clítico mais do que os falantes adultos. Assim como a autora, consideramos que a manutenção do clítico – no nosso caso, o medial – pela juventude esteja relacionada com a escolaridade dos indivíduos. Sabemos que o contato dos jovens com a instituição escolar é bastante intensa e mais recente – em relação aos indivíduos com mais de 50 anos e de mesma escolaridade – o que contribui para a preservação do pronome junto aos verbos. Diferentemente deles, os mais velhos, por estarem mais distanciados da escola, não sofrem tantas pressões linguísticas, o que lhes confere maior liberdade durante a produção do discurso cotidiano.

6.2.2.2 *Escolaridade*

Sabemos que a escola é responsável por mudanças na fala e na escrita de quem a frequenta. Ela tem o importante papel de conservar e valorizar as variantes prestigiadas, tendo em vista a leva de transformações linguísticas ocorridas em uma dada comunidade de fala. É por isso que a escolarização colabora para a especialização dos padrões de fala e escrita em conformidade com os ditames da língua padrão.

Com base nisso, também reconhecemos que a tendência ao uso de formas não valorizadas pela norma padrão da língua está associada ao baixo grau de escolaridade dos usuários (LABOV, 1966, 2001). Portanto, em relação ao clítico, é de se esperar que ele seja mantido por quem tem mais anos de estudo (GALVES, 2001). Sustentam essa ideia pesquisas que versam sobre o comportamento variável dos clíticos, a saber: Nunes (1995), Rocha

(1999), Melo (2005), Sakamoto (2008). Todavia, nossos resultados, em relação ao clítico médio, se contrapuseram aos obtidos pelos teóricos retrocitados. Vejamos a tabela 4:

Tabela 4 – Influência da *escolaridade* do informante sobre a distribuição da ausência (*versus* a presença) do clítico medial no falar popular de Fortaleza

Fatores	Aplicação/Total	Percentual (%)	Peso Relativo ⁵⁰
0 a 4 anos	68/219	31.1	0.470
5 a 8 anos	75/244	30.7	0.462
9 a 11 anos	63/163	38.7	0.596

Segundo as informações estatísticas, os falantes com mais anos de escolarização apresentaram um peso relativo um pouco maior em relação ao apagamento (0.596), sendo seguidos pelos que têm menos anos de estudo (0.470) e os que se encontram no nível de escolarização intermediário (0.462). Percebamos que esses valores são quase neutros, o que faz com que essas faixas sejam levemente desfavorecedoras da ausência.

Conforme aludimos, hipotetizamos que, quanto maior o grau de instrução, maior a probabilidade de o falante manter o clítico em suas produções orais. No entanto, os resultados nos mostram o contrário. É válido ressaltarmos que não estamos adotando um posicionamento extremista, o qual desvaloriza a competência das pessoas menos escolarizadas. Seria incabível tal postura, já que os dados evidenciam informantes com muitos anos de estudo os quais suprimem o clítico.

Assim como nós, Mello (2009) também constatou que, em relação aos clíticos em geral, os usuários com baixo grau de escolarização tendem a empregar mais o marcador pronominal do que os de alto grau de instrução. A linguista considerou que a omissão do clítico parece não se configurar como um fenômeno estigmatizado. A variação não limitada à baixa escolaridade mostra que a variável parece não se mostrar tão saliente, deixando de ser atribuído, portanto, valor social negativo ao apagamento. Todavia, para asseverarmos isso, seria necessária a realização de testes de atitude linguística – algo não desenvolvido por nós na presente pesquisa.

Para justificarmos os nossos resultados em relação à escolaridade, devemos retomar novamente o que foi obtido quando da análise do fator faixa etária. Vimos que os jovens mantiveram mais o clítico medial do que os mais velhos e associamos isso ao fato de essa faixa jovial estabelecer uma relação mais intensa e recente com a instituição escolar,

⁵⁰ Para efeitos de comparação, fornecemos os pesos relativos em função da presença: a) **0 a 4 anos** – 0.530; b) **5 a 8 anos** – 0.538; c) **9 a 11 anos** – 0.404.

contribuindo, assim, para a conservação do clítico na memória gramatical dos falantes. A priori, quando correlacionamos com a escolaridade, verificamos que parece haver uma incoerência nessa interpretação, pois os mais escolarizados apagaram mais o pronome. No entanto, isso pode ser justificado quando – cruzando estatisticamente os fatores *faixa etária* e *escolaridade* (cf. Subseção 6.2.3) – identificamos que, na verdade, os mais escolarizados que apagam o clítico medial são os informantes mais velhos. Desse modo, conseguimos – pelo menos parcialmente – manter nossa justificativa, pois quem tende ao apagamento do clítico é o grupo dos mais velhos, o qual, mesmo tendo maior grau de escolarização, mantém-se mais distante temporalmente do âmbito escolar do que os mais jovens com menor escolaridade. Diante disso, reiteramos que, apesar do baixo grau de escolarização, a faixa jovial tem um contato mais recente com a prescrição do ensino de língua, o que parece contribuir para o acionamento rápido das regras gramaticais normativas arquivadas na memória dos indivíduos.

6.2.3 Cruzamentos estatísticos

Ao rodar separadamente os fatores, certos resultados obtidos em relação aos grupos significativos nos surpreenderam. Diante disso, optamos pela realização de novas rodadas, utilizando o recurso CROSS-TABULATION do GOLDVARB para cruzarmos alguns fatores e encontrarmos mais justificativas para o comportamento do clítico medial.

Conforme salientamos, o grupo *pessoa gramatical do sujeito* não atendeu totalmente à nossa hipótese, tendo em vista o fato de a primeira pessoa ter apagado mais o marcador médio do que a terceira. Desse modo, procuramos relacioná-la com os fatores sociais. A seguir, encontramos, na tabela 5, os resultados do cruzamento com a faixa etária:

Tabela 5 – Cruzamento entre os fatores *pessoa gramatical do sujeito* e *faixa etária*

Fatores		Ausência/Presença		Ausência/Presença Percentual (%)	
Faixa etária 1	1ª pessoa	32	57	36	64
	2ª pessoa	3	7	30	70
	3ª pessoa	20	89	18	82
Faixa etária 3	1ª pessoa	81	125	39	61
	2ª pessoa	3	17	15	85
	3ª pessoa	67	125	29	71

Percebemos que, no cruzamento com a variável *faixa etária*, é mais constante o apagamento do clítico (39%) na primeira pessoa quando ela é empregada pelos mais velhos, o que nos leva, pelo menos parcialmente, a entender o motivo de serem os membros da faixa etária 3 os principais responsáveis pela omissão do clítico medial.

Na tabela 6, visualizamos os resultados sumarizados do cruzamento entre a pessoa gramatical e o fator escolaridade:

Tabela 6 – Cruzamento entre os fatores *pessoa gramatical do sujeito* e *escolaridade*

Fatores		Ausência/Presença		Ausência/Presença Percentual (%)	
0 a 4 anos	1ª pessoa	39	60	39	61
	2ª pessoa	3	4	43	57
	3ª pessoa	26	87	23	77
5 a 8 anos	1ª pessoa	43	88	33	67
	2ª pessoa	3	14	18	82
	3ª pessoa	29	67	30	70
9 a 11 anos	1ª pessoa	31	34	48	52
	2ª pessoa	0	6	0	100
	3ª pessoa	32	60	35	65

Como podemos observar, em relação à *escolaridade*, houve um pouco mais de apagamento do clítico (48%) que acompanha a primeira pessoa no nível mais alto de escolaridade (9 a 11 anos) do que nos outros níveis 39% (0 a 4 anos) e 33% (5 a 8 anos). Isso parece nos esclarecer também o porquê de os mais escolarizados terem apagado mais o marcador em análise.

Obviamente, essas interpretações sobre todos os dados estatísticos supracitados devem ser relativizadas, vez que estamos tratando de percentagem, de números abaixo de 50% e de diferença reduzida entre eles. Todavia, isso nos fez compreender melhor o motivo

para a maior concentração de dados de apagamento na primeira pessoa gramatical do sujeito, na faixa etária mais velha e no nível escolar mais elevado.

Cruzando os fatores *faixa etária* e *escolaridade*, identificamos que os resultados mostram percentuais similares para todos os níveis de escolaridade e evidenciam que tanto os mais jovens quanto os mais velhos seguem as mesmas tendências: mais uso do clítico > menos apagamento. Visualizemos a tabela 7:

Tabela 7 – Cruzamento entre os fatores *faixa etária* e *escolaridade*

Fatores		Ausência / Presença		Ausência / Presença Percentual (%)	
0 a 4 anos	Faixa etária 1	19	45	30	70
	Faixa etária 3	49	106	32	68
5 a 8 anos	Faixa etária 1	19	60	24	76
	Faixa etária 3	56	109	34	66
9 a 11 anos	Faixa etária 1	17	48	26	74
	Faixa etária 3	46	52	47	53

Apesar da semelhança de tendências, percebemos um pouco mais de concentração de omissão (47%) entre os da faixa etária 3 e com maior grau de escolaridade. É interessante frisarmos que, ao compararmos os falantes mais jovens com os mais velhos em relação a todos os níveis de escolaridade, os mais velhos tendem a apagar mais. Somente no caso do nível mais baixo de escolaridade, identificamos uma aproximação de ambas as faixas no que tange à probabilidade de elisão do marcador médio. Essas informações nos auxiliaram na compreensão dos resultados alcançados quando da rodada individual dos grupos de fatores. Reiteramos a relativização das interpretações, já que os índices de apagamento – na comparação entre os fatores – ficaram, em termos percentuais, abaixo de 50%.

Apesar de termos obtido somente esses números percentuais, observamos que, ao analisarmos o fenômeno em uma escala que varia de 10% a 40% por exemplo, o valor de 40% consiste no contexto mais prototípico ao dado em questão. Desse modo, isso também contribui – no nosso caso – para percebermos o fato de alguns fatores desses grupos em cruzamento mostrarem certo favorecimento ao apagamento do clítico quando realizamos uma comparação percentual escalar, mesmo eles estando abaixo de 50%.

6.3 Variáveis não significativas (estatisticamente)

No rol das variáveis não significativas – conforme nos mostrou a rodada dos dados coletados – temos, por ordem de exclusão estatística, os grupos *modalidade*, *forma verbal* e *sexo*.

6.3.1 Grupos linguísticos

A seguir, expusemos e discutimos os resultados de cada grupo linguístico que não exercem influência, estatisticamente, na variação do clítico medial.

6.3.1.1 Modalidade

A modalidade pode ser encarada como uma categoria linguística que diz respeito ao *status* factual do sujeito diante daquilo que ele enuncia. Através da manifestação dessa noção, os usuários da língua marcam o seu engajamento ou distanciamento em relação aos enunciados que produzem nas mais diversas práticas discursivas das quais participam. Segundo Neves (1996), a expressão da categoria é realizada por meio de marcadores modais, tais como: verbos modais (*poder*, *dever*), verbos de significação plena – indicadores de opinião, crença e saber (*achar*, *crer*, *pensar*) – advérbios modais (*provavelmente*, *possivelmente*), adjetivos em posição predicativa (*provável*, *possível*), substantivo (*minha opinião*), categorias gramaticais (*tempo*, *aspecto* e *modo*), entre outros.

Palmer (1986) mostra que a modalidade está relacionada a um conjunto de sistemas modais que, além de contemplar as noções de possibilidade e necessidade, leva em consideração o nível de comprometimento do falante com aquilo que diz. É interessante percebermos que, no estudo dessa categoria, devem ser abordadas a maneira como os indivíduos expressam suas opiniões e crenças e o modo como elas são reportadas.

Conforme já aludimos, Givón (1993, 2001, 2005) também trata da modalidade, associando-a à sua concepção de transitividade e definindo-a como a atitude do falante em relação à proposição e ao ouvinte. Givón (1993) segmenta a categoria em *epistêmica* e *deôntica*. Explorando especificamente a epistêmica – a única contemplada por nós – reiteramos que o autor a subdivide em *pressuposição*, *asserção realis*, *asserção irrealis* e *negação*. Em trabalho mais recente (op. cit., 2005), reorganiza a proposta, agrupando a *pressuposição* e a *asserção realis* sob o nome de **factualis** e a *asserção irrealis* e a *negação*

sob o nome de **não-factuais**. As primeiras codificam eventos verdadeiros e mais eficazes do ponto de vista da transitividade, já as segundas refletem eventos falsos e hipotéticos.

Como podemos perceber, a modalidade está relacionada à noção funcional/discursiva de transitividade assim como as formas mediais. Ao estabelecermos a associação entre a variável independente em questão e a nossa variável dependente, baseamos-nos também no fato de o objeto de um evento prototípico – claramente afetado em eventos factuais – ocupar a posição de sujeito afetado (*experienciador* ou *paciente*) em estruturas de transitivas. Além disso, as médias podem evidenciar fortemente o modo como o sujeito é afetado pelo processo e como está nele envolvido, sendo o seu clítico um elemento que colabora para indiciar esse grau de afetamento ou envolvimento. Foi com base nisso que optamos por avaliar o grau de influência da categoria no comportamento variável do clítico médio. A seguir, visualizamos os resultados sumarizados:

Tabela 8 – Distribuição da ausência (*versus* a presença) do clítico medial no falar popular de Fortaleza de acordo com a *modalidade*

Fatores	Aplicação/Total	Percentual (%)
Factuais	143/421	34.0
Não-factuais	63/205	30.7

Os resultados nos revelaram que 143 (34%) das 421 ocorrências de *factuais* suprimiram o clítico medial, enquanto somente 63 (30,7%) das 205 de *não-factuais* apagaram-no. Como podemos observar, as frequências são muito próximas. Além disso, conforme já apontamos, esse grupo não se mostrou significativo no tocante ao processo de variação do marcador pronominal das estruturas mediais, todavia os dados percentuais não atenderam às nossas intuições investigativas.

Nossa hipótese era de que, ao encararmos o clítico em análise como um elemento o qual colabora para indicar um maior grau de afetação ou envolvimento factual do sujeito no processo expresso pelo verbo, o marcador tenderia a ser mantido, naturalmente, nas modalidades factuais (cf. exemplo 34). Contrariamente, supúnhamos que o clítico seria mais apagado nas modalidades não-factuais (cf. exemplo 35), vez que elas codificam eventos que não ocorreram ou são vistos como hipotéticos, ou ainda aconteceram em mundos fictícios (HOPPER; THOMPSON, 1980; GIVÓN, 1993, 2005). Apesar de defendermos esse ponto de vista, os resultados – mesmo apresentando pouca diferença em termos de frequência – nos frustraram, mostrando-nos o inverso.

(34) com quase quase trinta anos eu nem queria... que ele casasse era... um garçom pra ninguém botar defeito... mas aí ele *esquentou* e:: casou (NORPOFOR / DID-06)

(35) aí de repente você tem aquele livro... né? que tem né? que foi consultado aquele livro... você *pode se aprofundar* melhor... ta entendendo? lendo esse livro que tem... [] bibliografia consultada (NORPOFOR / DID-12)

Em (34), por exemplo, o verbo *esquentar* expressa um processo factual/verdadeiro que afeta mentalmente o sujeito *ele*. Nesse caso, a ausência do marcador pronominal deixa de colaborar para indiciar extensivamente o quanto a entidade foi vivamente afetada pelo verbo (MACAMBIRA, 1986). Além disso, percebemos que a omissão do clítico pode gerar uma ambiguidade em torno do papel temático (agente/paciente) em virtude de o verbo *esquentar-se* ter um correspondente ativo *esquentar*. Todavia, esse problema de compreensão pode ser claramente resolvido se recorrermos ao contexto discursivo no qual o enunciado é proferido (BANDEIRA, 2007). A situação comunicativa e as intenções pragmáticas de quem produziu a frase auxiliam-nos na apreensão do real significado da estrutura, mostrando-nos que o sujeito esquentou-se, irritou-se ou indignou-se com o fato de ainda não ser casado, o que o levou a tomar a decisão de consumir esse ato imediatamente e sem a plena ou total aprovação da interlocutora.

Refletindo mais um pouco sobre esse resultado, sugerimos que, associando a noção de *frequência* (BYBEE, 2003) e o *princípio de marcação* (GIVÓN, 1990), talvez o marcador pronominal, pelo uso rotinizado e habitual, seja mais apagado em modalidades factuais devido ao fato de elas serem mais frequentes e menos marcadas do que as não-factuais (menos frequentes e mais marcadas).

6.3.1.2 *Forma verbal*

Conforme vimos nos trabalhos que apresentamos sobre o comportamento variável dos clíticos no Português Brasileiro, a *forma verbal* ainda não foi utilizada como possível grupo linguístico condicionante. Todavia, ao apreciarmos nossos dados, percebemos o quanto foi notória a alternância ausência/presença do clítico medial na forma verbal, o que nos levou

a investigar esse grupo como possível fator estrutural motivador do processo de variação do marcador sobre o qual nos debruçamos.

Quando da rodada estatística, nossas expectativas não foram alcançadas a contento, pois o grupo não se mostrou significativo. Visualizemos os resultados sumarizados na tabela 9:

Tabela 9 – Distribuição da ausência (*versus* a presença) do clítico medial no falar popular de Fortaleza de acordo com a *forma verbal*

Fatores	Aplicação/Total	Percentual (%)
Simple	185/541	34.2
Perifrástica	21/85	24.7

Em termos percentuais, a forma *simple* apresentou 34,2% de supressão, enquanto a forma *perifrástica* mostrou 24,7%. Mesmo não havendo seleção estatística do grupo – o que nos impossibilita de apresentar pesos relativos para os fatores em questão – notamos que o apagamento se mostrou mais comum em formas simples em comparação às perifrásticas.

Se analisarmos em termos de frequência, o clítico, de modo geral, parece estar passando por um processo de gramaticalização, pois está se esvaziando semanticamente por conta do uso habitual. É como se essa forma estivesse se tornando mais geral e abstrata no significado (BYBEE, 2003). Os itens mais frequentes se tornam mais penetrados e podem construir representações independentes, enquanto os de menor frequência têm representações frágeis na memória e correm riscos de serem substituídos por padrões morfofonêmicos mais produtivos (BYBEE; HOPPER, 2001). Além disso, é importante observarmos que, associando a *frequência* (BYBEE, 2003) ao *princípio de marcação* proposto por Givón (1990), as formas menos frequentes são marcadas, enquanto as mais frequentes não são marcadas. Com base nisso, levando em conta que as formas simples são mais frequentes e menos marcadas no discurso proferido pelos falantes e considerando que a omissão do clítico pode estar relacionada também ao uso rotinizado e habitual desse marcador, justifica-se a predileção pelo seu apagamento junto às formas simples, o que já se percebe menos em formas perifrásticas (menos frequentes e mais marcadas estruturalmente).

Foi justamente isso que identificamos percentualmente em relação ao clítico medial. Tais resultados corroboraram nossa hipótese de que a forma simples (cf. exemplo (36)) – mais frequente e menos marcada – parece favorecer mais a omissão do clítico médio do que a perífrase (cf. exemplo (37)).

(36) e a pessoa que... que já LUta assim... (bem)... ela não... não *desenvolve*... por exemplo... (NORPOFOR / DID-12)

(37) mas a gente *foi se acostumando* né... fiquei:: quatro meses com ela:... e foi bom (NORPOFOR / DID-12)

É interessante observarmos que, se acionarmos o subprincípio icônico da quantidade (GIVÓN, 1990), também fica compreensível a preferência dos falantes pela omissão em formas verbais simples. Isso se explica pelo fato de, se levarmos em conta que a complexidade do pensamento tende a refletir-se na complexidade da estrutura, aquilo que é mais simples tende a se expressar com mecanismos morfológicos e gramaticais menos complexos. Seguindo o mesmo raciocínio, no caso das perífrases, a maior quantidade de informação solicita uma maior quantidade de forma, de tal modo que a estrutura gramatical indica a estrutura do conceito por ela expresso (FURTADO DA CUNHA; COSTA; CEZARIO, 2003). Além disso, devemos lembrar que a manutenção do *se* nas perífrases parece entrar em consonância com a necessidade dos falantes de reforçarem o grau de afetação ou envolvimento do sujeito no processo indicado pelo verbo medial, o que tornaria a informação ainda mais complexa cognitivamente e, naturalmente, mais extensa em termos formais.

6.3.2 Grupo extralinguístico

A seguir, apresentamos o único grupo extralinguístico que não se mostrou estatisticamente significativo no comportamento variável do clítico médio.

6.3.2.1 Sexo

As pesquisas sociolinguísticas geralmente levam em consideração a variável *sexo*, visando à identificação de qual gênero lidera um processo de variação/estratificação e mudança. Como vimos, alguns autores defendem que as mulheres tendem a conservar as formas prestigiadas socialmente, enquanto os homens usam as formas desprestigiadas com uma frequência bem maior (CHAMBERS; TRUDGILL, 1980; LABOV, 1990, 2003).

Monteiro (1994) também afirma que as mulheres procuram se expressar de acordo com aquilo que se chama de “modo correto de falar”, todavia evidencia que estudos revelam

participação decisiva delas em processo de variação e mudança. É o que verificamos, por exemplo, nas pesquisas desenvolvidas por Rodrigues e Pereira (2006) e Mello (2009), que mostraram serem as mulheres as maiores responsáveis pelo apagamento do clítico. Nesses casos, convém salientarmos o que afirma Menon (2006), segundo a qual o sexo feminino lidera um fenômeno de variação ou mudança, conforme consta na literatura sobre a aérea, quando o item linguístico é mais valorizado ou não sofre restrições de valoração social.

Em nossa pesquisa, o grupo *sexo* não foi selecionado estatisticamente, todavia os dados percentuais – constantes na tabela 10 – explicitam que, no falar popular fortalezense, os homens parecem apagar mais o clítico medial do que as mulheres.

Tabela 10 – Distribuição da ausência (*versus* a presença) do clítico medial no falar popular de Fortaleza de acordo com o *sexo* do informante

Fatores	Aplicação/Total	Percentual (%)
Mulheres	99/335	29.6
Homens	107/291	36.8

Percebamos que o índice de apagamento do clítico foi um pouco maior na fala masculina (36,8%) e menor na feminina (29,6%). Mediante esse resultado percentual, nossa hipótese foi confirmada, pois, em conformidade com Labov (2003), sugerimos que as mulheres empregam a forma mais próxima do padrão ideal (presença), diferentemente dos homens, que são mais propensos à elisão do clítico médio.

Entram em consonância com os nossos resultados os de Sakamoto (2008), que confirmou serem as mulheres mais conservadoras em relação ao apagamento do clítico quando comparadas aos homens. Em suma, o que podemos afirmar é que, embora as nossas variantes não se dicotomizem rigorosamente em forma prestigiada e estigmatizada, o sexo feminino tende a utilizar a forma mais próxima do padrão ideal (presença), enquanto os homens primam pelo uso da forma mais distante deste padrão (omissão).

Convém lembrarmos que, em virtude da atual conjuntura social, há uma tendência de aproximação entre os papéis desempenhados por homens e mulheres no Brasil. Isso nos incita a fazer a ressalva de que, no âmbito da variação e da mudança, devemos sempre relativizar as explicações linguísticas fornecidas acerca das diferenças entre os sexos devido às peculiaridades de organização social de cada comunidade.

6.4 Súmula do capítulo

Neste capítulo, apresentamos a análise dos 626 dados que compuseram a nossa amostra investigativa, formada a partir de 36 inquéritos do *corpus* Norma Oral do Português Popular de Fortaleza (NORPOFOR). Após serem submetidos ao programa estatístico GOLDVARB, os resultados apontaram que, no falar popular fortalezense, há predileção pela manutenção do clítico das estruturas de-transitivas mediais em comparação à omissão, subvertendo a nossa hipótese inicial. Apesar disso, constatamos que ocorre efetivamente co-alternância (ausência/presença) desse marcador em Fortaleza, vez que, com a rodada multivariada dos grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos selecionados para esta pesquisa, quatro se mostraram bastante significativos, a saber: *pessoa gramatical do sujeito, tipo de mudança indicado pelo verbo, faixa etária e escolaridade*.

Os outros grupos não selecionados estatisticamente foram, por ordem de exclusão, a *modalidade*, a *forma verbal* e o *sexo*. Todavia, não julgamos oportuno descartá-los da análise, tendo em vista a relevância teórica de cada um para o fenômeno sobre o qual nos debruçamos. Desse modo, mesmo sem a recorrência a pesos relativos, procedemos à interpretação dos resultados obtidos a partir deles em termos de frequência.

Reiteramos que as considerações feitas durante a discussão dos resultados alcançados foram ancoradas na interface *sociofuncionalista*, pois optamos pelo estabelecimento da associação entre os pressupostos teóricos da Sociolinguística Variacionista e os princípios básicos do Funcionalismo Linguístico – mais especificamente a abordagem givoniana.

Correlacionando nossos resultados com princípios funcionalistas, percebemos algumas relações interessantes no que diz respeito ao princípio de marcação⁵¹. Propomos que a ausência e não a presença do clítico é que seria mais marcada, pois a ausência, mesmo envolvendo o uso de menos material linguístico, implicaria em dificuldades para o processamento da informação, acarretadas pelo não uso do marcador pronominal. A baixa frequência da ausência seria reflexo dessa complexidade cognitiva. Em nossos resultados, constatamos o seguinte:

- a) a 1ª pessoa, mais marcada, favoreceu a ausência do clítico, mais marcada também (+,+);

⁵¹ Esse redirecionamento do olhar investigativo em relação aos resultados foi conduzido pela Profª. Drª. Maria Alice Tavares no ato da defesa desta dissertação. Seguindo as acuradas considerações tecidas pela pesquisadora durante a arguição, tomamos a decisão de incluir tais observações na súmula do capítulo de análise.

- b) os verbos de posição, estado físico e condição, menos marcados, favoreceram a ausência do clítico, mais marcada (-,+);
- c) os verbos mentais, mais marcados, não favoreceram a ausência do clítico, mais marcada (-,+);
- d) a modalidade factual, menos marcada, favoreceu levemente a ausência do clítico, mais marcada (-,+);
- e) as formas verbais simples, menos marcadas, favoreceram levemente a ausência do clítico, mais marcada (-,+);
- f) as formas verbais perifrásticas, mais marcadas, favoreceram levemente a presença do clítico, menos marcada (+,-).

Diante do exposto, observamos que, na maioria dos casos, um fator menos marcado favoreceu a ausência do clítico, que é mais marcada, e um fator mais marcado favoreceu a presença do clítico, que é menos marcada. Isso contraria o que normalmente se espera quando o princípio de marcação é acionado. A tendência é os contextos de uso mais marcados atraírem formas mais marcadas, e os contextos menos marcados atraírem formas menos marcadas.

Quando fatores mais marcados favorecem o emprego de estruturas menos marcadas e quando fatores menos marcados favorecem o uso de estruturas mais marcadas, geralmente não é o princípio de marcação que se encontra subjacente aos resultados, mas o princípio da *expressividade retórica*.

Em algumas situações, a marcação pode atuar no sentido de garantir o equilíbrio cognitivo contextual, funcionando como uma espécie de autorregulação do sistema. A esse princípio de contrabalanço, Dubois e Votre (1994) atribuem a designação inicial de *expressividade estilística*. Ela se trata de uma dimensão retórica fundamental associada à persuasão. A seguir, apresentamos o quadro em que Dubois e Votre (op. cit., p. 19) comparam o princípio de marcação ao de expressividade retórica:

Quadro 2 – Comparação entre os princípios de *marcação* e *expressividade retórica*

O princípio de marcação é cognitivamente motivado em termos de esforços associados às tarefas de codificação.	O princípio da expressividade é cognitivamente motivado em termos da expressividade e da eficácia, o que equilibra as tarefas de codificação.
<ol style="list-style-type: none"> 1. Um elemento marcado será mais elaborado e mais longo. 2. Um elemento marcado será menos frequente. 3. Um elemento marcado exigirá mais esforços de codificação. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Um procedimento discursivo marcado pode ser menos elaborado e menos longo. 2. Um procedimento discursivo marcado pode ser mais frequente. 3. Um procedimento discursivo marcado pode reduzir ou anular o esforço de codificação.

De acordo com o princípio da expressividade retórica, formas marcadas tendem a ocorrer em contextos menos marcados, e formas menos marcadas são atraídas por contextos mais marcados, que foi o que aconteceu com os resultados alcançados neste trabalho: em geral, a ausência do clítico – mais marcada – predominou em contextos menos marcados.

A partir disso, concluímos que o *princípio de expressividade retórica* ou *marcação expressiva* parece nos auxiliar melhor no esclarecimento dos nossos resultados do que o princípio de marcação. Em oportunidades investigativas futuras, atentaremos mais detidamente para a sua influência em torno do comportamento do clítico das estruturas de-transitivas mediais no Português Brasileiro.

7 CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, debruçamo-nos em torno do comportamento do clítico das estruturas de-transitivas mediais, visando à análise da co-alternância ausência/presença desse marcador no Português Oral Popular de Fortaleza. Nestas considerações finais, destacamos os pontos mais relevantes de cada capítulo, apontamos as principais contribuições de nossa pesquisa e sugerimos alguns desdobramentos investigativos.

Na introdução, destacamos em linhas gerais: a) algumas observações sobre a exploração dos clíticos – em especial do *se* (encarado por nós como uma espécie de arquimorfema, o qual engloba a primeira, a segunda e a terceira pessoas) – durante os últimos anos e as evidências de seu apagamento no Português; b) a ausência de tratamento adequado para as estruturas de-transitivas mediais e para o clítico médio; c) os objetivos de nossa pesquisa: descrever o fenômeno da variação linguística, identificar os condicionamentos internos e externos da ausência/presença do clítico médio e correlacionar o fenômeno com os princípios funcionalistas.

No segundo capítulo, exploramos as peculiaridades dos clíticos – principalmente do *se* – quanto à sua natureza complexa e às tipologias apresentadas pelos teóricos. Além disso, tratamos das considerações feitas por gramáticos e linguistas em relação às médias e ao marcador pronominal que acompanha algumas dessas estruturas, identificando as principais limitações das propostas e mostrando a definição que utilizamos em nossa investigação. No terceiro capítulo, elencamos algumas pesquisas as quais evidenciam o apagamento dos clíticos em geral e do médio, contemplando as nuances de cada uma e suas lacunas.

No quarto capítulo, expusemos o aporte teórico no qual nos ancoramos para respaldar nossa análise, a saber: o Sociofuncionalismo (TAVARES, 2003), resultado do casamento entre a Teoria da Variação e da Mudança (LABOV, 1963, 1972, 1978, 1982, 1994, 2001; WEINER; LABOV, 1977; WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006) e o Funcionalismo Linguístico Norte-Americano (GIVÓN, 1984, 1990, 1993, 1995, 2001).

O quinto capítulo foi dedicado à apresentação dos procedimentos metodológicos: a) a delimitação da pesquisa quanto ao método de abordagem, aos objetivos e ao método de procedimento; b) a organização da amostra, constituída de 36 inquiridos do tipo Diálogo entre Informante e Documentador (DID), retirados do Banco de Dados Norma *Oral do Português Popular de Fortaleza* (NORPOFOR); c) o envelope de variação (critérios de seleção de ocorrências, variável dependente e variáveis independentes); d) o levantamento e tratamento estatístico dos dados.

Finalmente, no sexto capítulo, analisamos e discutimos os dados obtidos. Utilizamos como regra de aplicação a *ausência do clítico*, pois, quando nos reportamos ao conjunto de médias prototipicamente pronominais, percebemos que o apagamento se trata de uma inovação. Das 626 ocorrências levantadas, 420 (67,1%) manifestaram o clítico medial, enquanto 206 (32,9%) omitiram-no. Isso se contrapõe a nossa hipótese inicial, segundo a qual o clítico tendia ao apagamento no falar popular fortalezense. Trabalhos como os de Lima (2009) e Mello (2009) também apontaram o mesmo resultado, parecendo confirmar a ideia de que, em Fortaleza e João Pessoa, os falantes resistem ao apagamento dos clíticos.

Buscando explicações funcionais para o resultado, percebemos que talvez isso tenha acontecido pelo fato de os usuários da língua preferirem reforçar a afetação e integração/envolvimento do sujeito indicado pelo processo verbal, sendo tal propósito alcançado pela realização do marcador pronominal. Além disso, assim como fez Mello (2009), podemos explicar essa predileção pelo preenchimento do pronome recorrendo ao *princípio de marcação* proposto por Givón (1990, 1995). Os informantes fortalezenses parecem sentir falta do clítico para o processamento da informação, necessitando, portanto – quando da omissão – de maior atenção e esforço mental (MELLO, op. cit.). Com base nisso, as estruturas sem o clítico são mais marcadas que as pronominalizadas.

Apesar de termos nos surpreendido com esses números, ressaltamos que é efetivamente perceptível um comportamento variável do clítico medial, havendo fatores linguísticos e extralinguísticos os quais exercem influência sobre esse fenômeno. Reiteramos que os pesos relativos acima de 0.5 evidenciam um favorecimento do apagamento, tendo em vista o fato de a *ausência* ser nossa regra de aplicação – conforme já aludimos. Dentre tais fatores, quatro foram significativos por ordem de seleção estatística, a saber: *faixa etária*, *pessoa gramatical do sujeito*, *tipo de mudança indicada pelo verbo* e *escolaridade*. Retomemos esses resultados, primeiramente, a partir das variáveis linguísticas.

Em relação à *pessoa gramatical do sujeito*, favoreceu o apagamento a 1ª pessoa (0.603). Esse resultado nos surpreendeu, pois defendíamos que, por apresentar sujeitos humanos, individuados, definidos e perceptíveis, ela contribuiria para a manutenção do clítico médio – indiciador de maior grau de envolvimento e afetação do sujeito. À procura de explicações, cremos que isso tenha ocorrido por ela ser mais marcada na forma verbal que a terceira, o que tornaria previsível o grau de interesse/envolvimento do afetado no processo expresso pelo verbo e favoreceria a omissão. A 2ª pessoa (0.345), como já esperávamos, primou pela presença, vez que apresenta entidades afetadas com os mesmos traços caracterizadores daquelas próprias da primeira. A 3ª pessoa (0.414) também nos surpreendeu,

pois acreditávamos que, por haver mais sujeitos inanimados e/ou abstratos, ela tenderia a favorecer a omissão do marcador pronominal das de-transitivas mediais, o que não ocorreu. É verdade que, mesmo sem apresentar um peso relativo igual ou acima 0.5, ela ocupou a zona intermediária entre os pesos da primeira e da terceira, o que pareceu confirmar parcialmente nossa hipótese. Todavia, lembremos que muitos sujeitos manifestados em estruturas de terceira pessoa são animados ou humanos, o que poderia justificar a posição diferenciada desse fator no ranking estatístico.

Quanto ao *tipo de mudança indicado pelo verbo*, nossa hipótese foi confirmada, pois favoreceram o apagamento os fatores *posição* (0.785), *estado físico* (0.655) e *condição* (0.512) e primou pela manutenção o fator *estado mental* (0.416). Desse modo, percebemos que, nos casos das mudanças físicas, posicionais e de condição, os sujeitos mediais encontrados em nossos dados eram predominantemente inanimados, evidenciando o seu menor envolvimento no processo expresso pelo verbo e garantindo reduzida presença do clítico. Contrariamente, o estado mental mostra um sujeito mais engajado no processo, sendo a manutenção do clítico uma espécie de reforço do grau de afetação e integração do sujeito no evento verbal medial (MACAMBIRA, 1986). Diante disso, podemos afirmar, com base na noção de marcação (GIVÓN, 1995), que os verbos mentais tendem a ser mais marcados, vez que demandam maior processamento cognitivo, diferentemente dos verbos os quais expressam mudanças posicionais, físicas e de condição.

No que concerne às variáveis sociais, constatamos, em relação à *faixa etária*, que os falantes de 15 a 20 anos primaram pela manutenção do clítico (0.424), enquanto os que estão acima de 50 anos se caracterizaram pela omissão (0.538). Assim como sugeriu Mello (2009), talvez a escola interfira nisso, pois o contato dos jovens com a instituição escolar é maior e mais recente do que com os indivíduos mais velhos e mesma escolarização, contribuindo para a preservação do pronome junto aos verbos. Diferentemente deles, os idosos, mais distantes do meio escolar, sofrem menos pressões linguísticas e podem produzir discursos mais livremente.

Em relação à *escolaridade*, também nos surpreendemos, pois os informantes do nível mais alto de escolaridade (9 a 11 anos) favoreceram o apagamento (0.596), enquanto os dos outros níveis não – 0 a 4 anos (0.470) e 5 a 8 anos (0.462). Para justificarmos esse resultado, retomamos o que foi obtido quando da análise do fator faixa etária. Os informantes mais jovens tenderam à manutenção do clítico medial em comparação aos mais velhos, talvez por conta da relação mais intensa e recente dessa faixa jovial com a instituição escolar. Correlacionando essa informação com a escolaridade, verificamos que parece haver uma

incoerência nessa interpretação, pois os mais escolarizados apagaram mais o pronome. Todavia, isso é justificado quando – cruzando estatisticamente os fatores *faixa etária* e *escolaridade* – constatamos que, na verdade, os mais escolarizados que apagam o clítico medial são os informantes mais velhos. Diante disso, conseguimos – pelo menos parcialmente – manter nossa justificativa, pois quem tende ao apagamento do clítico é o grupo dos mais idosos, que, mesmo tendo maior grau de escolarização, mantém-se mais distante temporalmente do âmbito escolar do que os mais jovens com menor escolaridade. Conforme salientamos, apesar do baixo grau de escolaridade, a faixa jovial tem um contato mais recente com a prescrição do ensino de língua, o que parece contribuir para o acionamento das regras gramaticais normativas arquivadas na memória dos indivíduos.

Mesmo propondo justificativas para os resultados que não atenderam às nossas hipóteses, consideramos oportuno fazer alguns cruzamentos entre as variáveis significativas para buscarmos novas explicações para os resultados alcançados. Cruzando *pessoa gramatical do sujeito* com *faixa etária*, notamos que é mais comum a elisão do clítico (39%) na primeira pessoa quando empregada pelos falantes da faixa etária 3, o que nos leva, pelo menos em termos parciais, a entender o motivo de serem os mais velhos os que mais omitem o clítico medial. Ao cruzarmos *pessoa gramatical* e *escolaridade*, verificamos um pouco mais de apagamento do clítico (48%) que acompanha a primeira pessoa no nível mais alto de escolaridade (9 a 11 anos) do que nos outros níveis 39% (0 a 4 anos) e 33% (5 a 8 anos). Esse resultado também parece nos explicar o motivo de os mais escolarizados tenderem a apagar mais o marcador em análise. É claro que essas interpretações sobre todos os dados estatísticos supracitados devem ser relativizadas, vez que estamos tratando de percentagem, de números abaixo de 50% e de diferença reduzida entre eles. Por fim, ao cruzarmos *faixa etária* e *escolaridade*, percebemos um pouco mais de concentração de omissão (47%) entre os da faixa etária 3 e com maior grau de escolaridade – conforme mencionado acima.

Devemos ressaltar que três variáveis não foram selecionadas estatisticamente, o que não significa desconsiderá-las em termos teóricos. Por ordem de exclusão, destacamos: a *modalidade*, a *forma verbal* e o *sexo*. Interpretando-as apenas em termos de frequência, constatamos que, em relação à *modalidade*, as factuais suprimiram mais o clítico (34%) do que as não-factuais (30,7%). Conforme dissemos, talvez o marcador pronominal, pelo uso rotinizado e habitual, seja mais apagado em modalidades factuais pelo fato de elas serem mais frequentes e menos marcadas do que as não-factuais (menos frequentes e mais marcadas).

Quanto à *forma verbal*, obtivemos valores que atenderam às nossas intuições investigativas. Percentualmente, as formas simples apresentaram 34,2% de apagamento, já as

perífrases mostraram 24,7%. Considerando que as formas simples são menos marcadas e mais frequentes e que a elisão do clítico pode estar associada ao uso habitual desse marcador, compreende-se o porquê de seu apagamento junto às formas simples, o que já se percebe menos nas formas perifrásticas (mais marcadas e menos frequentes).

Em relação ao *sexo*, como já esperávamos, houve maior incidência de apagamento na fala dos homens (36,8%) e menos na fala das mulheres (29,6%). Em termos percentuais, nossa hipótese parece se confirmar, pois, mesmo que as nossas variantes não se dicotomizem rigorosamente em forma prestigiada e estigmatizada, o sexo feminino tende a utilizar a forma mais próxima do padrão ideal (presença), enquanto os homens primam pelo uso da forma mais distante deste padrão (omissão). Lembramos que, em virtude da atual organização social, essas observações linguísticas sobre as diferenças entre os sexos devem ser relativizadas.

É interessante frisarmos que, ao correlacionarmos os nossos resultados com os princípios funcionalistas, identificamos algumas relações interessantes no que diz respeito ao *princípio de marcação*. Apesar de propormos que a ausência é mais marcada por implicar em dificuldades para o processamento da informação, vimos que – na maioria dos casos – um fator menos marcado favoreceu a ausência do clítico medial, que é mais marcada, e um fator mais marcado favoreceu a presença do clítico, que é menos marcada. Como isso contraria o que se espera quando é acionado o princípio de marcação, notamos que está subjacente aos resultados o princípio da *marcação expressiva* ou da *expressividade* (DUBOIS; VOTRE, 1994), o qual atua no sentido de estabelecer o equilíbrio do esforço de (de)codificação resultante de aspectos de um fenômeno semântico-discursivo. De acordo com esse princípio, formas marcadas tendem a ocorrer em contextos menos marcados, e formas menos marcadas são atraídas por contextos mais marcados, o que parece ter ocorrido em nossa pesquisa.

Por fim, diante de todos os resultados sumarizados, constatamos que, do ponto de vista sociolinguístico, os fortalezenses tendem, de fato, a favorecer a manutenção do clítico das estruturas mediais. Assim como os informantes presentes na pesquisa de Mello (2009) – que tratou da variação dos clíticos em João Pessoa, o falante de Fortaleza é mais conservador e opta mais pela presença do que pela ausência. Isso contribui para alargar as diferenças entre as regiões Nordeste e Sudeste, conforme já observamos nos trabalhos comentados em nossa dissertação.

A partir desses parâmetros, consideramos, então, que são decorrentes da nossa pesquisa as seguintes contribuições:

- i) descrição das estruturas mediais em uma perspectiva multifacetada (formal, semântica, sintática e discursiva)⁵², levando em conta as nuances dos clíticos que as acompanham;
- ii) análise do comportamento variável do clítico das estruturas de-transitivas mediais, identificando alguns grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos condicionadores dessa variação e apresentando explicações ancoradas na interface teórica *sociofuncionalista*;
- iii) realização de um estudo com dados do falar popular fortalezense, colaborando para a ampliação das pesquisas sobre o apagamento dos clíticos no Português do Brasil e para o desenvolvimento de trabalhos comparativos sobre o fenômeno entre as várias regiões do território nacional.

Como possíveis desdobramentos investigativos, sugerimos a ampliação do fenômeno em análise, buscando – após uma distinção formal, semântica e sintático-discursiva – relacionar as formas reflexivo-recíprocas com as mediais e identificar em qual delas o clítico tende a ser mais apagado em Fortaleza. Além disso, propomos uma reorganização da variável dependente, contemplando a *ausência*, a *presença* e o *redobro* do clítico. Para tanto, consideramos oportuna a análise de um *corpus* maior e o estabelecimento de uma comparação do comportamento variável do clítico entre o falar popular e o falar culto fortalezense.

Outro ponto que merece destaque em investigação futura é a faixa etária intermediária, não utilizada em nossa pesquisa atual por motivos arrolados na metodologia. Em um estudo que vise à exploração do nosso fenômeno como um caso de mudança em tempo aparente, essa faixa será de fundamental importância para a análise. Quando há mudança, a faixa dos adultos de 30 a 45 anos tende a fazer um uso da inovação maior do que os indivíduos mais velhos e menor do que o dos indivíduos mais jovens, o que torna mais precisas inferências relativas a uma possível mudança em curso.

⁵² É importante relembrarmos que definimos as estruturas de-transitivas mediais levando em consideração aspectos formais, semânticos e sintático-discursivos. Estruturalmente, elas se caracterizam pela *presença ou não do se* (*pronominais* ou *não-pronominais*), pela *anteposição do paciente/experienciador*, pela relação *gramatical com uma oração causativa*. Semanticamente, elas apresentam como elemento nuclear um *verbo de processo*, com *sujeito paciente/experienciador*. Funcionalmente (ou discursivamente), caracterizam-se pela *demonção do elemento agente* e pela *topicalização do paciente e do evento*, sendo estruturas que apresentam *baixo grau de transitividade*.

No caso deste trabalho, a dúvida reside em como essa faixa teria se comportado: seria ela menos conservadora, a exemplo da faixa mais velha (usando menos clítico), ou seria ela mais conservadora, a exemplo da faixa etária mais jovem (usando mais o clítico?) Talvez, se tivesse sido possível utilizá-la, os resultados oriundos dessa faixa nos dariam indícios que nos ajudariam a explicar melhor os resultados obtidos em relação aos grupos sociais, ao final desta investigação.

Em novas pesquisas, também julgamos viável a inclusão de outros grupos de fatores linguísticos não explorados no presente trabalho, tais como os acionados por Mello (2009) – a saber: *colocação dos pronomes, grau de animacidade do sujeito, tipos de discurso* – e os utilizados por Lima (2009) – como: *forma de expressão do afetado* (SN, pronome, anáfora pronominal etc.), *tipo de afetação* (positiva ou negativa), *persistência catafórica do referente do afetado*, entre outros. Sugerimos, por fim, a inclusão do grupo extralinguístico *tipo de registro*, ideia alavancada no início desta empreitada investigativa e não levada a cabo até o fim devido à falta de material necessário para a elaboração das células. Com certeza, essas novas perspectivas engrandeceriam o estudo desse fenômeno e colaborariam para o avanço das pesquisas sociofuncionalistas.

REFERÊNCIAS

- ANDERSEN, Paul Kent (1994). Remarks on Dionysios Thrax's concept of diathesis. **Historiographia Linguistica**. Amsterdam, v 21, n. 1-2, p. 1-37, 1994.
Disponível em:
<http://www.ingentaconnect.com/content/jbp/hl/1994/00000021/F0020001/art00001?token=00581ec6b56be20a77c932405847447b494a6c7a3151423847634c7d33757e6f3f2f2730673f582f6bc6be24> Acesso em: 25 de março de 2006.
- ARAÚJO, Aluiza Alves de. O Projeto Norma Oral do Português Popular de Fortaleza – NORPOFOR. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA, XV, 2011, Rio de Janeiro. **Cadernos do Congresso Nacional de Linguística e Filologia**. Rio de Janeiro: CiFEFIL, 2011. p. 835 – 845.
- _____. **As vogais pretônicas no falar popular de Fortaleza: uma abordagem variacionista**. 2007. 156 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.
- BAGNO, Marcos. **A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira**. São Paulo: Parábola, 2003.
- _____. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação lingüística**. São Paulo: Parábola, 2007.
- BANDEIRA, Grace dos Anjos Freire. **O apagamento de se nas funções sujeito e objeto: um estudo variacionista com os dados do VARSUL do Paraná**. 2007. 262 f. Tese (Doutorado em Letras) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.
- BAUER, Martin W.; AARTS, Bas. A construção do *corpus*: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2. ed. Trad. Pedrinho Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p. 39 – 63.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. rev. e ampl. São Paulo: Lucerna, 2006.
- BORBA, Francisco da Silva et alii. **Dicionário gramatical de verbos do Português Contemporâneo do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.
- BRAGA, Maria Luiza; NARO, Anthony Julius. A questão do tamanho da amostra. **Tempo Brasileiro**, v. 117, p. 61 – 66, 1994.
- BRIGHT, William. As dimensões da Sociolinguística. In: FONSECA, Maria Stella Vieira; NEVES, Moema Facure. (Orgs.) **Sociolinguística**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.
- BYBEE, Joan. Mechanism of change in gramaticalization: the role of frequency. In: JOSEPH, B.; JANDA, R. D. (eds.). **The handbook of historical linguistics**. Oxford: Blackwell Publishing, 2003.

BYBEE, Joan; HOPPER, Paul (Eds.). **Frequency and the emergency of linguistic structure**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001.

CAMACHO, Roberto Gomes. Construções de voz. *In*: ABAURRE, M. B.; RODRIGUES, A. C. S. (Orgs). **Gramática do português falado**. v. VIII. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002. p. 227-316.

_____. Em defesa da categoria de voz média no português. **D.E.L.T.A.** 19(1). São Paulo: EDUC, p. 91-122, 2003.

_____. A gradação tipológica das construções de voz. **Gragoatá**. Niterói, nº. 21, p. 167 – 189, jul/dez, 2006.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. **Dicionário de lingüística e gramática**: referente à Língua Portuguesa. Petrópolis: Vozes, 1977.

CANÇADO, Márcia. **Manual de semântica**: noções básicas e exercícios. São Paulo: Contexto, 2012.

CASTILHO, Ataliba T. Um ponto de vista funcional sobre a predicação. **ALFA**. São Paulo, v. 38, 1994.

CASTILHO, Ataliba T. A gramaticalização. **Cadernos de Estudos Linguísticos e Literários**, v. 19, p. 25-64, 1997.

CHAMBERS, Jack K.; TRUDGILL, Peter. **Dialectology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

CHAVES, Anna Libia Araújo. **O sufixo -inho nas entrevistas do VALPB**: uma análise semântico-discursiva. 2006. 93f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lexicon Informática, 2007.

D'ALBUQUERQUE, Alair da Cruz Reis Cavalcante. A perda dos clíticos num dialeto mineiro. **Sociolinguística e ensino do vernáculo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 78/79, p. 97-120, julho, 1984.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no Português do Brasil. *In*: TARALLO, Fernando (org.). **Fotografias Sociolinguísticas**. Campinas: Pontes, 1989.

DUARTE, Paulo Mosânio Teixeira; LIMA, Maria Claudete Lima. **Classes e categorias em Português**. 2. ed. rev. e ampl. Fortaleza: Editora UFC, 2003.

DUBOIS, Sylvie; VOTRE, Sebastião Josué. **Análise modular e princípios subjacentes do funcionalismo lingüístico**: à procura da essência da linguagem. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994. (impresso)

FARACO, Carlos Alberto. **Norma Culta Brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; COSTA, Marcos Antonio; CEZARIO, Maria Maura. Pressupostos teóricos fundamentais. In: CUNHA, Maria Angélica; OLIVEIRA, Mariangela Rios de; MARTELOTTA, Mário Eduardo (orgs.). **Linguística funcional**: teoria e prática. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GALVES, Charlotte. **Ensaio sobre as gramáticas do Português**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIVÓN, Talmy. **Syntax**: a functional-typological introduction. v.1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1984.

_____. **Syntax**: a functional-typological introduction. v.2. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1990.

_____. **English grammar**: a function-based introduction. v.1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1993.

_____. **Funcionalism and grammar**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995.

_____. **Syntax**: an introduction. v. 1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2001.

_____. **Context as other minds**: the pragmatics of sociality, cognition and communication. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2005.

GÖRSKI, Edair; FREITAG, Raquel. Marcação e comportamento sociolinguístico de marcadores discursivos interacionais de base verbal na fala de Florianópolis. In: VANDRESEN, Paulino. (org.). **Variação e mudança lingüística na região Sul**. v. 2. Pelotas: EDUCAT, 2006. p. 29-48.

HAUY, Amini Boainain. **Da necessidade de uma gramática-padrão da língua portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1986.

HOPPER, Paul; THOMPSON, S. A. Transitivity in grammar and discourse. **Language**, v. 56. Baltimore, 1980.

HOPPER, Paul. **Emergent grammar**. Berkeley Linguistic Society, v. 13, 1987.

KAYNE, Richard. **French Syntax**. Cambridge, MA: MIT Press, 1975.

KEMMER, Suzanne. **The middle voice**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co, 1993.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça Von; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. São Paulo: Contexto, 2009.

LABOV, William. The social stratification of a sound change (1963). In: Labov, William. **Sociolinguistics patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

_____. The social stratification of /r/ in New York City department stores (1966). In: LABOV, William. **Sociolinguistics patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

_____. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

_____. Where does the linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera. In: **Sociolinguistics working paper**. Austin: Southwest Educational Development Laboratory, nº 44, 1978.

_____. Building on empirical foundations. In: LEHMAN, Winfred P.; MALKIEL, Yakov (eds.). **Perspectives on historical linguistics**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1982.

_____. The intersection of sex and social class in the course of linguistic change. **Language Variation and Change**. Reino Unido (Cambridge), v. 2, 1990, p. 205-254.

_____. **Principles of linguistic change: internal factors**. Oxford: Blackwell, 1994.

_____. **Principles of linguistic change: social factors**. Oxford: Blackwell, 2001.

LAVANDERA, Beatriz. Where does the linguistic variable stop? **Language society**. 7. London, 1978.

LIMA, Maria Claudete. **Elementos para um estudo da voz, em especial, da voz média em português**. 1999. 184 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1999.

_____. **A não-atribuição de causalidade na Crônica Geral de Espanha de 1344**. 2009. 471 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

_____. **Dicionário prático de regência verbal**. 9. ed. São Paulo: Ática, 2010.

MACAMBIRA, José Reboças. **Estrutura do vernáculo**. Fortaleza: Secretaria de Educação e Desportos, 1986.

MAIA, João Paulo Ferreira. **Variação na concordância verbal com nomes coletivos em Fortaleza – CE**. 2011. 111 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

MILANEZ, Wânia. **Recursos de indeterminação do sujeito**. 1982. 143 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 1982.

MATOS, Gabriela. Tipologia dos pronomes clíticos. *In*: MATEUS, Maria Helena; BRITO, Ana Maria; DUARTE, Inês; FARIA, Isabel Hub et al. **Gramática da Língua Portuguesa**. 6. ed. Lisboa: Caminho, 2003.

MELLO, Fernanda Rosário de. “**Acabou-se o que era doce, quem comeu se regalou-se**”: uma análise do clítico *se* em João Pessoa na interface Sociolinguística / Gramaticalização. 2009. 323 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

MENON, Odete. A indeterminação do sujeito no português do Brasil: NURC-SP e VARSUL. *In*: VANDRESSEN, P. (Org.). **Variação, mudança e contato linguístico no português da região do Sul**. Pelotas: EDUCAT, 2006.

MONTEIRO, José Lemos. **Pronomes pessoais**. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1994.

NARO, Anthony Julius. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. *In*: MOLLICA, Cecília; BRAGA, Maria Luiza (Orgs.). **Introdução à sociolinguística**: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2003. p. 15 – 25.

_____. O dinamismo nas línguas. *In*: MOLLICA, Cecília; BRAGA, Maria Luiza (Orgs.). **Introdução à sociolinguística**: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2003. p. 43 – 50.

NEVES, Maria Helena de Moura. A modalidade. *In*: KOCH, Ingedore Villaça Von. (org.). **Gramática do Português Falado**. v. 6. Campinas: Ed. da Unicamp/FAPESP, 1996, p. 163-194.

_____. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

NICHOLS, Johanna. Functional theories of grammar. **Annual Review Anthropology**. Califórnia: University of California, 1984. p. 97 – 117.

NUNES, Jairo. Ainda o famigerado *se*. **D.E.L.T.A.** v. 11, nº. 2, p. 201-240, 1995.

PAIVA, Maria da Conceição. A variável gênero/sexo. *In*: MOLLICA, Cecília; BRAGA, Maria Luiza (Orgs.). **Introdução à sociolinguística**: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2003. p. 33 – 42.

PALMER, Frank Robert. **Mood and modality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

QUIRK, Randolph *et al.* **A grammar of contemporary English**. London: Longman, 1972.

RIBEIRO, João. **Grammatica da língua portuguesa**. São Paulo: Francisco Alves, 1908.

ROCHA, Ângela de Fátima. **Clíticos reflexivos**: uma variante sociolinguística na cidade de Ouro Preto. 1999.144 f. Dissertação (Mestrado em Letras: Linguística) – Faculdade de Letras (FALE), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 48. ed. rev. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

RODRIGUES, Ângela C. S.; PEREIRA, Deize C.. Pronomes reflexivos no Português Popular Brasileiro. In: VALÊNCIA, A. (ed.). **XIV Congresso Internacional de La ALFAL**. Monterrey (México), 2006.

SAID ALI, Manuel. **Gramática secundária da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1963.

_____. **Gramática histórica da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

_____. **Dificuldades da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1966.

SAKAMOTO, Cláudia Tiemi. **A variação do se medial na fala de Florianópolis**. 2008. 155 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SANKOFF, David; TAGLIAMONTE, Sali A.; SMITH, E. **Goldvarb X** – A multivariate analysis application. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics, 2005. Disponível em: http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/Goldvarb/GV_index.htm Acesso em: 10 de outubro de 2011.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHLESINGER, Izchak. **Cognitive space and linguistic case**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

SILVA, Cícero. **Processo de variação e mudança na fala de uma comunidade tocatinense: um estudo preliminar**. 2006. 46f. Monografia (Especialização em Leitura e Produção Escrita) – Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2006.

SILVEIRA, Larissa Marchi da. Quem pariu Matheus que se balance: mais tinta sobre os clíticos no PB. In: SEMINÁRIO DE TESES EM ANDAMENTO, 13, 2008, Campinas/SP. **Anais do Seta**. Campinas, SP: PL/IEL, 2008. Disponível em: <http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/seta/article/view/398> Acesso em: 08 de outubro de 2012.

TARALLO, Fernando. **Tempos lingüísticos: itinerário histórico da língua portuguesa**. São Paulo: Ática, 1990.

_____. **A pesquisa sociolingüística**. São Paulo: Ática, 1994.

TAVARES, Maria Alice. **A gramaticalização do e, aí, daí e então: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da seqüenciação retroativo-propulsora de informações – um estudo sociofuncionalista**. 2003. 400 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

TRUDGILL, Peter. **Sociolinguistics**. Middlesex: Penguin Books Ltda, 1974.

VILELA, Mário; KOCH, Ingedore Villaça. **Gramática da língua portuguesa**. Porto/Portugal: Almedina, 2001.

WEINER, E. Judith; LABOV, William. Constraints on the agentless passive. **Journal of Linguistics**, n°. 19, 1983.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Trad. Marcos Bagno. 2. Ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

WHITAKER-FRANCHI, Regina Celi Moraes. **As construções ergativas**: um estudo semântico e sintático. 193 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 1989.